

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

**A mediação da assessoria de imprensa parlamentar nas relações
de poder entre o Legislativo e o Executivo**

Sabrina Franzoni

Florianópolis - SC
Outubro de 2005.

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

**A mediação da assessoria de imprensa parlamentar nas relações
de poder entre o Legislativo e o Executivo**

Sabrina Franzoni

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito
à obtenção do grau de Mestre em
Sociologia Política.

Prof^a Dra. Lígia Helena H. Lüchmann
Orientadora

Florianópolis- SC
Outubro de 2005.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

**A MEDIAÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA PARLAMENTAR
NAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE O LEGISLATIVO E O
EXECUTIVO.**

SABRINA FRANZONI

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final pela Orientadora e Membros da
Banca Examinadora, composta pelos
Professores:

Prof.^ª Dr.^ª Lúcia Helena Hahn Luchmann
Orientadora

Prof.^º Dr.^º Yan de Souza Carreirão
Membro

Prof.^º Dr.^º Eduardo Meditsch
Membro

Prof.^ª Dr.^ª Tamara Benakouche
Coordenadora

FLORIANÓPOLIS, (SC), OUTUBRO DE 2005.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dra. Lígia Helena H. Lüchmann, que teve a paciência de me orientar, sugerindo e incentivando a realização deste trabalho.

Aos professores Dr. Ricardo Silva e Ms. Itamar da Silveira por terem feito uma leitura atenta na banca de qualificação, ajudando com sugestões bibliográficas e, juntamente com a minha orientadora, a delimitar esta pesquisa.

Às professoras do Departamento de Sociologia Política, Dra. Maria Ignez Paulilo, Dra. Elizabeth Farias da Silva, Dra. Tamara Benakouche e Dra. Bernadete Aued pelas avaliações, críticas e sugestões durante as disciplinas do mestrado.

Às funcionárias Albertina e Fátima que de maneira prestativa e atenciosa, não deixaram que eu perdesse os prazos e as matrículas.

Aos colegas do meu trabalho extra-acadêmico, por justificarem minhas ausências e me substituírem nas faltas.

Às amigas Sara, por ter partilhado comigo leituras e trabalhos durante o mestrado, Marta Lúcia por ser uma grande incentivadora, e a todos os outros que, de uma forma ou de outra, me estimularam a concluir esta dissertação.

Aos meus familiares, que são os maiores incentivadores para que eu continue a estudar. Em especial à Tereza, minha irmã mais velha, interlocutora da pesquisa que deu início a esta dissertação.

Finalmente à Rita Lenira, interlocutora, revisora, incentivadora e companheira das horas difíceis.

Para:
Orlando e Zelma, meus queridos
pais,
Ana Luiza, que deve chegar em
breve,
Daniel, Morgana, Leonardo,
Belinha
e Rita.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma pesquisa a respeito do papel de mediação da assessoria de imprensa parlamentar nas relações de poder entre o Executivo e o Legislativo, partindo do pressuposto de que existe um déficit democrático, identificado na supremacia do Executivo, para cuja diminuição intervém a ação do jornalista. Utiliza como objeto de análise as matérias publicadas, na *internet*, pela Agência de Notícias da Câmara Federal sobre a Reforma da Previdência, sugerindo que, entre as votações do primeiro e segundo turno e os vários informes que as divulgam, consolida-se uma mediação da assessoria de imprensa parlamentar, cuja atuação é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que dá visibilidade ao Legislativo, contribuindo para a diminuição da supremacia do Executivo, ela, por outro lado, reproduz, na esfera discursiva, em certa medida, as relações políticas e hierárquicas de poder.

ABSTRACT

The objective of this study is to elaborate a research about politic press agent's mediation in the space of power relationship between Executive and Legislative fields, starting from a democratic deficit implied in executive supremacy, that decreases by jounarlist accions. Explores, as an object of analisis, a group of writed news published in *internet* by the News Agency of Brasilian Parliament, whit regard to "Social Assurance Reform" subject. This situation reveals that between the voting process of first and second turns and the several informs that divulgates it, the mediation of politic press agency comes by a paradox kind: in same time, gives visibility to Legislative Power, in contribution to decrease the supremacy of Executive, but, in other hand, reproduces, on the discursive sphere, in certain way, the hierarchical relationships of power.

SUMÁRIO

Introdução	09
1. Mídia, modernidade e redes de poder	14
1.1. De Gutenberg à era virtual	16
1.1.1. Para além das fronteiras: as Agências de Notícias	23
1.2. O contexto brasileiro	27
2. A Assessoria de Imprensa	36
2.1. O “fazer” da Assessoria de Imprensa (Parlamentar)	37
2.2. Discurso e poder	46
2.3. Mídia e política	51
3. O Estado Democrático: impasses	59
3.1. Características do Estado democrático	59
3.2. A Soberania da Lei e a Liberdade Liberal	61
3.3. Um retorno ao republicanismo?	64
3.4. O Déficit Democrático no Brasil: o predomínio do poder Executivo	71
4. A Agência de Notícias da Câmara Federal e o tratamento dado a votação da Reforma da Previdência	78
4.1. A Agência de Notícias da Câmara Federal	81
4.2. A Reforma da Previdência	82
4.3. O “direito” à fala	90
5. Considerações Finais	116
6. Referências Bibliográficas	120
7. Anexos	125

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação de Mestrado, em Sociologia Política, intitulada *A mediação da assessoria de imprensa parlamentar nas relações de poder entre o Legislativo e o Executivo*, tem por objetivo estudar a possível contribuição da assessoria de imprensa parlamentar na diminuição do déficit democrático que se estabeleceu entre os poderes, no jogo político, em nosso país. Para tanto, tomamos este ramo profissional do jornalismo, que conecta o papel do assessor ao do redator de notícias, no âmbito da Câmara Federal, mais especificamente no da Agência, que, diariamente, produz as matérias que divulgam as atividades dos parlamentares. Neste sentido, consideramos que a atuação da Assessoria de Imprensa pode ser analisada à luz de uma proposta que se preocupe com o uso simbólico da linguagem, no âmbito discursivo das notícias produzidas pela Agência da Câmara, e, tendo isto em mente, escolhemos, como exemplo, o conjunto de textos produzidos no processo da Reforma da Previdência (PEC 40/03), em votação no ano de 2003.

Tratando-se de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 40/03), que altera o regime geral da Previdência Social, questionamos em que medida esta alteração da lei produz um fenômeno que impacta ou empobrece os ideais republicanos. Assim, este trabalho também sugere que, entre as votações do primeiro e segundo turno e os vários informes que as divulgam, consolida-se uma mediação da assessoria de imprensa parlamentar, cuja atuação é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que dá visibilidade às relações de poder, tornando-as mais complexas, está implicada nessas mesmas relações, pelo fato de que, de uma forma ou de outra, participa delas. Embora o assessor de imprensa, conforme apontamos em linhas acima, contribua, em sua atuação, para a diminuição da supremacia do Executivo em relação ao Legislativo, ele, por outro lado, reproduz, na esfera discursiva, em certa medida, as relações políticas e hierárquicas de poder.

A assessoria, através da publicização dos atos do Poder Legislativo, exhibe uma ação positiva do profissional da imprensa, exercendo uma articulação privilegiada

na relação entre o Parlamento e a mídia e, conseqüentemente, promove um reflexo destas ações que, em plano mais amplo, torna explícita a predominância jurídico-institucional do Executivo.

Por isso, indagamos em que medida as notícias divulgadas pela *internet*, na página da Agência de Notícias da Câmara Federal, tornam-se um espaço extra parlamentar de busca de legitimação das ações do Parlamento. Esta questão, entre outras, conduziu este trabalho a sua instrumentalização teórica. Assim, utilizamos os conceitos de “mídia”, “poder”, “republicanismo”, “déficit democrático” e “mediação”, bem como as categorias de “assessoria de imprensa parlamentar” e de “agência de notícias” para organizar as diversas linhas de argumentação que compõem esta dissertação.

Dividimos o texto em quatro capítulos: “Mídia, modernidade e redes de poder”, “Assessoria de Imprensa”, “O Estado democrático: impasses” e “A Agência de Notícias da Câmara Federal e o tratamento dado à votação da Reforma da Previdência”.

No primeiro capítulo, nossa leitura parte do impacto da imprensa sobre o início do período moderno, promovendo um comparativo entre os fatos sócio-históricos e os eventos de desenvolvimento midiáticos. Entendemos que o desenvolvimento dos meios de comunicação afetou os padrões tradicionais de interação humana e de relacionamentos sociais, e que esta transformação promoveu uma complexa reorganização, através do espaço e do tempo, dissociando a comunicação do seu ambiente físico, de tal maneira que os indivíduos podem, hoje, interagir uns com os outros ainda que não compartilhem do mesmo ambiente.

Num contexto mais amplo, falamos do surgimento das primeiras máquinas impressoras, no século XV, e da importância da adoção das línguas vernáculas em substituição ao latim. O debate sobre a liberdade de imprensa, a consolidação das instituições da mídia, que se tornaram empresas de grande escala, a expansão na coleta de informações para além das fronteiras territoriais e a concentração massiva dos meios de comunicação são transformações que, ao longo do tempo, tornaram-se evidentes.

Destacamos, em seguida, na história da imprensa no Brasil, alguns marcos significativos que demonstram como foram se alterando as redes de comunicação preexistentes e as relações de poder estabelecidas a partir destas mudanças. Identificamos que o debate sobre a liberdade de imprensa é anterior à Proclamação da República, tornando-se mais crítico durante o Estado Novo Getulista e o regime Militar de 1964, em função da ordem repressiva. Alguns entraves à democratização dos meios de comunicação ainda se mantêm, mesmo após a Constituição de 1988, que alterou a lei de imprensa 5.250/67.

Para introduzirmos a relação da assessoria de imprensa com a agenda política, no segundo capítulo, estudamos, em um âmbito teórico, desde os fazeres cotidianos do assessor de imprensa, passando pela esfera pública, até a sua inserção no universo de discurso mais amplo, no qual se dá a confluência entre a mídia e a política. Além disso, resgatando as teorias sobre a produção e a reprodução da notícia, refletimos sobre o duplo papel assessoria de imprensa, que, ao mesmo tempo em que produz a matéria, permite que ela própria seja utilizada como fonte de informação para a mídia convencional.

Na reflexão sobre o “fazer” da assessoria de imprensa consideramos importante resgatar o conceito, mesmo que criticamente, de *agenda-setting*, encontrado na elaboração teórica de Nelson Traquina, que relaciona os acontecimentos midiáticos com a agenda política. Para situar o debate sobre as relações de poder, dentro das quais o assessor de imprensa parlamentar se move, interagindo e sofrendo a influência de várias forças que fazem os efeitos de seu trabalho ultrapassarem os limites aos quais estão submetidos, buscamos, em Michel Foucault, a noção do poder como um conjunto de relações disseminadas por toda a estrutura social.

No terceiro capítulo, verificamos, através de estudos comparativos de distintos autores sobre a produção de leis nos períodos de 1946-1964; 1965-1984 e de 1985-1998, respectivamente, que, embora do ponto de vista da perspectiva institucional a democracia brasileira esteja em fase de consolidação, ela experimenta um déficit, indicado na prática legislativa, caracterizado pela predominância do Poder Executivo.

Aprofundamos, ainda, a reflexão sobre o Estado republicano, levantando algumas características do Estado democrático e discutindo as contradições entre os valores liberais de autonomia do indivíduo e a soberania da lei. Relacionamos, também, o processo de redução da atuação do Legislativo com as prerrogativas do Estado republicano, num contexto de mudanças, que, se por um lado anunciar a manutenção de direitos constitucionais, por outro lado negocia, por exemplo, com a Reforma da Previdência – PEC 40/03 –, uma lei do próprio Executivo, que, referendada pelo Parlamento, retira benefícios já conquistados.

Finalmente, no quarto capítulo, a partir do tratamento dado pela Agência de Notícias ao assunto “Reforma da Previdência”, identificamos algumas variáveis que influenciaram na elaboração das reportagens divulgadas na página oficial da Câmara Federal. Para isso, tomamos como exemplo os 95 textos elaborados pela assessoria de imprensa e publicados na *internet*, definindo o intervalo temporal entre o primeiro e o segundo turno, de 29/07/2003 a 28/08/2003, no qual se divulgou a tramitação e a votação da PEC 40/03.

Esclarecemos que a escolha das matérias sobre da Reforma da Previdência deu-se em função de quatro razões: a busca de um espaço discursivo dos assessores de imprensa parlamentar, no qual pudessem ser identificadas as relações de poder; a identificação de um projeto cuja origem fosse o poder Executivo; a natureza da lei, ou seja, o fato de ser um Projeto de Emenda à Constituição, capaz de alterar a Lei maior de um país, e, por último, a amplitude da repercussão na sociedade.

Convém, aqui, esclarecer, a cerca da pertinência e da pertinência dos anexos. Os anexos I e II são tabelas, nas quais listamos os títulos das notícias, em ordem decrescente, de 95 a 01. Na primeira, constam o título, o dia e a hora em que foram divulgadas e na segunda, a numeração que remete à análise que fizemos sobre o “direito a fala”. Além disso, o anexo III é a reprodução das 95 matérias em sua integralidade. Estes anexos complementam as informações que foram analisadas no decorrer do quarto capítulo, que recupera apenas os trechos considerados mais significativos para o direcionamento de nosso foco de análise.

A partir deste recorte, as marcas textuais das matérias foram analisadas, exibindo dados do contexto no qual os fatos relatados ocorreram e, ao mesmo

tempo, evidenciando as escolhas das fontes de informação. No processo de análise, identificamos a que pessoas, grupos ou instituições pertence, no âmbito discursivo da Agência de Notícias, o “direito à fala”, dividindo os dados em cinco itens: citação entre aspas; um único parlamentar como sujeito; várias falas de parlamentares; citações de entidades ou grupos; a Agência de Notícias como sujeito. Por fim, desenvolvemos uma reflexão sobre o papel da assessoria de imprensa parlamentar, inserindo esta atividade na amplitude das relações de poder, buscando, com isso, deixar explícitas as suas singularidades e as suas ambigüidades.

1. MÍDIA, MODERNIDADE E REDES DE PODER

O desenvolvimento dos meios de comunicação – desde a criação das rudimentares máquinas impressoras do século XV até os recentes tipos de comunicação eletrônica – contribuiu e esteve inserido no surgimento das sociedades modernas. Estes acontecimentos técnicos e econômicos nos interessam para compreendermos como estas redes de comunicação e de fluxo de informação, que, desde os meados do século XIX, têm crescido globalmente, se entrelaçam com outras formas de poder¹, principalmente, dentro do Estado, com os poderes Legislativo e Executivo.

Cabe destacar que vários foram os acontecimentos que marcaram a transição da Idade Média para a era moderna: em primeiro lugar, um conjunto de mudanças econômicas implicou na transformação gradual do feudalismo europeu em um novo sistema de produção e de intercâmbio; em segundo lugar, o desenvolvimento das sociedades modernas se caracterizou por mudanças políticas, pelas quais as numerosas unidades territoriais da Europa medieval foram sendo reduzidas em número e reagrupadas num sistema de estados-nacionais; e, por fim, a valorização das questões artísticas e culturais, a adoção das línguas vernáculas em detrimento do latim e o desenvolvimento tecnológico, como as máquinas a vapor, o telégrafo e a impressão em papel e as rotativas, definiram simbólica e tecnicamente esta transição. Assim, dentre estes fatores, a imprensa é um dos que contribuíram para entrarmos na modernidade.

Embora alguns fatos que inauguraram a era moderna tenham ocorrido em séculos anteriores, segundo Teixeira (2002), pode-se dizer que “talvez o primeiro acontecimento a colocar em tela de juízo as instituições do *ancien regime* tenha acontecido na Inglaterra, com a “Revolução Gloriosa”² do século XVII, um

¹ Segundo Thompson (2002:22), seguindo Michael Mann e outros, podemos distinguir quatro tipos de poder: “econômico”, “político”, “coercitivo” e “simbólico”. Mas, na realidade, estas diferentes formas de poder comumente se sobrepõem de maneiras complexas e variadas.

² O movimento iniciou em 1640, com a instauração do “Longo parlamento”, que, em dois anos de atividade, adotou medidas limitando o poder do rei e da igreja. Havia um descontentamento entre artesãos e pequenos comerciantes com a

movimento político que pode ser tipicamente caracterizado como uma revolução burguesa”. Este evento teve, como conseqüência, neste conturbado período, a abolição da monarquia absoluta e da autoridade irrestrita dos senhores feudais e da igreja e também a remoção das restrições gremiais. Do ponto de vista social, acarretou um forte movimento migratório dos camponeses em direção às cidades, levando a formação de um mercado interno.

A revolução industrial inglesa, que viria a alterar definitivamente o modo de produção – é para Teixeira (2002) o segundo episódio da “grande transformação”³ – começou nas últimas décadas do século XVIII. A partir daí estava aberto o caminho para a generalização do sistema fabril, libertando o processo produtivo das fontes de energias naturais (rios e ventos) e da habilidade individual do trabalhador, e permitindo que a fábrica se transferisse definitivamente do campo para a cidade.

Teixeira conclui que, durante o século XIX, circularam as principais idéias e aconteceram os fatos relevantes que construíram as bases de nossa época, nos planos econômico, cultural, artístico e ideológico. Resumidamente, Teixeira sistematiza dois aspectos econômicos que irão refletir-se no plano político:

O primeiro foi a generalização do sistema fabril, em decorrência da introdução da maquinaria e da indústria moderna, como modo de produção especificamente capitalista, essencialmente diferente, portanto, do artesanato, da manufatura e da indústria rural que o antecederam. O segundo foi a emergência do proletariado fabril como força política autônoma na sociedade burguesa. (TEIXEIRA 2002:16)

Neste sentido, após as mudanças apontadas acima, desenvolveremos, a seguir, uma análise comparativa, com foco no período moderno, entre os fatos sócio-histórico e políticos e os eventos de desenvolvimento midiáticos.

arbitrariedade monárquica e com o episcopado anglicano. A reação da coroa inglesa levou a quase sete anos de guerras civis, que acabaram em 1649, com a derrota da monarquia e a execução do rei.

³ A expressão “A grande transformação” foi utilizada por Teixeira (2002) citando POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro:Campus, 1980.

1.1. De Gutenberg à era virtual

O impacto social do desenvolvimento dos meios de comunicação implicou no surgimento de outras formas de ação, de interação, e de distintos relacionamentos do indivíduo com o mundo. A utilização da mídia transformou a organização espacial e temporal, criando outras maneiras de exercer o poder que não estão mais ligadas ao compartilhamento face a face, dando-se, agora, em âmbito virtual e global.

Assim, segundo Thompson (2002), desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de uso da linguagem até os recentes desenvolvimentos da tecnologia computacional e digital, os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdos simbólicos. Isto é, a produção, o armazenamento e a circulação de informação de conteúdos simbólicos tornaram-se aspectos centrais da vida social.

Partindo, então, da análise de uma comunicação mediada⁴, desenvolvemos uma introdução à mídia que é fundamentalmente “cultural”, isto é, preocupada tanto com o caráter significativo das formas simbólicas quanto com a sua contextualização social. Se, por um lado, é importante sublinhar que os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica, isto é, que eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem, por outro, é fácil desconsiderar esta dimensão simbólica e preocupar-se somente com os aspectos técnicos⁵. Estes aspectos técnicos dos meios de comunicação certamente são importantes e, muitas

⁴ Este conceito foi utilizado por Thompson (2002) e iremos estender sua aplicação, no decorrer deste trabalho, também para a mediação realizada pelo assessor de imprensa parlamentar.

⁵ O teórico inglês John Thompson resgata a importância de percebermos que há quatro variáveis dos meios técnicos que se relacionam com as formas simbólicas. Primeiro, que o meio técnico é o substrato material das formas simbólicas, isto é, o elemento material com que, ou por meio do qual, a informação ou conteúdo simbólico é fixado, garantindo a sua preservação em graus variáveis de durabilidade. Um segundo atributo do meio técnico é o que lhe permite um certo grau de reprodução, sua capacidade de multiplicar as cópias de uma forma simbólica. A reprodutibilidade das formas simbólicas é uma das características que estão na base da exploração comercial dos meios de comunicação. As formas simbólicas podem ser “mercantilizadas”, isto é, transformadas em mercadoria para serem vendidas e compradas no mercado. Um terceiro aspecto é que eles permitem um certo grau de distanciamento espaço-temporal. Finalmente, o uso dos meios técnicos pressupõe um processo que implica em um conjunto de regras e procedimentos de codificação e decodificação da informação ou do conteúdo simbólico de utilização prática (26,27:2002).

vezes, essenciais, mas não devem obscurecer a perspectiva de que o desenvolvimento da mídia é uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação é produzida e intercambiada (THOMPSON, 2002:19).

É importante, também, enfatizar que toda comunicação mediada é um fenômeno social que mobiliza um complexo número de condições que estão envolvidas na produção e circulação destas mensagens. Ao concentrarmos nossa atenção nas transformações da imprensa e nas primeiras publicações periódicas, percebemos que estes desenvolvimentos alteram as redes de comunicação preexistentes e as relações de poder estabelecidas.

O surgimento das indústrias da mídia, como um veículo do poder simbólico, remonta à segunda metade do século XV. Foi durante esse período que as técnicas de impressão, originalmente desenvolvidas por Gutenberg⁶, se espalharam pelos centros urbanos da Europa. As organizações tipográficas e editoras que emergiram neste período eram instituições culturais e econômicas. Este duplo caráter refletia-se na atmosfera destas casas editoras, que não eram somente centros de comércio, mas lugares de encontros para clérigos, eruditos e intelectuais. São nestes espaços que os impressores e editores mercantilizam as formas simbólicas, através de relações - importantes e conflituosas - com as autoridades religiosas e políticas.

O desenvolvimento das primeiras máquinas impressoras foi, assim, parte e parcela do crescimento da economia capitalista do fim da Idade Média, promovendo, inclusive, o deslocamento das bases de poder simbólico. Os comerciantes,

⁶ Kopplin e Ferrareto (In LOPES, Boanerges. 1994) esclarecem que, ao contrário do conhecido e divulgado pelo senso comum, as primeiras formas de impressão e de papel foram desenvolvidas na China, bem antes de se popularizarem no Ocidente. Plantas têxteis eram transformadas em fibras, encharcadas em água, prensadas em forma de papel e postas para secar. Um pincel feito de cabelos e tinta extraída do pó de fuligem era usado para escrever um elaborado sistema de ideogramas composto de vários milhares de caracteres. Já no século III d.C., o papel era largamente usado em toda China. As técnicas de fabricação do papel foram se espalhando gradualmente em direção ao ocidente, mas foi somente a partir do século XIII que o papel europeu começa a ser produzido. Em meados do século XIV, o papel já era usado em toda a Europa para fins de inscrição e, posteriormente, se revelaria ideal para os objetivos da impressão. Voltando à China, os métodos de impressão emergiram de processo de polimento e estampagem, e foram aperfeiçoados durante a dinastia de Sung (960-1280), incluindo uma primeira versão do tipo móvel. Os primeiros tipos móveis foram atribuídos a Pi Sheng, usando argila para fazer caracteres que depois eram endurecidos no fogo. Na Europa, os blocos de impressão apareceram no final do século XIV, e livros impressos nessas chapas em 1409. Contudo, os desenvolvimentos comumente associados a Gutenberg se diferenciam dos métodos originais chineses em dois aspectos: o uso de tipos alfabéticos e não ideográficos; e a invenção da máquina impressora.

proprietários destas impressoras, mantinham relações ambivalentes com as instituições políticas e religiosas dos Estados emergentes, reivindicando certa autoridade sobre o exercício deste poder. Tanto a Igreja quanto o Estado procuravam usar a indústria nascente com finalidades próprias, encomendando documentos oficiais, comunicações impressas e normas, bem como trabalhos dos mais diversos tipos. Em contrapartida, exerciam sua autoridade para coibir e controlar a produção de publicações impressas consideradas independentes. Este controle, em função do grande número de firmas impressoras, capazes de produzir e de distribuir textos em grande escala, acabou sendo limitado. Os editores, na maioria das vezes, encontravam meios de burlar os censores, os livros banidos numa cidade ou região eram editados numa outra e contrabandeados por mascastes. A censura estimulava um vigoroso comércio clandestino de livros.

Por volta de 1450 Gutenberg já havia desenvolvido suas técnicas o suficiente para as explorar comercialmente, e, poucos anos depois, muitas oficinas tipográficas estavam operando na Europa. As técnicas de impressão se espalhavam rapidamente, pois os tipógrafos carregavam seus equipamentos e seus conhecimentos de uma cidade para outra. Febvre e Martin⁷ estimam que até o final do século XV pelo menos 35 mil edições tinham sido produzidas, importando em pelo menos 15 a 20 milhões de cópias em circulação. Neste período, a população das nações onde a impressão se desenvolveu não ultrapassava 100 milhões, e somente uma minoria sabia ler.

Embora a maioria das publicações fosse, ainda, eminentemente religiosa, as impressoras também colaboravam na divulgação de obras de autores clássicos como Virgílio, Cícero, Ovídio, publicados em múltiplas edições. A crescente disponibilidade dos clássicos, através da imprensa, facilitou aos estudiosos fixar e padronizar os textos da antiguidade, numa medida que certamente seria inconcebível, se estes tivessem de ser copiados manualmente. Podemos dizer, para ilustrar a importância deste processo, que a expansão do humanismo italiano, pelo norte da Europa, se

⁷ Apud Thompson (2002).

deveu, em grande parte, à intermediação do papel dos impressores, editores e tradutores.

A imprensa também tornou mais fácil acumular e difundir dados sobre os mundos natural e social, e desenvolver sistemas padronizados de classificação, representação e prática. Algumas destas primeiras editoras logo se especializaram na produção de textos de medicina, anatomia, botânica, geografia, matemática, trabalhando em colaboração com professores universitários na preparação de obras científicas.

Os principais clientes destas primeiras casas editoras foram, sem dúvida, as elites urbanas instruídas, incluindo: o clero, os professores, os estudantes e alguns políticos; sendo provável, também, que alguns livros tenham sido comprados e lidos por uma proporção crescente de artesãos urbanos e comerciantes.

Na medida em que a leitura dos livros impressos foi se propagando, ao longo dos séculos XVI e XVII, uma grande quantidade de livros foi sendo impressa nas línguas vernáculas, em lugar do latim. Impressores, editores e autores começam a orientar a produção para as populações nacionais específicas, que podiam ler em alemão, francês e inglês, e, com isso, muitos dicionários e gramáticas foram produzidos, tendo em vista a padronização da grafia, do vocabulário e da gramática.

O declínio do latim e o surgimento das línguas nacionais foi um processo em parte acelerado pela indústria editorial, mas que teve conseqüências que foram além dos seus interesses, estabelecendo uma relação complexa com a posição da igreja, que manteve o latim como língua oficial, e com os Estados nacionais que, em seu crescimento e consolidação, passam a adotar as línguas vernáculas.

Em alguns casos, a autoridade política dos primeiros Estados modernos favorece ativamente o processo de unificação lingüística, adotando uma língua nacional particular, como idioma oficial do Estado. A influência da língua nacional se tornou cada vez mais importante como meio de interação com os estados oficiais e de acesso ao mercado de trabalho. Muitos dialetos regionais, principalmente aqueles que permaneceram na tradição oral e raramente foram usados na imprensa, declinaram em importância ou desapareceram.

Poder-se-ia argumentar que a fixação das línguas vernáculas nos impressos e a promoção de algumas destas línguas ao status de língua oficial do Estado foram importantes precondições para a emergência de formas de identidade nacional e de nacionalismo no mundo moderno. Este é o argumento de Anderson (1983), que sustenta que a convergência do capitalismo, a tecnologia da imprensa e a diversidade de línguas, na Europa dos séculos XV e XVI, apressaram a erosão da comunidade sagrada da cristandade e a emergência das “comunidades imaginadas” que está na base da consciência nacional. Lendo os textos em vernáculo, os indivíduos gradualmente se tornariam conscientes do fato de que pertencem a uma comunidade virtual de leitores com quem eles nunca iriam interagir diretamente, mas a quem se sentem ligados através da imprensa. Esta comunidade virtual de leitores torna-se parte da “comunidade nacional imaginada” sugerida por Anderson.

O teórico aponta que o desenvolvimento da imprensa e de outros meios técnicos da comunicação foi, na melhor das hipóteses, uma condição necessária para emergência da consciência nacional, não sendo única, dedicando, por isso, grande parte da atenção à luta contra o colonialismo, que teve, também, um papel importante na formação dos movimentos nacionais dos séculos XIX e XX.

Em sentido complementar às idéias de Benedict Anderson, John Thompson reconhece outros dois fatores que afetaram o estabelecimento de redes de comunicação no início da era moderna: o advento dos correios e da publicidade. Primeiramente, ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, alguns Estados começaram a estabelecer serviços postais regulares que rapidamente cresceram em disponibilidade para o uso em geral. Na França, Luiz XV estabeleceu o correio real, em 1464, permitindo que indivíduos particulares pudessem usar o correio mediante o pagamento de uma taxa. Na Europa Central, Maximiliano I construiu uma extensa rede ligando as terras centrais do império Habsburgo às outras cidades da Europa. Gradualmente, ao longo dos séculos XVII e XVIII, uma rede integrada de comunicação postal pública emergiu, fornecendo serviços postais domésticos e internacionais. É claro que, para os padrões do século XX, a comunicação era muito lenta. As mensagens eram transportadas por cavalos e carruagens, podendo demorar dias para chegarem ao destino, num tempo em que os caminhos eram

muito precários. Foi somente depois do desenvolvimento da estrada de ferro, já no início do século XIX, que o tempo requerido para transmitir mensagens pelo correio foi drasticamente reduzido.

Paralelamente ao uso dos correios, como um transmissor de informação, a comunicação na era moderna é marcada pela produção e distribuição, nas cidades, de uma variedade de folhetos informativos, pôsteres e cartazes. Uma verdadeira miscelânea de sentenças oficiais ou oficiosas, decretos do governo, folhetos polêmicos, descrições de eventos particulares, relatos sensacionalistas de fenômenos extraordinários ou sobrenaturais, como a existência de gigantes, a passagem de cometas e aparições sobrenaturais. Estas publicações eram avulsas e irregulares, vendidas aos milhares nas ruas por ambulantes, sendo uma valiosa fonte de informação sobre os acontecimentos locais e distantes e uma referência de fundo ficcional. O formato de publicações como periódicos de notícias e de informações surgem na segunda metade do século XVI, circulando com regularidade semanal e um certo grau de confiabilidade somente no final do século XVII.

Já nesse período, em função da proliferação de periódicos e jornais, as autoridades políticas agem de maneira a tentar regulamentar e a exercer algum controle, através da imposição de taxas que forçavam os periódicos marginais a sair de circulação, ao mesmo tempo em que traziam uma receita adicional para a coroa. Um decreto de 1712, publicado na Inglaterra, exigia que todos os proprietários de jornal pagassem um *peny* por qualquer folha impressa e um *shilling* por qualquer propaganda. Decretos posteriores aumentam as somas e alargam a base de aplicação da lei. Tais imposições foram duramente criticadas e se tornaram objeto de sátira na luta pela liberdade de imprensa. Somente a partir de 1830 os impostos foram progressivamente reduzidos, e, 30 anos depois, foram, finalmente, abolidos. Em outros lugares da Europa, a imprensa periódica do século XVIII permaneceu sob o controle e censura, variando apenas o grau de severidade.

Vemos, então, que estes conflitos provocados pela tentativa de interferência e controle estatal sobre a indústria da mídia e da informação, em paralelo às primeiras manifestações em defesa da independência da imprensa, irão desempenhar um papel importante na evolução do Estado constitucional moderno.

Segundo Thompson (2002), alguns dos primeiros pensadores liberais e líbero-democratas, como Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill, foram fervorosos advogados da liberdade de imprensa⁸. Eles viram na liberdade de expressão e de opinião, através de uma imprensa independente, uma salvaguarda vital contra o uso despótico do poder do Estado. É significativo que, depois de uma vitoriosa guerra de Independência contra coroa britânica, as colônias americanas tenham incorporado o direito a uma imprensa livre como a Primeira Emenda à Constituição. Similarmente, as constituições pós-revolucionárias na França, de 1791 e 1793, apoiando-se na Declaração dos Direitos do Homem de 1789, explicitamente protegeram a liberdade de expressão, mesmo que este direito tenha sido, posteriormente, abolido por Napoleão.

Garantias legais de liberdade de expressão foram sendo adotadas por vários governos europeus, de tal maneira que, no fim do século XIX, a liberdade de imprensa tinha se tornado uma questão constitucional em muitos estados ocidentais. Na Inglaterra, os impostos e as taxas sobre a imprensa foram retirados apenas na primeira metade do século XIX - o imposto sobre panfleto foi retirado em 1833; o imposto sobre o jornal foi eliminado totalmente em 1855; o imposto sobre o papel foi anulado em 1861. Essas reformas legais, em conjunto com as mudanças tecnológicas, permitiram a rápida expansão das indústrias de jornal e de

⁸ Embora a importância de uma imprensa independente tenha sido notória para muitos dos primeiros pensadores liberais, este é um tema que será retomado por poucos teóricos subjacentes. Uma exceção é a obra pioneira de Habermas, “Mudança estrutural da esfera Pública”, onde o autor ao explicar a emergência da esfera pública burguesa, atribuiu particular importância ao surgimento da imprensa periódica. Os jornais críticos e os semanários morais que começaram a aparecer na Europa em fins do século XVII e ao longo do século XVIII produziram um novo fórum de debate público. Embora estas publicações muitas vezes tenham surgido como jornais culturais dedicados à crítica literária, elas logo abrangem questões sociais e políticas. Além disso, novos centros de socialização aparecem nos principais centros urbanos da Europa moderna, incluindo salões e cafés, que, a partir do século XVII, se tornam lugares de discussão e ambientes sociais onde as elites instruídas podiam interagir entre si e com a nobreza em posição mais ou menos de igualdade. Foi na Inglaterra, do começo do século XVIII, que se criaram as mais favoráveis condições para a emergência da esfera pública burguesa. A censura e o controle político da imprensa eram menos rígidos que em outras partes da Europa e periódicos e jornais proliferavam. Ao mesmo tempo, os cafés prosperavam. Em torno da primeira década do século XVIII, estima-se que havia 3 mil cafés apenas em Londres, cada um com um núcleo de clientes regulares. Muitos dos novos periódicos se interligavam diretamente com a vida nos cafés, uma vez que eram lidos e debatidos por indivíduos que lá se juntavam para discutir as questões do dia. Parte da argumentação de Habermas tenta mostrar que a discussão crítica, estimulada pela imprensa periódica, teve um impacto transformador sobre as formas institucionais dos estados modernos. Ao ser constantemente chamado diante de um fórum público, o Parlamento se tornou cada vez mais aberto ao escrutínio, finalmente abandonando o direito de evitar a publicação de seus procedimentos. O Parlamento também se tornou mais aberto à imprensa e começou a desempenhar um papel mais construtivo na formação e na articulação da opinião pública. Estes e outros desenvolvimentos foram de considerável importância; são um testemunho contínuo do impacto político da esfera pública burguesa e de seu papel na formação dos Estados ocidentais.

publicações. O desenvolvimento posterior dessas indústrias nas sociedades ocidentais aconteceu dentro de um contexto político e legal que reconhecia a liberdade de expressão, sujeita apenas às exigências, que variavam, culturalmente, de nação para nação, de que o conteúdo escrito não fosse blasfemo, sedicioso, obsceno, difamatório ou, de maneira geral, caluniador; sendo que estas restrições não deveriam ser aplicadas de antemão, na forma de censura ou de controle do Estado, mas retroativamente, exigindo das pessoas acusadas desse crime que fossem responsabilizadas numa corte de justiça.

A transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala é um processo que se consolida, ao longo do século XIX, como reflexo das inovações técnicas, que aumenta a capacidade reprodutiva gráfica e sua abrangência - não mais limitada por fronteiras físicas - influenciado pelo fim dos impostos, pelo crescimento da população urbana e pelo declínio, significativo das taxas de analfabetismo.

Diante deste quadro favorável, duas tendências caracterizam o desenvolvimento da indústria do jornal, neste século e no seguinte: a crescente internacionalização das atividades de coleta de notícias e o crescimento, a consolidação e a concentração massiva dos meios de comunicação.

1.1.1. Para além das fronteiras: as Agências de Notícias

No século XIX, o trabalho jornalístico, na busca de informações, sistematiza o rompimento das fronteiras territoriais e simbólicas. A primeira Agência de Notícias Havas, foi estabelecida em Paris, por Charles Haves, em 1835, e usava pombos-correios para transmitir informações financeiras da Bolsa de Londres⁹. Esta agência funcionava, inicialmente, como um escritório de tradução; posteriormente, passou a coletar extratos de vários jornais da Europa e os entregar, diariamente, para a imprensa francesa. Em 1840, a Agência se divide e os empregados Julius Reuters e

⁹ Cf. Noblat (2002).

Bernhard Wolff criam serviços de coleta de informações concorrentes, em Londres e Berlim.

Com o desenvolvimento da tecnologia dos telégrafos, as agências fazem crescentes empregos dos sistemas de cabo para transmitir a informação através de vastas distâncias e com grande rapidez. Em 1869, a fim de evitar um forte conflito entre estas três agências, que buscavam ampliar seus clientes, os proprietários assinaram um tratado, que dividia o mundo em territórios exclusivos para a coleta e distribuição de notícias. A Reuters obteve os territórios do Império Britânico e do Oriente. A Havas conseguiu o Império Francês, a Itália, a Espanha e Portugal; e a Wolff obteve o direito exclusivo para explorar a Áustria, a Escandinávia e a Rússia. Embora as agências de notícias fossem organizações comerciais independentes, seus campos de operação correspondiam a esferas da influência econômica e política das principais potências imperiais da Europa.

O tríptico cartel de agências dominou a coleta e distribuição internacional de notícias até o início da Primeira Guerra Mundial, sendo rompido pela expansão internacional de duas agências de notícias dos Estados Unidos, a Associated Press (AP) e a United Press Association (UPA), subsequentemente transformada em United Press International (UPI). Em 1934, a Reuters assinou um acordo com a AP que deu, às agências dos Estados Unidos, liberdade para coletar e distribuir notícias mundialmente. Na nova era da livre competição, as Agências Americanas se expandiram rapidamente. A capitulação da França, em 1940, trouxe a dissolução da Havas, sendo substituída pela Agence France-Press (AFP). Com o surgimento do Nazismo, na Alemanha, a agência Wolff se transformou num órgão oficial do governo e, subsequentemente, perdeu sua posição de influência no âmbito internacional.

No período após a Segunda Guerra Mundial, as quatro maiores agências – Reuters, AP, UPI e AFP – se expandiram e consolidaram suas posições no sistema internacional de distribuição de notícias, não somente com o suprimento de notícias para os jornais, como também para as estações e redes de rádios e televisão. Embora já existam muitas outras agências operando em âmbito internacional, estas quatro Agências ainda mantêm seu papel predominante, e, apesar da grande dispersão dos países clientes (em 1977, a Reuters atendia 150 países, a AFP 129 e a

AP e a UPI 108 e 92 países, respectivamente), sempre existiu um forte contraste em relação à localização dos escritórios de coleta de notícias, que estão concentrados preferencialmente nas regiões mais desenvolvidas do mundo e principalmente na Europa. Isto tem provocado um desequilíbrio quantitativo e, conseqüentemente, qualitativo de informações sobre a África e América Latina, regiões sistematicamente “esquecidas” pelas agências de notícias.

Não são somente as agências que irão sofrer a consolidação e concentração massiva. Os meios de comunicação também irão passar por um processo semelhante, configurando a segunda tendência que caracterizou o desenvolvimento da indústria da mídia nos séculos XIX e XX. Thompson (1995) exemplifica este processo, ao discorrer sobre a expansão da indústria jornalística inglesa, do século XIX:

Como resultado desses e outros desenvolvimentos, a circulação de jornais cresceu regular e significativamente. A expansão na circulação dos jornais dominicais, que geralmente lideram o campo nesse assunto, foi particularmente marcante. O primeiro jornal dominical na Inglaterra, o *Sunday Monitor*, apareceu em 1779 e foi logo seguido por outros, incluindo o *Observer*, em 1791. Em 1810 os jornais dominicais tinham circulação muito acima dos diários; em 1854 os principais jornais dominicais tinham tiragens ao redor de 110.000, enquanto o diário mais importante, *The Times*, tinha uma circulação de 38.000 em 1851. Ainda mais: a leitura de jornais, e especialmente os jornais dominicais, era provavelmente maior que sua venda real, pois eles eram lidos nas casas de café, tavernas, salas de leitura e clubes. Pelo fim do século XIX, o principal jornal dominical, *Lloyd's Weekly News*, tinha uma circulação ao redor de 1 milhão de cópias. Os jornais diários também aumentaram sua circulação substancialmente no curso do século XIX, e em 1890 o *Daily Telegraph* tinha alcançado a circulação de 300.000. (THOMPSON, 1995: 235)

O aumento na circulação de jornais foi acompanhado por mudanças significativas no conteúdo e no formato editorial, que passam a adotar um estilo mais leve na escrita e dar maior atenção, como os periódicos dominicais, ao crime, à violência sexual, ao esporte e aos jogos de azar. Além disso, esta consolidação e crescente concentração dos meios de comunicação leva ao declínio do número de empresas jornalísticas. Como complementa Thompson (1995):

O número de diários nacionais caiu de 12, em 1921, para 9, em 1937, enquanto que o número de jornais dominicais caiu de 21 em 1921 para 17 em, 1937, e depois para 12, em 1975. As principais perdas ocorreram entre os jornais diários, que caíram de 130, em 1921, para 80, em 1987. O declínio no número de jornais era um indicativo da crescente concentração na indústria jornalística, com menos organizações comandando maiores fatias do mercado. (THOMPSON, 1995:238)

Com o crescimento da indústria e a expansão do mercado de impressos, as bases de financiamentos começam a mudar e de pequenas empresas editoriais e gráficas vemos surgir os grandes conglomerados comerciais. Segundo Thompson (2002), este processo leva a uma crescente concentração de recursos, em muitos setores da indústria, com poucas organizações no comando das maiores porções do mercado:

O grau de concentração é particularmente notável na indústria jornalística (embora de modo algum exclusivamente); no começo dos anos 90 [do século XX] na Inglaterra, por exemplo, quatro grandes grupos da mídia controlavam cerca de 92% da circulação dos jornais de domingo. Além disso, os processo de crescimento e de consolidação assumem cada vez mais um caráter multimídia à medida que as grandes corporações vão adquirindo participação crescente nos vários setores das indústrias da mídia, desde as edições de jornais locais, nacionais às transmissões televisivas via satélite, das publicações de livros e revistas à produção e distribuição de filmes. (THOMPSON, 2002:74)

Em parte, através das tomadas de controle e outras formas diversificadas de fusões, os grandes conglomerados de comunicação, isto é, as indústrias jornalísticas e/ou agências de notícias, assumiram um crescente e importante papel no domínio da transmissão de conteúdos simbólicos, que, com o processo de globalização, não estão mais sujeitos às legislações de controle local ou aos limites territoriais. Mas, em contrapartida, a concessão do direito de veicular ou de retransmitir informações, em um determinado país, ainda permanece vinculada ao poder decisório do Estado.

O controle da informação, atrelado a qualquer censura prévia, está superado, e o papel do Estado democrático será regulamentar o número de concessões e a abrangência, determinando quem tem o direito legal de prestar o serviço. Além disso, a imprensa independente tem, garantidos, inclusive constitucionalmente, a liberdade de expressão e de opinião e o acesso à informação.

Esta discussão recebe, a seguir, um enfoque em relação ao desenvolvimento da mídia no Brasil e suas relações com o poder, que permite identificar, neste contexto, o surgimento das instâncias da assessoria de imprensa voltadas para o meio político.

1.2. O contexto brasileiro

O Brasil, como uma nação soberana e organizada sob os pilares do Estado democrático de direito, foi marcado, no decurso de sua história, por várias conquistas políticas. O pluripartidarismo, a Assembléia Nacional Constituinte, a reconquista de direitos, como os de livre manifestação de opinião e livre associação, a restituição do sufrágio universal para a escolha de representantes nas principais instâncias do poder estatal, são algumas das significativas conquistas para a maioria da população brasileira, que marcaram estas últimas duas décadas após o período ditatorial. No entanto, percebemos que, mesmo com avanços significativos, vários déficits democráticos ainda persistem, dentre os quais nos interessam os mecanismos de controle da informação e de concentração da propriedade dos meios de comunicação social, entraves políticos que ainda não foram completamente superados.

O desenvolvimento dos meios de comunicação teve um papel crucial na construção do imaginário democrático brasileiro. Como ocorreu na Europa, a imprensa foi a responsável pela circulação de informações que ora se contrapunham ao poder instituído, através da dita imprensa alternativa, ora se articulavam com ele, estando presentes em suas redes de financiamento e de manutenção do *status quo*. Estas relações - tanto do Executivo como do Legislativo - com os meios de comunicação sempre foram muito conflituosas, como constatamos nos períodos de extrema perseguição e censura da mídia, em simultaneidade ao debate cultural e político da liberdade de expressão.

Este debate, em nosso país, nos remete à chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, que influenciou diretamente a atividade intelectual local. A imprensa Régia¹⁰, que até então era responsável somente pela impressão das leis e papéis diplomáticos, tendo como principal função a censura prévia de todo documento que aqui deveria circular, passa a exercer outras funções, como a impressão, em 10 de setembro, da publicação do primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial destinado a informar as ações administrativas e a vida social do Reino. Mas em junho deste mesmo ano, já circulava em terras coloniais o primeiro número da revista doutrinária, defensora da liberdade de imprensa e da Constituinte, o *Correio Brasiliense*, do escritor Hipólito José Costa, que foi impresso clandestinamente em Londres. (NOBLAT, 2002)

A vida na colônia é intensa, principalmente após a vinda da família real, e a imprensa é o meio de disseminar as idéias da Coroa e dos intelectuais que aqui residem. Em 1820, às vésperas da independência, surgem várias publicações pelo país, dentre elas o *Revérbero Constitucional Fluminense*, que terá papel importante na convocação da Assembléia Constituinte, e *Malagueta*, jornal independente e defensor de idéias liberais. No ano seguinte, Dom Pedro I decreta o fim da censura prévia e, paralelamente, é editado o *Diário do Rio de Janeiro* considerado o primeiro jornal informativo do país.

Mas o debate da liberdade de imprensa virá acompanhado de outras lutas, principalmente a defesa pelo fim da escravidão, que foi veiculada pelo *Typhis Pernambucano*, periódico lançado em 1823, tendo seu idealizador, Frei Caneca, sido fuzilado em Recife, dois anos depois.

Nesta época em que o Brasil era colônia da corte portuguesa, não existia legislação própria no país referente à liberdade de imprensa, aplicando-se a lei portuguesa de 12 de julho de 1821, que foi posta em execução, inicialmente, na Bahia. Essa lei versava que a contenção dos excessos na livre manifestação do pensamento pela imprensa seria o Júri, onde o conselho de sentença era chamado

¹⁰ Segundo Laner (2000), desde o Império, a atividade da imprensa já era regulada, através da Carta de Lei de 2 de outubro de 1823. Na República, duas leis foram elaboradas: a primeira foi a Lei nº 2.183, de 12 de novembro de 1953, e esta foi revogada pela Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, elaborada e posta em prática no período autoritário da Ditadura Militar, mas sua vigência persiste até hoje.

de Juízo dos Jurados, composto por 24 cidadãos escolhidos pelo Regente. A formação do Juizado de Fato foi oficializada no Decreto de 22 de novembro de 1823, outorgado por Dom Pedro I.¹¹

Em 1852 os jornais começam a publicar em folhetins obras de grandes escritores brasileiros, dentre as quais *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, *O Guarani*, de José de Alencar e *A Mão e a Luva*, de Machado de Assis, atraindo um grande número de leitores que se tornaram cativos. Alguns anos depois, com a descoberta do uso de bobinas nas rotativas, que permitia a impressão de tiragens antes nunca vistas, de 12 a 18 mil exemplares, alguns jornais tentam diversificar sua maneira de agir. Um dos primeiros, segundo Noblat (2002), é o jornal *A Província de São Paulo*, que havia nascido em 1875 e que vivia exclusivamente da venda de anúncios e de assinaturas e que em 23 de janeiro do ano seguinte, dá início à venda avulsa.

Segundo este pesquisador, num primeiro momento a população não reagiu bem à novidade, considerando que o método daria início à mercantilização na imprensa. Mas após uma reação inicial negativa por parte dos leitores, outros periódicos passam a adotar a mesma forma de comercialização e, em 1890, o periódico já é um dos mais lidos, passando a chamar-se *O Estado de São Paulo*.

No início da década seguinte, o jornal informativo do governo passa a chamar-se *Diário Oficial*, como é conhecido até hoje. Os dez anos seguintes serão marcados

¹¹ Para ter mais informações sobre a lei de imprensa, ver Pereira (1993), que explica que os impasses jurídicos e sociais que surgiram na fase de construção do Estado soberano, através da Constituição imposta pelo imperador, em 1824, perduraram até o final do século XX. A Lei de Imprensa, de 20 de setembro de 1.830, apenas regulava o artigo 179, parágrafo 4º desta Constituição, onde se mantinham as penas corporais e pecuniárias, com detalhamento sobre o Tribunal de Imprensa, dividido no Júri de Acusação e no Júri de Julgação. Com a Proclamação da República, o país passou a ser regido por um novo Código Penal que, a partir de 11 de outubro de 1.890, engloba também os crimes de imprensa. Promulgada a primeira Constituição Republicana, em 24 de fevereiro de 1.891, permaneceram os princípios liberais sobre atuação da imprensa, onde foi vetado o anonimato. No ano de 1921 a legislação sofre outro revés, o Decreto nº 4.291 de 17 de janeiro foi assinado para reprimir o anarquismo no Brasil e trouxe restrições e penalidades à imprensa. O Decreto era composto por 14 artigos, e sua importância histórica é ressaltada por ter sido empregada pelos governantes como um instrumento rigoroso para cercear a liberdade de expressão, pois o governo estava autorizado a fechar associações, sindicatos e sociedades civis. Os condenados por delitos de imprensa tinham penas privativas de liberdade, o que representou uma inovação. A Lei nº 4.743 de 31 de Outubro de 1923, conhecida como Lei Adolfo Gordo, referência ao seu relator no Senado, foi um verdadeiro bombardeio sobre os jornalistas, devido à instabilidade política e a vigência do Estado de Sítio. O projeto trazia uma inovação: a teoria da responsabilidade solidária, substituindo a tradição legislativa da responsabilidade sucessiva para os crimes de imprensa e a censura prévia. A aprovação desta lei ocorreu em clima de conturbação e sem a mínima garantia de uma discussão legislativa ampla, aberta e ponderada. Evaristo de Moraes chamou a Lei 4.743 de "*Lei Contra a Imprensa*", pois, com 37 artigos, previa a prisão especial para os jornalistas infratores e, sobretudo, preocupava-se com a responsabilidade, a pena e o processo.

pela consolidação dos grandes jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, período no qual Joaquim Nabuco e Rodolfo Souza Dantas fundam o *Jornal do Brasil*, e que estes periódicos instalam ou ampliam escritórios de correspondentes em Londres, Paris, Roma, Lisboa, Nova York, Buenos Aires, Montevidéu e Santiago do Chile, promovendo um salto de qualidade jornalística no qual as fronteiras de sua atuação ultrapassam o âmbito exclusivamente nacional, entrando em sintonia com a imprensa latino-americana e européia.

Mas apesar da imprensa brasileira ser bastante incipiente, começam a se formar os grandes conglomerados midiáticos. Em 1924, ao assumir *O Jornal*, Assis Chateaubriand dá início ao primeiro império da comunicação do país, os *Diários Associados*, que recebe este nome logo após a Revolução de 1930 e, nos anos 90, passa a chamar-se somente: *Associados*.

A partir da Revolução de 1930, assume o governo provisório Getúlio Vargas, instaurando um regime de direito pleno. No entanto, na opinião de Sodré (1979) ao contrário do que se esperava, ampliam-se as limitações ao livre fluxo de informação e a Nação passa a viver uma espécie de *trailer* do que iria acontecer com a instauração do Estado Novo Getulista, onde, pela primeira vez na história, a censura prévia constaria no texto constitucional. Foi durante o Estado Novo que Getúlio criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que instaura a censura e veta o registro de 420 jornais e de 346 revistas.

Dois dias antes da promulgação da Constituição de 1934, Vargas baixa o Decreto nº 24.776, em 14 de julho do mesmo ano, para revogar as disposições vigentes. Pereira (1993) explica que a estrutura do Decreto, considerado a segunda Lei de Imprensa da Era Republicana, mereceu apreciações positivas, ainda que contrariasse os princípios da liberdade de expressão. Na época, foi considerada importante a volta do Júri com Tribunal, composto por cinco pessoas, para julgar os delitos de imprensa. Apesar de tudo, este decreto previa a aplicação de penas em dobro somente quando atingisse o Presidente da República, e garantia prisão especial aos jornalistas condenados, sem sujeição ao regime carcerário.

Com a queda do Estado Novo, o governo provisório de José Linhares procurou estabelecer regras liberais, cassando a censura prévia da Constituição da Ditadura,

através do Decreto-Lei nº 8.356, de 12 de dezembro de 1945, que eliminava os órgãos encarregados da repressão e da censura e retornava à vigência o Decreto nº 24.776/34.

Getúlio Vargas retorna à Presidência, com o respaldo do voto popular, na eleição de 1950, mas com pesada carga oposicionista, exercida pelos jornais do Rio de Janeiro. Segundo Pereira (1993), esse clima político teve influência na montagem da nova Lei de Imprensa, nº 2.083, de 12 de novembro de 1953, que foi considerada retrógrada por sua estrutura técnica, defeituosa na sua redação e imprecisa nas suas especificações, por não contemplar os meios eletrônicos de comunicação.

Apesar de frágil, esta lei sobreviveu até a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Pereira (1993) afirma, ainda, que a interpretação desta lei possibilita as seguintes conclusões: de um lado, procurou oferecer algumas "vantagens" aos jornalistas, mas, de outro exigiu dos profissionais e das empresas, medidas preventivas que conduziam à autocensura ou ao exercício parcial da liberdade, inserida na própria Constituição de 1946.

O Brasil passa por um período de modernização tecnológica e os jornais também tentam acompanhar este processo. O *Jornal do Brasil* seria o primeiro a mudar o modelo gráfico. Em 1957, o *JB* compra uma nova impressora e altera o projeto editorial do jornal, retirando fios, e fazendo uma diagramação mais limpa, passando a valorizar, inclusive, o uso de fotografias. Paralelamente a isto, por decreto (nº 1.177/62), o exercício da profissão de jornalista fica condicionado ao diploma de curso superior e ao registro no Ministério do Trabalho.

Modificações jurídicas surgem antes da promulgação da Lei nº 5.250/67. Com o golpe de 31 de março de 1964, são editados Atos Institucionais e Complementares, que suspendem a vigência dos artigos da Constituição de 1946 e das leis então em vigor. O sociólogo Ricardo Silva (2004), citando Campos (1979, p. 241)¹², afirma que é na constituição de 1967, consagrada pelo "Executivo Forte" que se reforça a hipertrofia do poder Executivo e o conseqüente enfraquecimento do Legislativo, dispondo das seguintes prerrogativas ampliadas: Iniciativa legislativa direta, em

¹² Silva, Ricardo (2004: 316).

matéria de finanças e segurança nacional; exclusividade na ordenação da despesa e institucionalização do planejamento, cerceando-se pressões inflacionárias da clientela legislativa; redefinição do federalismo, pela correção da “anarquia tributária”, pela limitação de liberdade dos Estados, e pela ampliação do direito de intervenção federal.

Ainda segundo Silva, a contrapartida do fortalecimento do poder Executivo é a redução drástica das prerrogativas do Legislativo, o qual passava a funcionar mais como um fórum de debates do que como um poder independente, capaz de controlar ou se contrapor seriamente às iniciativas do governo. Além disso, a instituição da censura nos meios de comunicação, mediante a Lei de Imprensa, promulgada na esteira da Constituição de 1967, representou uma importante reformulação constitucional, dificultando a mobilização popular:

Pela Lei de Imprensa (leia-se censura), poder-se-ia evitar que os meios de comunicação se transformassem em “veículos de propaganda subversiva, incitação ao pânico econômico e aviltamento das instituições”. Além disso – e muito importante – a referida lei abriria novas oportunidades de legitimação ao governo, pois “a manipulação dos meios de comunicação de massa pode ser elemento, ao mesmo tempo, de comunicação popular e de fortalecimento do Executivo” (CAMPOS, 1979: 242)¹³.

É esta ideologia do Estado autoritário no Brasil, que se deu, também, através da censura aos meios de comunicação e que buscou legitimar o afastamento da presença popular das arenas estatais. Para este estudioso, pode-se falar em um complexo institucional que abrange, de modo razoavelmente meticuloso, um conjunto de mecanismos e “é a esse fim que se destina a hipertrofia do poder Executivo, o enfraquecimento do Legislativo, a expansão do domínio das elites tecnocráticas e, em casos extremos, a suspensão dos direitos básicos da cidadania (como o sufrágio universal), paralelamente da força mobilizadora militar contra os movimentos sociais” (SILVA, 2004:338).

Reafirmando seu caráter coercitivo, a ditadura militar, em 68, instituiu o Conselho Superior de Censura, que passa a exercer o controle da produção e da divulgação dos bens culturais. Em contrapartida, é no período de 64 a 80 que

¹³Apud. Silva (2004).

surtem os principais jornais de oposição ao regime militar, dentre os quais *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. Para o teórico Renato Ortiz (1988), o aparecimento de periódicos com linhas editoriais opostas ao regime é sintomática, pois os bens culturais, além de seu lado material, envolvem uma dimensão simbólica que aponta para problemas ideológicos, que expressam uma aspiração, um elemento político embutido no próprio produto veiculado. Por isso, o Estado exerce controle diferenciado desta área, pois a cultura pode expressar valores e disposições contrárias à vontade política dos que estão no poder.

Tomando como base de raciocínio a ideologia de Segurança Nacional, que constituiu o pensamento militar em relação à sociedade, diríamos, resumidamente, ainda com Ortiz (1988) que esta ideologia concebe o Estado como uma entidade política que detém o monopólio da coerção, isto é, a faculdade de impor, inclusive pelo emprego da força, as normas de conduta a serem obedecidas por todos, mas que, ambigualmente, ao ser repressor, acaba incentivando as atividades culturais, pois os intelectuais se auto-concebem como “agentes políticos”¹⁴ contra o autoritarismo.

O ano de 1984 é marcado pela efervescência política, os principais jornais, agora no processo de transição democrática, se posicionam sobre a sucessão do então Presidente João Baptista Figueiredo. Segundo Noblat (2002), o jornal *Folha de São Paulo*, depois de uma pesquisa cujo resultado demonstrou que a população desejava eleger o próximo presidente da República, adere à campanha Diretas Já. Em função de seu envolvimento político, que fortalece sua credibilidade, dois anos depois, a *Folha de São Paulo*¹⁵ alcança o posto de primeiro jornal do país em volume de vendas, desbancando assim *O Globo*, que mantinha a liderança desde a década de 30.

¹⁴Ortiz (1988) utiliza-se para esta análise, como ele próprio explica, do instrumental gramsciano, que se populariza nos anos 70, como suporte para os estudos sobre a cultura no Brasil, pois suas idéias sobre a guerra de posições e, sobretudo, a concepção do Estado como campo de luta ideológica, é, na opinião de Ortiz, muito mais pertinente, diante da censura que atingia em cheio os meios de comunicação, do que o pensamento da “Escola de Frankfurt”, no diagnóstico da problemática brasileira (ORTIZ 1988:16).

¹⁵Quase nove anos depois, em 12 de maio de 1995, novamente a *Folha de São Paulo* volta a alcançar sua tiragem de maior circulação da história da imprensa brasileira: 1.613.872 de exemplares vendidos, alavancada pela jogada de marketing que faz o lançamento de um Atlas histórico acompanhar a publicação. Em maio, o *Jornal do Brasil* inaugura o primeiro jornal eletrônico do país, o JB On-line. (NOBLAT, 2002).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a Lei 5.250/67 sofreu várias alterações. A principal delas refere-se à legitimação das liberdades de expressão, de informação e de imprensa, que se encontra no Título VII, Capítulo V, intitulado “Da Comunicação Social”, artigos 220 a 224. Este capítulo inscreveu normas de comunicação coletiva, extinguiu a censura, inseriu o direito de resposta, o dever de informar e o direito de ser informado. Mas o que era aguardado pelos defensores da democratização dos meios de comunicação não ocorreu: a revogação da Lei nº 5.250/67. Os anos foram passando e a lei autoritária permaneceu, criando distorções graves e prejudiciais ao processo de democratização dos meios de comunicação.

Ainda hoje, a legislação sobre a imprensa continua ultrapassada e com resquícios ditatoriais, restringindo-se aos aspectos penais e civis dos chamados crimes de imprensa. Está em tramitação, no Congresso Nacional, um projeto para alterar a Lei de Imprensa¹⁶, mas seu conteúdo versa somente sobre o controle do que é publicado pelo jornalista, indenizações e punições, “esquecendo” da limitação aos monopólios e oligopólios, das restrições à propriedade e ao controle dos veículos de comunicação, da regionalização e democratização das produções.

Nas secções anteriores, relacionamos os fatos sócio-históricos ao desenvolvimento da imprensa na Europa e no Brasil. Esse resgate não traz grandes novidades, pois já foi realizado, de forma mais completa, por outros autores. Ele nos interessa apenas no sentido de introduzir, contextualizando, a discussão sobre a assessoria de imprensa. A partir dessas informações levantamos as duas primeiras considerações: de que a imprensa desempenhou um papel importante na construção do ideário democrático nacional e internacional e de que seu desenvolvimento sempre esteve relacionado com as redes de poder institucional,

¹⁶ Ver Pereira (1993), Antunes (1997), Miranda (1995). O debate sobre a urgência de uma nova Lei de Imprensa como base de constituição do direito de cidadania não é recente. A primeira versão do projeto de Lei de Imprensa, por exemplo, foi aprovada pelo Senado em 1992. Três anos depois, a Câmara dos Deputados, através da Comissão de Comunicação, aprovou um outro substitutivo, que vem sendo aperfeiçoado, e propôs a revogação dos dispositivos autoritários da Lei de Imprensa em vigor, a Lei nº 5.250/67, que garantia desde a censura prévia, a apreensão de publicações, a prisão de jornalistas e a proteção das autoridades diante do trabalho investigativo da imprensa. Com certeza, o maior problema centrado na discussão do projeto da nova lei de imprensa é a pouca receptividade do Congresso para regulamentar as disposições dos artigos 220, 221, 223 e 224, da Constituição, que tratam da democratização dos meios de comunicação.

principalmente àquelas ligadas ao Estado moderno. O capítulo a seguir, volta-se para ambas, tentando situá-las em uma teorização específica.

2. A ASSESSORIA DE IMPRENSA

As primeiras publicações empresariais surgem no século XIX, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América (EUA), com o objetivo de atenuar o descontentamento interno em diversas corporações. Mas foi somente durante o governo de Andrew Jackson, em 1829, nos Estados Unidos, que se criou um *house organ*, cujo nome era “The Globe”, configurando o que pode ser considerado a primeira assessoria de imprensa governamental. Essas iniciativas pertencem a um contexto social que já estava propício para a emergência desta forma de relação midiática, que se estabelece entre uma organização - ou personalidade - e os veículos de comunicação. Entretanto, as expressões “agente de imprensa” (press agent) e “divulgador” (publicity agent) foram utilizadas, pela primeira vez, apenas em 1868 (LOPES, 1994).

No Brasil, tais iniciativas têm seus primeiros registros no período pré-industrial. Referindo-se à vertente norte americana, que defendia a imparcialidade e a objetividade¹⁷, a idéia de se preocupar com a divulgação de informações nos meios de comunicação de massa foi lançada pelo Departamento de Relações Públicas da *Popular Light*, empresa de distribuição de energia elétrica, com sede no Rio de Janeiro. Em seguida, o Serviço de Informação e Divulgação do Ministério da Agricultura, passou, também, a desenvolver atividades de divulgação e de comunicação institucional. Oficialmente, foi durante o governo de Getúlio Vargas que se estabeleceu, pela primeira vez, um serviço de atendimento à imprensa, ligado ao gabinete civil, por meio do Decreto nº 3.371, em pleno Estado Novo. Nesta fase, em finais da década de 30, o objetivo era divulgar os atos do presidente e as obras realizadas naquele período. Este órgão de comunicação, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), logo teve suas funções alteradas, servindo para instaurar a censura, proibindo a circulação de vários jornais e revistas.

¹⁷ Segundo Clovis Rossi (1988: 9), a maior parte da imprensa brasileira adota o “mito da objetividade” importado dos padrões norte-americanos de fazer jornalismo. “De acordo com o ‘mito da objetividade’ a imprensa deveria colocar-se numa posição neutra e publicar tudo que ocorresse, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões, a opinião dos proprietários de uma determinada publicação deveria restringir-se à página de editoriais”.

Não pretendemos reescrever a história da imprensa no Brasil, mas apenas situar o surgimento da assessoria que, como vimos, irá se desenvolver a partir da necessidade de divulgação das ações dos governantes. É no Estado Novo e também no período do Regime Militar, no século XX, que este ramo profissional do jornalismo assume um papel mais próximo do Estado, servindo tanto de órgão censor quanto de produtor de bens culturais e seguindo, em grande medida, a ideologia dominante.

Entretanto, é a partir do processo de democratização que lentamente vai se alterando a maneira de operar de algumas organizações e, conseqüentemente, o papel da assessoria de imprensa, que deverá se adequar às novas tecnologias¹⁸, acumulando múltiplas funções, que vão desde a elaboração do texto até sua editoração e diagramação. Por outro lado, as informações prestadas pelos assessores de imprensa, que de uma forma ou de outra participam do jogo de poder, ainda insistem em manter a premissa de serem objetivas e isentas de interpretações, evidenciando algumas contradições fundamentais, que serão analisadas a seguir.

2.1. O fazer da Assessoria de Imprensa (Parlamentar)

Utilizamos a categoria “assessor de imprensa” para denominar, genericamente, o jornalista que tem como função estabelecer a mediação entre aquele para quem presta serviço - uma organização ou uma pessoa - e os meios de comunicação de massa. Dentro desta categoria, cabe destacar a de “assessor de imprensa parlamentar”, central para o nosso estudo, por referir-se, especificamente, à mediação entre os parlamentares – ou seja, ao trabalho para apenas um, para um grupo de um mesmo partido ou ainda para um conjunto de parlamentares de uma dada instância política - e a mídia.

¹⁸ Sobre a inclusão do computador no cotidiano dos jornalistas, ver Baldessar (2003), que aponta o advento da informatização como um dos responsáveis pela recente destruição de postos de trabalhos e a conseqüente precarização do emprego do jornalista.

Sendo assim, o Assessor de imprensa, em lugares distintos, está inserido diretamente no processo de produção e de reprodução¹⁹ da notícia, elaborada, num primeiro momento, por ele, e difundida, em seguida, pelos diversos veículos de comunicação.

Segundo Boanerges Lopes (1994), o papel do Assessor de imprensa é administrar informações jornalísticas das fontes para os meios de comunicação, e vice-versa, nas áreas pública e privada. Esta opinião é compartilhada por Kopplin e Ferrareto²⁰, que afirmam que a assessoria, enquanto processo de divulgação de idéias, está associada a dois aspectos fundamentais: a necessidade de divulgar opiniões e realizações de um indivíduo ou grupo de pessoas e a relação com um conjunto de instituições, conhecido como meios de comunicação.

Poderíamos adotar estes conceitos como definidores da atribuição básica da assessoria de Imprensa, mas existem, ainda, outras atividades relacionadas a esta profissão: o acompanhamento diário das programações jornalísticas dos veículos de comunicação; a edição de jornais, revistas, vídeos; a elaboração de *releases* (sugestões de pauta), textos de apoio, sinopses; o trabalho de clipagem e, também, a organização de entrevistas coletivas e individuais, além da participação direta na relação com o setor de publicidade e de relações públicas.

Destacamos, principalmente, que o papel da assessoria é potencializar os acontecimentos midiáticos servindo, de maneira ambivalente, tanto como fonte²¹ para a pauta dos veículos de comunicação comerciais, quanto como produtor de um veículo de comunicação destinado a um público específico, nas formas de informativo, jornal, página eletrônica, panfleto, entre outras. A assessoria configura-

¹⁹ Utilizo aqui o conceito adotado por Walter Benjamin (1985), no ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, onde o autor explica que a multiplicação das cópias transforma o evento, produzido apenas uma vez, num fenômeno de massas, conferindo-lhe atualidade permanente.

²⁰ In. LOPES (1994).

²¹ Este fenômeno, em relação às fontes de informação, tem sido analisado a partir de hipóteses. Uma delas defende a idéia de que os jornalistas preferem as fontes institucionalizadas, principalmente, aquelas ligadas ao governo, para legitimar as notícias veiculadas (SIGAL, 1973); outra, citada em Souza (2000), é a de que a informação é resultado da negociação entre jornalista e fonte (GANS, 1980 e BLUMLRE e GUREVITCH, 1985), e uma outra, ainda, é a de que as informações são conseguidas através de redes que capturam os acontecimentos nas suas malhas (TUCHMAN, 1983). Já em relação à previsibilidade, (BOORSTIN, 1971) – retirado de Souza (2002) - apresenta a hipótese de que o assessor de imprensa cria fatos, *pseudo-notícias*, para serem cobertos pelos veículos de massa, redimensionando o próprio conceito de notícia.

se, então, como uma fonte de informação e de atualização da notícia e de seus pressupostos.

Ao utilizar os recursos e possibilidades da mídia convencional, disponibilizando *releases*, artigos e reportagens para os jornais, rádios, TVs, *home pages*, o assessor de imprensa, por um lado, precisa participar de uma estrutura de poder mantida e reforçada pela própria rede midiática; mas, por outro, ao reutilizar o material publicado na grande imprensa para a elaboração de boletins e informes, direcionados a um público determinando²², exerce uma “apropriação” desta mesma estrutura.

Essa espécie de “bricolage”²³, realizada pelo assessor de imprensa, utilizando fragmentos que serão aproveitados para divulgar algo que diz respeito à ação específica do assessorado – no caso deste trabalho, o Parlamento –, não apenas potencializa a força da notícia, ao retirá-la de seu meio original, colocando-a num outro, de caráter diverso, como também amplia sua abrangência. Esse duplo deslocamento do contexto do discurso²⁴ reafirma a controvérsia sobre o caráter de “verdade”²⁵ e de “credibilidade” daquilo que é publicado pelos meios de comunicação, que pode legitimar ou não, os acontecimentos noticiosos.

O assessor repete, copia ou ainda reproduz a informação, a partir de seu contexto inicial ou do que já foi veiculado pelos meios de comunicação. Este processo de multiplicação das formas simbólicas, através dos meios técnicos²⁶

²² Este público específico conjuga a comunidade em geral, que acaba criando vínculos, os apoiadores e os eleitores. As expressões “apoiadores” e “eleitores” são utilizadas nos gabinetes parlamentares para marcarem a diferença entre aqueles que contribuem, efetivamente, durante a campanha e/ou participam de reuniões de gabinete, dos que somente votam.

²³ Desviando para a Sociologia Política um conceito antropológico, utilizo a expressão no sentido proposto por Lévi-Strauss, em *O pensamento selvagem*, que faz uma análise do pensamento mítico como um “bricolage intelectual”: “O *bricoleur* está preparado para executar um grande número de tarefas diversificadas; mas, contrariamente ao engenheiro, não subordina cada uma delas à obtenção de matérias-primas e de instrumentos, pensados e concebidos à medida do seu projeto, (...) mas é o resultado contingente de todas as ocasiões que se apresentaram para renovar ou enriquecer o estoque, ou para o melhorar graças aos resíduos de construções ou de destruições anteriores (...) os elementos são recolhidos ou conservados em virtude da existência do princípio de que é algo que ainda pode vir a servir” (LÉVI-STRAUSS, 1989:27)

²⁴ O conceito de discurso segue, aqui, o referencial foucaultiano, que será desenvolvido mais adiante.

²⁵ Vários fatores interferem na reprodução da notícia, dentre eles, as questões éticas, cuja discussão não será aprofundada, teoricamente, neste trabalho, embora perpassasse toda a prática jornalística e se evidencie, aqui, na própria escolha do objeto. Salientamos, apenas, que o jornalista, ao reutilizar e retransmitir, permite-se as possibilidades de manipulação da forma e do conteúdo da notícia, impossibilitando, muitas vezes, a identificação dos papéis de autoria e de referente, o que vem a colocar em cheque os mitos da objetividade e da neutralidade.

²⁶ Para compreendermos o que significa a capacidade de multiplicar as formas simbólicas ver Thompson (2002). A reprodutibilidade das formas simbólicas é uma das características que estão na base da exploração comercial dos meios de

disponíveis, é que irá permitir a visibilidade e a publicidade do assunto ou do evento em foco. Talvez, nesta lógica, o próprio *feedback* - para usar uma expressão da linguagem jornalística -, ou, ainda, a frequência com que a informação pautada aparece em outros espaços e/ou veículos comerciais de grande alcance poderiam ser capazes de revelar a “eficácia” do trabalho realizado pelo assessor parlamentar.

Cabe lembrar, portanto, que o assessor de imprensa é um jornalista que convive com as tensões e com as contradições do seu fazer cotidiano, partilhando das ambigüidades provocadas pelos mais diversos fatores: a mediação pessoal, organizacional e profissional; a inserção no espaço-tempo e rotinas de produção; a relação com as fontes; o condicionamento econômico e político. Foi a partir dessas análises de estudos de *newsmaking*²⁷, que tecemos as hipóteses desenvolvidas neste estudo, vinculando a atividade da assessoria de imprensa às relações de poder mais gerais, ligadas ao Parlamento. Mais adiante, ao analisarmos diretamente os textos produzidos pela Agência da Câmara, esta relação torna-se evidente.

Outro fator importante nos estudos de *newsmaking*, que também merece ser comentado, é que o jornalista trabalha com uma narrativa específica: a notícia, o que implica em dizer que o assessor de imprensa parlamentar trabalha com informações que terão o formato de notícias, o que torna o seu trabalho de redação diferente de outros que exploram os demais gêneros discursivos.

A estruturação da informação numa seqüência apropriada, começando pelo *lead* -“o quem ou o quê, o quando, o como, o onde e o porquê” -, é um procedimento destinado a indicar a objetividade, que se torna um atributo formal da notícia. Supostamente, trazer a informação mais importante em primeiro lugar, colocando-a no primeiro parágrafo, e, em seguida, distribuir as informações menores nos

comunicação, pois, com a reprodução, a informação pode ser transformada em mercadoria para ser vendida e comprada. A reprodução implica também na possibilidade de um afastamento temporal do contexto de produção: o acontecimento é afastado de seu contexto inicial e pode repetir-se, quantas vezes for necessário, em outros espaços físicos e temporais.

²⁷ Aproveitamos para citar, também, a explicação de Wolf (1988), que define o *newsmaking* como “um conjunto de decisões tomadas pelos jornalistas, no processo de produção da notícia”: “Definida a noticiabilidade como um conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, dentre os quais há que selecionar as notícias, podemos definir os valores/notícias como um componente da noticiabilidade. Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?”. Ver também Traquina (1988).

parágrafos subseqüentes, caracteriza a estruturação básica de uma notícia, cujo formato assemelha-se, do ponto de vista teórico, ao de uma pirâmide invertida²⁸.

Segundo Elizabeth Bird e Robert Dardenne (1994), é importante olhar mais criticamente para as qualidades narrativas das notícias, pois embora as notícias não sejam propriamente ficção, são uma “estória” sobre a realidade, não a realidade em si. Para estes teóricos, os jornalistas deveriam aprender a contar “estórias”, pois a grande maioria tende a fazer “registros”, isto é, relatos de algo noticiável que aconteceu, reforçando, desta maneira, a leitura parcial e superficial:

A preparação dos jornalistas, familiarizados com a ideologia da realidade objetiva, leva-os a exprimir-se numa voz narrativa. Dentro do paradigma noticioso, eles enquadram o problema do “impulso para moralizar a realidade” em termos de dicotomia factio/ficção ou verdadeiro/falso e voltam e retornam à técnica do registro. Mais do que constantemente restabelecer limites, deveríamos, contudo, considerar a observação de Tuchman de que “ser um repórter” que lida com os factos e ser um contador de “estórias” que produz contos, não são atividades antiéticas (1996, p. 96)). Poderíamos pensar como é que os jornalistas podem aprender a contar “estórias” que podem ser processadas pelos seus superiores, mas que são expressas noutras vozes narrativas. Os jornalistas, na verdade, tendem a contar as mesmas “estórias” de maneira idênticas: o contar de uma “estória” exclui, por conseguinte, todas as outras “estórias” que nunca são contadas.(BIRD e DARDENNE 1994:277)

A este debate, desenvolvido nas últimas décadas, sobre a notícia e seu conteúdo, contrapõe-se a concepção do jornalismo como uma imagem da realidade, embora esta condição já tenha sido refutada por vários trabalhos científicos. Percebemos que alguns pensadores contemporâneos, ainda partem dessa premissa inicial, mesmo que seja para rejeitá-la, como vemos em Traquina (1988) que afirma ser a atividade jornalística uma construção da realidade, na qual os projetos, as técnicas e seu manejo, as ferramentas e as matérias-primas também interferem no produto final. Dando um passo à frente, Tuchman (1983) diz que a notícia é vista como o registro da realidade social e, ao mesmo tempo, um produto dela.

²⁸ Quanto a este aspecto, ver Adelmo Genro Filho (1987), cuja argumentação é de que a crítica da "ideologia da objetividade" é feita por muitos autores, mas que, em geral, não vai ao fundo da questão, resumindo-se a aspectos sociológicos e psicológicos referentes à inevitabilidade da opinião. Segundo o teórico, a maioria dos autores reconhece que a objetividade plena é impossível no jornalismo, mas admite isso como uma limitação, como um sinal da impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade.

Esclarecemos, entretanto, que estes teóricos, limitam-se ao caráter da produção da notícia, fase que compreende, essencialmente, o recolhimento, a seleção, o processamento e a hierarquização da informação, excluindo as etapas posteriores de circulação e de consumo²⁹.

Em relação ao conteúdo da notícia, o sociólogo português Jorge Pedro Souza (2000) apresenta outras questões que interferem em sua produção. Para dar conta da abrangência desse conceito, o autor promove uma junção entre o modelo schudsodiano e o de Shoemaker e Reese:

Michel Schudson (1988) explica as notícias em função de três tipos de forças interligadas e interatuantes: uma ação pessoal, uma ação social e uma ação cultural. Com base no modelo schudsodiano, podemos identificar os principais fatores de influência no processo de construção e produção das notícias. Na área de *newsmaking*, os autores Shoemaker e Reese em *Meditating the Message*, tentam construir uma teoria do conteúdo das notícias referenciando cinco níveis: 1- nível individual (relacionado com as influências dos trabalhadores); 2- nível de rotinas produtivas; 3- nível organizacional; 4- nível externo as organizações midiáticas, 5- nível ideológico.

Na busca em alargar o conceito, Jorge Souza rompeu com as fronteiras rígidas e encontrou em Schudson e Shoemaker e Reese, uma interação entre os níveis, acrescentando a ação dos meios físico e tecnológico e também a ação histórica, na qual interagem as cinco forças citadas acima³⁰.

Outra questão-chave para a compreensão da atividade cotidiana do assessor de imprensa parlamentar é a consonância do jornalista com a política editorial da organização da qual faz parte. Sobre esta questão, Traquina (1988) afirma que as decisões tomadas pelos jornalistas, no processo de produção da notícia (*newsmaking*), só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato, o da organização para a qual ele trabalha. Este pensamento também é acompanhado por Manoff (1986)³¹, segundo o qual a escolha narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre, sendo orientada pela aparência que a realidade assume e pelas convenções que moldam a sua percepção, fornecendo o repertório formal para apresentação dos acontecimentos.

²⁹ Processo cuja importância foi demonstrada por Walter Benjamin, no ensaio anteriormente citado.

³⁰ Citados por SOUZA (2002).

³¹ Idem, ibidem

O clássico estudo de Breed (1993) mostra que a política editorial da empresa é aprendida “por osmose” e que o jornalista acaba por ser socializado na política editorial da organização através de uma sucessão de recompensas e de punições. Em outro estudo, Leo Bogart (1968)³², referindo-se ao correspondente estrangeiro, escreve que o jornalista não é um homem só, mas um homem de uma organização. Também sobre este ponto, Gieber discorre: “os repórteres sabem que são empregados de uma burocracia produtora de notícias, e que respondem, nas suas comunicações, à estrutura social e às pressões da sala de redação³³”.

Além da ênfase na política editorial, a influencia das fontes de informação em relação ao conteúdo das notícias já foi amplamente estudada. Cabe lembrar, apenas, a contribuição de Jorge Pedro Souza (2000), que traça uma rede sintética de autores; aqueles que, por vias distintas, chegaram a conclusões significativas a respeito dessas relações:

Leon Sigal (1973) coloca a ênfase do seu estudo na idéia de que os conteúdos das notícias dependem daquilo que as fontes dizem e do tipo de fontes consultadas (oficiais e não oficiais). Sigal afirma que as fontes de informação dominantes (presidentes, governos, ministros, parlamento) detêm um peso significativo nas notícias e que os “desconhecidos” precisam de atos espetaculares, para serem notícia, o que os coloca em desvantagem. Em relação à intencionalidade, Molotsk e Lester (1974) apresentam o conceito de “promotores de notícias” para caracterizar as fontes que tentam transformar, por interesse, um fato num acontecimento político e/ou tentam, por vezes simultaneamente, impedir que outros fatos atinjam idêntico estatuto. Já para Gans numa perspectiva construcionista da notícia, existe uma negociação entre o jornalista e as fontes informativas, destacando que as organizações noticiosas tendem à passividade, enquanto as fontes interessadas tendem à atividade.³⁴

Para finalizar, embora a problemática dos efeitos dos *mídia* já tenha sido amplamente explorada por autores norte-americanos, gerado pouco entusiasmo e até mesmo algum desprezo em uma parte significativa dos comunicólogos europeus, consideramos importante, para a nossa pesquisa, o resgate do conceito de *agenda-setting*, dentro de uma análise sociológica dos processos de produção da notícia.

³² Idem, ibidem.

³³ Walter Gieber (1960) In: Traquina (1988).

³⁴ Cf. Souza, 2002.

A idéia básica do conceito de *agenda-setting*, encontrado em Traquina (2001) pode ser resumidamente apresentada como a capacidade *dos mídia* em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública, confirmando o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, na criação de um pseudo-ambiente, montado a partir deles e definido por eles.

Um estudo significativo sobre o *agenda-setting* foi realizado por Behr e Iyengar (1985)³⁵, examinando a relação causal entre as agendas públicas e os *mídia*. De acordo com os autores, foram introduzidos dados relacionados com indicadores econômicos e sociais, tentando mostrar, através da análise dos indicadores, se havia relação entre a cobertura noticiosa e a importância da questão a nível nacional. Em duas, das três questões examinadas (a energia e a inflação), os autores encontraram “evidência clara de que o noticiário televisivo estabelece a agenda política”, e só no que diz respeito à questão do desemprego, a terceira questão examinada, é que os autores concluíram que a agenda pública era “comandada internamente pelas condições econômicas” (1985:51). Este estudo foi duramente criticado, pois, segundo Traquina (2001), as análises eram muito subjetivas. Apesar disso, contribuiu para incentivar pesquisas posteriores.

Outro autor que se dedica ao assunto, Miller (1980), descreveu o processo de agendamento como interativo. Segundo o pesquisador, a influência da agenda pública sobre a agenda jornalística é gradual, na medida em que é apenas a longo prazo que os critérios de noticiabilidade são criados, enquanto que a da agenda jornalística sobre a agenda política é imediata, particularmente quando envolve questões para as quais o público não dispõe de experiência direta.

Apesar das críticas à hipótese da existência de uma relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública, não podemos desconsiderar completamente as contribuições que alguns estudos trouxeram para a compreensão dos efeitos da mídia na perspectiva de uma teoria da notícia, como, por exemplo, o conceito de agendamento, proposto por Cohen (1963), que escreveu que a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer as pessoas como pensar, mas tem, no

³⁵ Citado por Traquina (2001:35).

entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus leitores sobre o que pensar”.

Entendemos, portanto, o papel da assessoria de imprensa parlamentar enquanto um fenômeno sociológico moderno, na medida em que se constitui em um importante segmento de divulgação da “agenda política”³⁶ e como uma das estratégias de inserir o discurso³⁷ do poder Legislativo dentro de uma estrutura discursiva maior, que são os “meios midiáticos”³⁸.

Quando falamos em discurso, estamos nos referindo ao conceito foucaultiano³⁹ propriamente dito, no qual o discurso não é simples re-apresentação do real, mas é, em sua positividade, construtor e ordenador de práticas e de comportamentos, instituindo, neste sentido, o próprio campo das relações de poder. Segundo o teórico francês

o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar, dos seus usos e seus respectivos contextos, das diversas falas e do momento em que são pronunciadas, enfim, na forma como estas oposições se inscrevem nos documentos públicos, nas notícias de jornais, nas formas de expressão pública dos grupos envolvidos, nas definições das articulações políticas” (FOUCAULT, 2002: 10).

Com Foucault, podemos inserir a atividade da assessoria de imprensa num campo mais amplo, no qual se cruzam as instâncias de poder e as diversas construções discursivas, sendo o jornalismo uma delas.

³⁶ A comparação entre os conceitos de “agenda setting” e “agenda política”, elaborada amplamente por Traquina (2001), será desenvolvida mais adiante.

³⁷ Além da referência teórica ao conceito foucaultiano de discurso, compartilhamos, também, com o teórico Eduardo Méditsch (2001) o pressuposto de que o jornalismo realiza uma mediação discursiva entre a realidade, o público e o assessorado, enquanto gênero específico, que está imbricado na rede das relações sociais, mediado pela linguagem e pela imagem.

³⁸ Ver John B. Thompson (2002), que justifica a escolha dos termos “comunicação mediada” ou “meios midiáticos” em substituição a “comunicação de massa” ou “indústria cultural” para se referir a um conjunto de instituições e de produtos: jornais, programas de rádio e televisão, filmes; como uma tentativa de avançar diante de conceitos que não dão mais conta da diversidade de análises sobre os meios de comunicação: “se temos a necessidade, em certos momentos, de utilizar o termo “massa”, resgatando a discussão da teoria crítica, não podemos, porém, reduzi-lo a uma questão de quantidade. O que importa na comunicação de massa não está na quantidade de indivíduos que recebe os produtos, mas o fato de que os produtos estão disponíveis em princípio para uma grande pluralidade de destinatários. Além disso, o termo massa sugeria que os destinatários dos produtos da mídia eram compostos de um vasto mar de passivos e indiferentes indivíduos. Esta é a imagem associada a algumas das primeiras críticas à “cultura de massa” e ou à “sociedade de massa”.

³⁹ Cf. Michel Foucault (1992).

2.2. Discurso e poder

Na cena contemporânea, consideramos que os atores com os quais trabalhamos - o Executivo, o Legislativo e o assessor de imprensa -, estão inseridos em um espaço que não se concentra somente no domínio do Estado, pois, como mostrou Foucault (2000), o poder se dissemina por toda a estrutura social, não sendo um objeto, uma coisa, mas sim, um conjunto de relações. Em relação à assessoria, embora estejamos tratando da ação de profissionais ligados diretamente ao âmbito político-estatal, consideramos, em sua relação específica com a mídia e com a construção discursiva, a interação e a influência de outras forças, que fazem os efeitos do seu trabalho ultrapassarem os limites aos quais estão submetidos.

Estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, através de pesquisas tanto sobre o nascimento da instituição carcerária quanto sobre a constituição dos dispositivos da sexualidade, Foucault alerta que não há sinonímia entre Estado e poder, defendendo a existência de formas de exercício de poder diferentes do Estado, mas que estão articuladas a ele de maneiras variáveis, sendo indispensáveis, inclusive, para sua sustentação e atuação.

O teórico francês entende o poder como uma mecânica que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições - família, escola, indústria, prisão -, e tomando corpo em técnicas de dominação. O poder intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo -, situando-se ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e, por isso, podendo caracterizar-se como micro-poder ou sub-poder. Em suma, o poder se exerceria através da imposição de uma disciplina detalhada e minuciosa do corpo, em gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos, em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. Neste contexto, os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado.

Do ponto de vista metodológico, uma das principais preocupações de Foucault foi justamente e de procurar dar conta deste nível molecular de exercício de poder sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro, numa análise que ele

chama de “descendente”, no sentido em que deduz o poder partindo do Estado e procura ver até onde ele se prolonga, nos escalões mais baixos da sociedade, penetra e se reproduz em seus elementos mais atomizados.

Não se trata, no entanto, de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade. O que o teórico pretende destacar é que o Estado não é o órgão central e único de poder, nem que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria a extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento deste, uma simples difusão de seu modo de ação. Esta perspectiva destrói as especificidades dos poderes que a análise pretende focalizar.

O sociólogo Roberto Machado, na introdução do livro *Microfísica do Poder*⁴⁰ afirma que, para Foucault, o poder não existe; existem, sim, práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social. O caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e à qual ninguém pode escapar. Por outro lado, como onde há poder há resistência, não existe propriamente um lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.

O interessante da análise foucaultiana é justamente assinalar que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, que funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a qual nada ou ninguém escapa, na qual não existe exterior, limites ou fronteiras possíveis. Daí a importante e polêmica conclusão de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, não é algo que se possui ou não; e, neste sentido, não existem, de um lado, os que têm o poder e, de outro, aqueles que se encontram alijados dele.

⁴⁰ Cf. MACHADO, Roberto. “Introdução: Por uma genealogia do poder”. In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Texto traduzido e organizado, também, por Roberto Machado.

A premissa básica de Foucault é de que as relações de poder não passam, fundamentalmente, nem ao nível do direito, nem da violência: nem são basicamente contratuais nem unicamente repressivas. Este pensamento é exposto nos livros *Vigiar e Punir*(1975) e *A vontade de Saber*(1976), nos quais ele demonstra que é falso definir o poder somente como algo que diz não, que impõe limites, que castiga. A uma concepção negativa, que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão, ele opõe, ou acrescenta, uma concepção positiva, que pretende dissociar os termos “dominação” e “repressão”. Suas análises pretendem demonstrar que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão.

Sabemos que não existe, na teoria foucaultiana, uma pesquisa específica sobre a ação do Estado nas sociedades modernas. O que as considerações a respeito dos micro-poderes dizem é que o aspecto negativo do poder, sua força destrutiva não é tudo, e, talvez, não seja o mais fundamental, ou que, ao menos, é preciso refletir sobre seu lado positivo, isto é produtivo e transformador: “é preciso parar de descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele exclui, ele reprime, ele recalca, ele censura, ele abstrai, ele exclui, ele mascara, ele esconde”. Ao invés disso, seria preciso considerar que o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica e uma positividade.

Não se explica inteiramente o poder, para o teórico, quando se procura caracterizá-lo unicamente por sua função repressiva, pois o que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, nem impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, discipliná-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e adotando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Este é um objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumenta o efeito de seu trabalho, isto é, torna os homens força de trabalho, dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminui sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralizando os efeitos de contra-poder, tornando-os corpos politicamente dóceis.

A estratégia é a de aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes e os perigos políticos, ou, em outras palavras, a de aumentar a força econômica e diminuir a força política. A partir destas considerações, situamos as características básicas do poder em relação à disciplina.

A disciplina, por um lado, é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos, através da inserção dos seus corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório, de isolamento em um lugar fechado, esquadrinhado, hierarquizado, tornando-os capazes de desempenhar funções diferentes, segundo os objetivos específicos que deles se exige. Por outro lado, a disciplina é um controle do tempo, pois estabelece uma sujeição do corpo a uma cronologia, cujo objetivo é produzir o máximo de rapidez e o máximo de eficácia, tendo a vigilância como um de seus principais instrumentos. A disciplina eficaz utiliza uma vigilância que precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos, de forma contínua, permanente, sem definição de limites.

Se, para Foucault, a sociedade disciplinar distribui o poder pelo fluxo de relações, descentralizando-o em micro-poderes, hoje, as fontes de poder são ainda mais variáveis e mutáveis, embora o Estado ainda tente administrá-las, procurando, em vão, manter uma centralidade que, na prática, se dispersa e enfraquece⁴¹: Mas é no espaço discursivo de divulgação das formas simbólicas nos meios de

⁴¹ Ultrapassando, em alguns aspectos, o pensamento foucaultiano, Gilles Deleuze nos fala de uma superação do modelo “disciplinar”, de uma transição para o de uma sociedade de “Controle”, considerando que as análises de Foucault se concentram nas sociedades dos séculos XVIII e XIX, cujos modelos atingem o apogeu no início do século XX. As sociedades disciplinares tinham por equipamentos máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam com máquinas de uma outra espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e o ativo, a pirataria, a introdução de vírus. Não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo. É uma mutação que pode ser resumida da seguinte maneira: o capitalismo do século XIX é de concentração, voltado para a produção e para a propriedade. Por conseguinte, erige a fábrica como meio de confinamento, o capitalista como o dono dos meios de produção, mas também se utiliza de outros espaços, concebidos por analogia - a casa familiar do operário, a escola. Atualmente vive-se um capitalismo de sobre-produção, que não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados. O que se quer vender são serviços, o que quer comprar são ações. Por isso, o sistema é essencialmente dispersivo, a fábrica cedeu espaço para as empresas, que só têm gerentes e não patrões. Ver “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle”. In. Gilles Deleuze (1992). Na sociedade de controle, o assessor de imprensa precisa considerar estas transformações, em relação ao poder, apontadas por Deleuze. No caso da imprensa, sua atividade contribui tanto para a manutenção da estrutura disciplinar, quanto para a incorporação da instabilidade.

comunicação, através da linguagem e da imagem, que a legitimação⁴² dos poderes acontece.

A legitimidade, pela visibilidade, torna-se fundamental na sustentação da imagem pública, principalmente porque as formas simbólicas, veiculadas através dos produtos da indústria da mídia, constituem-se em traços presentes da vida cotidiana. Seria muito difícil, hoje, imaginar a sociedade sem os livros e os jornais, sem o rádio e a televisão, sem os inúmeros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas. O fato da informação pautada pelo assessor de imprensa estar inserida neste fluxo contínuo de palavras e de imagens, de informações e idéias, entrelaça as relações de poder e garante a credibilidade das fontes. Ao publicizar os atos de um legislador, ou o conjunto das atividades do Legislativo, a assessoria de imprensa parlamentar contribui para fortalecer este poder, enquanto instancia democrática, pertencente a um país que segue as idéias republicanas e que está inserido num mundo globalizado midiático.

A seguir, inserindo os meios de comunicação no do debate sobre a esfera pública, queremos retomar, de forma crítica, a visão deste espaço como um palco, ocupado pela espetacularização da política. Além disso, entendemos que é no ambiente da esfera pública que ocorre a possibilidade de uma negociação permanente entre os atores envolvidos – os produtores culturais, a demanda do público e os interesses dos proprietários dos meios -, que processam, conforme seu capital cultural, temas e opiniões de segmentos diversos.

⁴² Cabe aqui um parêntese: não pretendemos considerar o público como um receptor passivo, manipulado pelos meios de comunicação de massa, como foi proposto, inicialmente, pela Escola de Frankfurt, onde a “cultura popular”, estava diretamente ligada ao conceito de “indústria cultural” (ADORNO, 1986), posição diferente daquela tomada por Benjamin (1985), para quem a perda da *aura* da obra de arte, no contexto da “indústria cultural”, é compensada pela “democratização” desta mesma obra, ou da arte num sentido mais amplo, lançando uma dúvida sobre o papel estritamente negativo atribuído por Adorno à “sociedade de consumo”. Estas reflexões, em parte ultrapassadas por Foucault, e o deslocamento das de Benjamin, do âmbito da arte para o da mídia, recebem uma atualização em Deleuze, conforme explicitado na nota anterior.

2.3. Mídia e política

Num primeiro recorte, iremos recuperar a reflexão de alguns autores que tecem considerações sobre a esfera pública. A idéia de que o espaço público conforma um palco para a encenação política, não se observando, nessa arena, uma comunicação efetiva mas a mera disputa de poder entre os diferentes atores, ainda é majoritária no debate acadêmico, sendo partilhada por pesquisadores vinculados a correntes teóricas variadas.

Conforme esta visão, a perspectiva de que certo problema se torne um tema público depende menos de seu conteúdo e relevância do que de requisitos prático-estratégicos. Questões que podem ser resolvidas com um rótulo atraente ou que são trazidas à tona por atores sociais poderosos, em termos de acesso a recursos comunicativos, possuem melhores chances de serem tematizadas publicamente e, portanto, de serem incorporadas à agenda política, se comparadas às questões de interesse dos grupos que não fazem parte do *establishment*.

Assim, o papel do governo é procurar assumir o tratamento dos problemas cujas soluções encontrem a aceitação mais ampla possível, evitando questões controversas. Nessa medida, o governo é, ao mesmo tempo, destinatário e conformador ativo da esfera pública, estimulando a discussão daqueles problemas que revelem boas perspectivas de encontrar uma decisão consensual ou, ao contrário, dificultando a discussão de temas que sejam potencialmente conflitivos ou cujo tratamento ameace os interesses estabelecidos.

Contrário a esta visão da esfera pública como um palco para encenações políticas, Costa (2002) enfatiza a possibilidade de um entendimento comunicativo efetivo nesta esfera, que é preenchida, para além do espaço público transformado em mercado, por um leque diversificado de estruturas comunicativas e uma gama correspondente de processos sociais. É a existência de processos de recepção, de reelaboração das mensagens recebidas e de interpretação entre os diferentes micro-campos da esfera pública, que conferem precisamente consistência, ressonância e sentido ao “espetáculo político”, ancorando-o novamente no cotidiano dos atores.

Assim, na ausência de tais processos, as imagens e mensagens, ainda que tecnicamente elaboradas e esteticamente empolgantes, ecoariam no vazio, destituídas de substância e credibilidade (COSTA, 2002:22).

O teórico Muniz Sodré também reconhece limites ao poder dos meios de comunicação de massa, mostrando que “as singulares estratégias de negociação simbólica que mantêm com seus públicos não deixam que se tornem mecânicas caixas de ressonância das empresas e do Estado” (SODRÉ, 1996)⁴³. Mas, no entanto, não abandona as premissas das teorias que descrevem o espaço público unilateralmente como encenação política, quando afirma que “seja pela criação de uma realidade social despolitizada, seja pela estimulação de técnicas plebicitárias de sondagem de opinião pública ou então pela simples conversão das campanhas eleitorais em táticas mercadológicas” minam-se as bases constitutivas da esfera pública e da política representativa.

As informações disponíveis, hoje, sobre a mídia no Brasil, já são suficientes para caracterizá-la como um espaço assenhoreado por impérios de comunicação poderosos, no qual as formas tradicional-populistas de conquista de lealdade política se misturam às novas estratégias de manipulação das preferências do público. Mas pode-se observar que, ao longo do processo de democratização, alguns eventos como o movimento por eleições diretas para presidente do Brasil, conhecido como “Diretas Já” e o “Fora Collor”, entre outros, evidenciaram a importância dos meios de comunicação para a constituição de um espaço público politicamente influente no país.

Com a centralização da estrutura de propriedade da mídia brasileira poder-se-ia supor que suas ofertas refletem, univocamente, os interesses e aspirações de poder daqueles que controlam os meios. Entretanto, a complexidade da dinâmica e a multiplicidade das variáveis envolvidas na conformação da produção da mídia desautorizam deduções e simplificações deste tipo. Conforme Sérgio Miceli (1989), a demarcação ideológica da oferta da mídia reflete, entre outros fatores, a polarização da “distribuição do capital escolar e cultural”, típica da hierarquizada sociedade

⁴³ Apud Costa (2002).

brasileira. Segundo sua tese, as aspirações progressistas, o engajamento social e o cosmopolitismo são traços constitutivos da visão dos profissionais midiáticos, que, necessariamente, se refletem nos trabalhos que eles produzem. A magnitude deste raio de autonomia mostra-se, entretanto, mutante e vulnerável, “dependendo das negociações ideológicas e financeiras, típicas das relações de produção da indústria cultural⁴⁴”(MICELI, 1989:31).

Seguindo os termos de Miceli, pode-se afirmar que as mensagens divulgadas pela mídia resultam de um campo de tensões triangular, em cujos vértices encontram-se as visões de mundo dos produtores culturais, a demanda do público e os interesses dos proprietários dos meios.

Outro ponto, destacado por Costa (2002), a respeito da importância da esfera pública, é a necessidade de considerá-la um sistema intermediário, capaz de interferir na opinião dos cidadãos e no sistema político:

Se se parte da ênfase sobre a dimensão empírica de espaço público, deve-se reconhecer que a multiplicação dos atores políticos e a difusão e diferenciação dos meios de comunicação de massa, que têm lugar ao longo da democratização, constituem evidências de que a esfera pública brasileira cada vez mais se consolida como sistema intermediário capaz de absorver e processar temas e opiniões dos segmentos sociais e culturais diversos, transmitindo aos cidadãos e ao sistema político os conteúdos informacionais processados (COSTA, 2002:79).

⁴⁴ Esclarecemos que Miceli utiliza o termo “indústria cultural” em sentido diverso ao do conceito original, cunhado por Adorno e Horkheimer. Entretanto, como é reutilizado, ao longo deste trabalho, cabe traçar um breve histórico. Adorno e Horkheimer utilizaram o termo “indústria cultural”, pela primeira vez, no livro *Dialética do Esclarecimento*, em referência à mercantilização das formas culturais ocasionadas pelo surgimento das indústrias de entretenimento, na Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX e inícios do século XX. Como exemplos, citam o cinema, o rádio, a televisão, a música popular, as revistas e os jornais, e argumentam que o surgimento das indústrias culturais de entretenimento, como empresas capitalistas, resultam na padronização e na racionalização das formas culturais, e esse processo, por sua vez atrofou a capacidade do indivíduo pensar e de agir de uma maneira crítica e autônoma. Estes pensadores faziam parte de um grupo de pesquisadores, na época da República de Weimar, na Alemanha, onde os filósofos Max Horkheimer e o economista Friedrich Pollock fundam o Instituto de Pesquisa Social, afiliado à Universidade de Frankfurt. O grupo ficou conhecido como o dos pensadores da “Escola de Frankfurt”. Adorno e Horkheimer, desenvolveram seu ataque mais radical à “indústria cultural”, alegando que as mercadorias culturais eram apropriadas pelo capitalismo e que, pelo domínio da mídia, sofriam um processo que conferia a todas as manifestações culturais um ar de semelhança. Para ambos, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural não precisa mais ser reduzida a mecanismos psicológicos: os próprios produtos culturais paralisam essas capacidades, pois a indústria cultural não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas como, de certo modo, determina o próprio consumo. A expressão “indústria cultural” foi empregada em substituição a “cultura de massa”, conceito que, segundo os autores, levava a uma interpretação confusa, podendo supor uma cultura que brota espontaneamente das massas.

Compartilhando o pensamento de Sérgio Costa referente ao contexto no qual estão inseridos os meios de comunicação, tanto Canclini (1998) como Souza (2002) afirmam que os meios jornalísticos fazem parte da estrutura política da sociedade e, simultaneamente, participam da estrutura social, econômica, histórica e cultural da comunidade da qual fazem parte e na qual se desenvolvem. Mas, na concepção de Jorge Pedro Souza, as realidades que os *news media* nos dão a conhecer são realidades mediatizadas por estes mesmos meios, observação complementada por Canclini, afirmando que a mediação política entre movimentos populares e aparelhos governamentais ou partidários é substituída por uma mediação simbólica da imprensa e dos programas de informação na mídia, que fornecem um material para simular que estamos informados. Na opinião de Canclini, quando os problemas parecem insolúveis e os responsáveis, incapazes de solucioná-los, nos é oferecida a compensação de uma informação tão intensa, imediata e freqüente que cria a ilusão de que estamos participando.

Assim, apesar de não compartilharmos com a concepção reducionista acerca das relações entre a mídia e a política, tidas apenas como espetáculo, há que se resgatar e discutir o caráter de simulação. Numa perspectiva crítica, a teórica argentina Beatriz Sarlo (1989) afirma que a identidade dos políticos não se constrói somente através dos meios de comunicação, criticando sua entrega à chamada “selva audiovisual”. Segundo a autora, na política existe pouco de imediato e muito de construção e imaginação, por isso é possível dizer que ela deve fazer visíveis os problemas e deve arrancar os conflitos de sua clausura para mostrá-los na cena pública, onde se definem e encontram sua resolução. Caso contrário os animadores *masmediáticos* tomam seu lugar.

Los políticos, entregándose del todo al llamado de la selva audiovisual, renuncian a aquello que los constituyó como políticos: ser expresión de una voluntad más amplia que la propia y, al mismo tiempo, trabajar en la formación de esa voluntad.(...). Ahora bien, si los conflictos no son presentados por la política, los medios toman su lugar señalando otros caminos prepolíticos o antipolíticos para resolverlos. La política tiene un momento de diagnóstico y un momento fuerte de productividad. En ambos momentos la relación de los políticos y los ciudadanos necesita hoy de los medios como escenario, pero no necesita inevitablemente de los animadores masmediáticos como mentores. Si algunas cuestiones que son importantes para amplias mayorías se convierten

en objeto solamente massmediático, el sentido de la política y de los políticos no aparecerá evidente para nadie. (SARLO, 1989):

Por outro lado, em relação ao “fazer” da comunicação, Chesneaux (1995) salienta que não se busca mais tornar politicamente inteligível uma situação ou um acontecimento, mas mostrar a sua imagem:

Conhecer se reduziu a ver, ou, mais ainda, a pegar no ar, já que a mensagem da mídia é efêmera, existir politicamente é ter sido “coberto” pela mídia, e o impacto político se mede conforme a audiência da mídia. O importante, para um responsável como relações públicas de uma grande imprensa ou o porta voz de um organismo de Estado, é saber comunicar-se; o que se tem a comunicar é secundário. (CHESNEAUX, 1995)

Certamente, a concepção da política como espetáculo, criticada por Beatriz Sarlo e destacada por Jean Chesneaux não nasce na modernidade, mas é através do desenvolvimento tecnológico que vive seus momentos mais intensos. O espetáculo, sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, constitui o modelo moderno da vida em sociedade.

Neste sentido, é importante citar aqui as idéias do francês Guy Debord (1997), para o qual o espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório. O espetáculo é inseparável do Estado Moderno, isto é, da forma geral da cisão na sociedade, produto da divisão do trabalho social e órgão da dominação de classe. Em seu “tratado” este autor é premonitório ao afirmar que “o todo que era vivido diretamente tornou-se uma representação”.⁴⁵

Sarlo (1997) reafirma sua hipótese de que a videopolítica transforma a democracia representativa em democracia de opinião, hoje a forma mais visível do aspecto público da política, sendo que as transformações tecnológicas responsáveis por isso se mostram inexoráveis. Sarlo afirma, ainda, que as transformações

⁴⁵ Diferente do conceito de representação de Foucault, o conceito de Debord está mais relacionado ao plano da superestrutura, dentro do referencial teórico de influência marxista.

concernentes à dimensão cultural produzem reformas não apenas técnicas, mas que se incorporam no imaginário.

Esta é uma constatação compartilhada, em parte, e ampliada por Ilona Kovács (2002), afirmando que a globalização e as tecnologias de informação e comunicação constituem-se como referenciais centrais para a explicação das mudanças que ocorrem nos padrões de trabalho, emprego, qualificações e requisitos de formação. O conceito da globalização faz parte do vocabulário de jornalistas, políticos, empresários e acadêmicos e seu uso generalizou-se. Porém, sua generalização não reverte em consenso acerca do seu conteúdo; pelo contrário, há usos muito diferenciados deste mesmo conceito. Para Kovács:

Numa abordagem diferente, globalização refere-se às mudanças ocorridas nas duas últimas décadas no mercado de capitais, nas comunicações e nos transportes, no fluxo de bens e de serviços, no papel do Estado-nação, nos padrões de consumo e no aspecto geopolítico. A globalização designa o processo de emergência de um sistema mundial pelo qual os acontecimentos, decisões e atividades realizadas numa parte do mundo produzem conseqüências significativas para indivíduos e comunidade situadas em outras regiões (KOVÁCS, 2002).

Na visão de Canclini (2003), em seu livro *A globalização imaginada*, o autor alerta para as diversas falas sobre a globalização. Ao mesmo tempo em que é concebida como expansão de mercados e, portanto, expressa a potencialidade econômica das sociedades, a globalização reduz a capacidade de ação dos Estados Nacionais, dos partidos, dos sindicatos⁴⁶ e dos atores políticos clássicos em geral. Produz maior intercâmbio transnacional e deixa cambaleante a segurança que pertence a uma nação.

Ainda segundo o teórico, tem-se escrito profusamente sobre a crise da política, atribuída à corrupção e à perda de credibilidade dos partidos, à sua substituição pela mídia e pelos tecnocratas:

⁴⁶ É cada vez mais limitado o poder de negociação dos sindicatos com as empresas multinacionais, ditas “globalizadas”. Atualmente, a defesa da globalização, por alguns setores, está vinculada à defesa da “flexibilização do trabalho” como algo imprescindível. O que vem ocorrendo é a flexibilização de direitos, que irá refletir diretamente no sistema das relações de trabalho.

quero destacar, que além da substituição, transferir as instâncias de decisão da política nacional para uma vaga economia transnacional está contribuindo para reduzir os governos nacionais a simples administradores de decisões alheias, atrofiando a imaginação socioeconômica e levando a esquecer as políticas de planejamento de longo prazo (CANCLINI, 2003:19).

Para Canclini, as peças de entretenimento, os jornais e as revistas são produzidos por empresas cada vez mais distantes, sem nomes, mas com logomarcas – CNN, Televisa, MTV – cujo título completo muitas vezes se desconhece. Os programas, independentemente da língua do apresentador, são desterritorializados, raramente conseguimos imaginar um local preciso de onde falam. Alguns espectadores podem intervir nesses simulacros de participação no rádio e na televisão, através de linha direta, da presença no estúdio, ou de entrevistas em pesquisas de audiência, mas estas aproximações ocasionais no máximo promovem a sensação de que o telespectador está sendo consultado.

Com o advento da *internet*⁴⁷, a informação está cada vez mais descentralizada e a discussão sobre a veracidade das fontes de informação foi retomada. Não existem mais locais fixos, determinados, de onde são transmitidas as mensagens, trata-se de um espaço virtual. As informações são cada vez mais variadas, renovando-se, e estando a todo instante disponíveis. Os fatos podem ser acompanhados em “tempo real”, fazendo crer que só existe uma mediação técnica entre o que acontece e o que o usuário acessa. Em contrapartida, muitas das informações são superficiais e descartáveis, sem fontes confiáveis e ainda têm seu acesso bastante reduzido. Atualmente, somente, 6% da população brasileira tem acesso à *WEB*, sendo que, dentre estes, 5% acessam somente as salas de bate-papo⁴⁸. Ainda com acesso reduzido, este novo meio passou a ser utilizado, rotineiramente, pelos assessores de imprensa parlamentar, como umas das formas de divulgação de seu assessorado.

⁴⁷ Dentre as novas tecnologias, disseminou-se o uso da internet e, mais especificamente, da Web. Sobre o jornalismo na Web, ver a dissertação de Fernando Arteché Hamilton “Caiu na rede é notícia: uma análise sociológica do Webjornalismo”, UFSC, 2002, que apresenta uma leitura bastante atualizada do assunto e estabelece a diferença entre o termo “internet”, que designa o meio, ou a rede, e “web”, que são locais de hospedagem das informações.

⁴⁸ Cfe. Baldessar (2003).

Assim, inserida neste contexto e constitutiva das relações de poder, a assessoria de imprensa parlamentar emerge como instrumento de publicização do setor Legislativo, complexificando as relações simbólicas e institucionais com o Executivo, e contribuindo para expor, através da mídia, a existência de uma supremacia, que teima em se reproduzir no atual contexto republicano e democrático. Neste sentido, embora o país testemunhe a superação do domínio militar sobre as instituições, ainda está longe de alcançar um equilíbrio entre os poderes da República. Entendemos que a utilização desmedida, pelo Executivo, de Decretos Lei, Medidas Provisórias e Projetos de Lei, deixam transparecer que o país continua à mercê de um processo Legislativo de duvidosa legitimidade, e que esta supremacia é um exemplo incontestável de nosso déficit democrático.

3. O ESTADO DEMOCRÁTICO: IMPASSES

No que diz respeito ao papel político do Legislativo e do Executivo o que nos interessa pensar, neste capítulo, são os impasses da república democrática de direito no Brasil. Em nosso país, constata-se a predominância da agenda legislativa do Executivo sobre a dos parlamentares, o que implica na existência de um déficit, que se faria indicar pelo envio de Projetos de Leis e Emendas Constitucionais e, além disso, pela prática abusiva da edição de Medidas Provisórias e de Decretos Leis, o que caracteriza supremacia deste poder.

Entendemos, a partir da constatação desta contradição, que faz-se necessário refletir sobre algumas características do Estado democrático e discutir as contradições, na democracia, entre os valores liberais de autonomia do indivíduo e a soberania da lei. Relacionamos, ainda, no contexto teórico do retorno ao republicanismo tanto a perspectiva de liberdade como ausência de interferência, quanto a de governo pela lei.

Estas relações serão desenvolvidas a seguir, no sentido de explicitar os mecanismos políticos que o Parlamento tem adotado para auxiliar na redução da supremacia do Executivo, dentre os quais as ações de âmbito jurídico e, mais especificamente, a mídia.

3.1. Características do Estado democrático

O Estado, tal como o concebemos, não remonta de longa data, se considerarmos a existência política da humanidade como um todo. A palavra “Estado” “...Deriva[do] do particípio passado latino *status*, que como tal, indicava simplesmente uma condição, uma situação ou estado de ser (...), e só passa a assumir um significado substantivo a partir de Maquiavel, que atribui ao termo uma denotação política moderna” (SARTORI, 1994:35).

Levando-se em conta a caracterização do Estado a partir da tradição liberal, sua existência é ainda mais recente. Nela, encontramos os primeiros contornos de uma entidade que desponta como contrapartida ao regime monárquico absolutista.

O absolutismo foi um modelo de Estado arbitrário e despótico que centralizava o poder nas mãos de uma única pessoa, à qual as demais deveriam prestar obediência, sem contestar sua soberania. Esta centralização do poder político incomodava o “povo”, na época um pequeno agregado de proprietários que detinha poder econômico, e foi em favor deste que os liberais esboçaram a teoria do Estado democrático.

Locke está entre os primeiros a escrever, e, de certa forma, a combater o poder ilimitado da monarquia absolutista, como fica evidenciado no cap VII do seu *Segundo Tratado sobre o Governo*, onde a divisão de poderes entre Legislativo e Executivo, bem como a instituição do Parlamento, limita o poder do monarca, assinalando a passagem de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional. A soberania é, então, transferida aos representantes do “povo”, que podem ser destituídos caso não correspondam aos interesses dos representados:

Embora certo homem bom ou mesmo excelente, tendo adquirido preeminência sobre os demais, conseguiu tal deferência por causa da bondade e virtude como se fosse uma espécie de autoridade natural, que o mando principal, com o arbitramento das dissensões entre eles, lhe passou as mãos por consentimento tácito, sem qualquer outra precaução senão a certeza de que tinham da sua correção e sabedoria; (...) contudo, o povo, verificando que a propriedade não estava segura sob o governo que tinha – visto que o governo não tinha outro fim senão a preservação da propriedade –, viu que não poderia mais gozar da segurança ou tranqüilidade na sociedade civil enquanto o poder legislativo não passasse às mãos de corpos coletivos de homens, chamem-se “senado”, “parlamento”, ou o que se quiser. (LOCKE, 1978:70).

O ápice dessa oposição à monarquia, na história do ocidente, foi a Revolução Francesa, que sepultou, literalmente, os remanescentes do absolutismo e empunhou os ideais democráticos contra qualquer forma de poder arbitrário: “A democracia parecia ter sido escolhida por um desígnio da Providência Divina. Havia um quadro recorrente mostrando isso: o dilúvio de idéias democráticas contra as quais, desde 1789, parecia não existir nenhuma barreira” (SCHMITT, 1992: 24)

Queremos, apenas, com esta breve descrição do surgimento do Estado democrático, indicar que na matriz dessa instituição política, a noção de “povo”, era restrita a uma pequena parcela da população e não possuía ainda o caráter amplo que atualmente conhecemos. Essa noção torna-se mais evidente a partir do século XIX, quando as mudanças nas relações de produção ficam mais acentuadas e a polarização da sociedade aparece na oposição de interesses.

A classe trabalhadora, que encontra-se completamente despojada de seus meios de produção, bem como a classe dos proprietários, constituem a mesma categoria “povo”, ligada, então, ao conceito de “nação”. Mas esta denominação não impede que, cada vez mais, a sociedade seja o palco dos conflitos decorrentes dos seus antagonismos.

3.2. A soberania da Lei e a liberdade liberal

Juntamente com a divisão de poderes entre os que fazem as leis e os que as executam, todo um arranjo jurídico foi mobilizado para evitar que abusos por parte do Estado incidissem sobre os indivíduos. Dessa forma o Estado, assim como os indivíduos, deveriam submeter-se às leis: “Para sermos governados pelas leis, ou através das leis, os próprios legisladores têm de se submeter à lei” (SARTORI,1994:90).

A circunscrição das competências do Estado impede que este “interfira” aleatoriamente na ação individual, restando um grau mínimo de liberdade em que as ações não sofrem impedimentos externos⁴⁹:

A defesa da liberdade consiste na meta “negativa” de evitar a interferência. Ameaçar um homem de perseguição caso ele não se submeta a uma vida em que não escolhe seus objetivos; bloquear a sua frente toda porta exceto uma, não importando a nobreza da perspectiva para a qual abre ou a benevolência dos motivos dos que arranjam tal coisa, é pecar contra a verdade de que ele é um homem, um ser com vida própria a ser vivida. (BERLIN, 2002:234).

⁴⁹ Sartori faz ressalvas, diferenciando a liberdade política das demais encarnações da liberdade. Isso porque a liberdade política é uma forma de liberdade que se traduz no plano empírico e está relacionada a restrições externas e não a limitações intrínsecas ao indivíduo, como capacidade, “autonomia”, “vontade” e “auto-realização”.

Nesta concepção, somente à base de uma lei é que o Estado pode impedir uma ação, e somente se esta ação, de alguma forma infringir a lei. Isso parece redundante, mas é importante para entender que os indivíduos abdicaram de seu livre arbítrio, ou seja, de agir a seu bel-prazer, o que poderia levar a um estado de “guerra de todos contra todos”, em nome da proteção por parte do Estado, e, nesta condição, mesmo este deve seguir procedimentos legalmente institucionalizados. Neste sentido, Locke defendia que somente haveria sociedade política “quando cada um dos membros renunciasse ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade em todos os casos que não lhe impeçam de recorrer à proteção da lei por ela estabelecida” (LOCKE;1978: 67).

Assim, a lei assegura a possibilidade de movimentação dentro de um determinado raio de ação, ao mesmo tempo em que impede que esta ação seja obstruída por outrem. A proteção da lei também confere liberdade para que os governados possam questionar e até mesmo contestar procedimentos opressivos e corruptos por parte dos governantes:

A falta de restrição não é ausência de *todas* as restrições. O que esperamos da liberdade política é a proteção contra um poder arbitrário e ilimitado (absoluto). Com uma situação de liberdade queremos dizer uma situação de proteção que permita aos governados oporem-se efetivamente ao abuso de poder dos governantes. (SARTORI;1994:65).

A relação entre “lei” e “liberdade” diz respeito à proteção que um sistema jurídico garante aos que por ele se encontram respaldados. Todavia, este amparo legal vem sendo criticado em função de ter se distanciado do seu sentido original, ou seja, da lei como proteção. Segundo Bruno Leoni, citado por Sartori, atualmente “a maioria dos cientistas políticos acredita que as leis não conseguem muita coisa ou, de qualquer forma, muito menos do que antes se considerava possível, pois a lei não proporciona mais as garantias que proporcionou no passado” (1994:89). Isto é, a lei perdeu, ao longo do tempo, seu conteúdo de justiça, característico da herança romana, quando estava associada ao que é justo, a um direito: “*ius* (a palavra latina para lei), ligou-se com o passar dos séculos, a *iustum* (o que é justo).(...) Em síntese, *ius* é, ao mesmo tempo, a “lei” e o “direito” (1994:90)

Ainda para Leoni, o problema não está no “governo-da-lei”, mas em “quem” a faz, em “como” a faz e de que “maneira” a interpreta. As leis, que deveriam emanar da racionalidade jurídica, encontradas nas decisões judiciais e derivadas do costume, estiveram, nos últimos tempos, relacionadas a atos de comando do poder estatal, ao que ele define como o “governo dos legisladores”. O “...processo de formulação da lei não era mais considerado com algo ligado principalmente à atividade teórica dos especialistas, como juízes e advogados, mas sim à mera vontade de maiorias vitoriosas no interior de órgãos legislativos” (apud SARTORI, 1994:92).

Uma das implicações desse desvinculamento está relacionada à incerteza gerada pela “fabricação de leis”. As leis não possuem mais a perenidade de outrora, podendo ser modificadas em decorrência das forças que atuam no sistema representativo:

No entanto, as leis transformam-se gradualmente em comandos à medida que seu conteúdo torna-se mais específico. Mas a questão de interesse mais imediato é que a fabricação em massa de leis acaba comprometendo o outro requisito fundamental da lei: a certeza de que as leis serão duradouras. Duradouras no sentido e na medida em que uma ordem legal assim se define precisamente porque permite às pessoas, às quais suas normas se aplicam, planejar seu curso de vida. (SARTORI;1994: 94).

Assim, a noção de “direito adquirido” - como uma expressão política e jurídica dita “democrática” - vai se perdendo, na medida em que emendas constitucionais, reformas, medidas provisórias e outras maneiras de comando vão suprimindo a legitimidade, em favor de uma “legalidade meramente formal”. Dentre as conclusões apontadas por Sartori, a respeito da substituição do “governo da lei” pelo “governo dos homens”, parece existir uma relação com o que estamos presenciando no plano democrático em nosso país: “Enquanto a lei, como era compreendida antes, funcionava como uma represa sólida contra o poder arbitrário, a legislação, como é compreendida agora, pode vir a não oferecer garantia alguma”. (SARTORI, 1994:95)

3.3. Um retorno do republicanismo?

Podemos afirmar que o debate teórico sobre o retorno do republicanismo acontece no interior da discussão sobre a liberdade positiva e negativa, juntando, a essas duas concepções, tanto a de liberdade como ausência de interferência, ponto fundamental da concepção liberal de democracia, quanto a de governo pela lei, somando, a esta última, a contribuição da liberdade entendida como não dominação.

Para os defensores do republicanismo, a lei, diferentemente dos liberais, é uma barreira, uma dificuldade para o exercício da dominação, isto é, ela favorece a liberdade. Mas para que isto seja válido, todos devem estar submetidos à mesma lei, o que impede que alguns dominem outros. Temos, para eles, a lei como um ideal regulador. Destacamos, ainda que, ao falarmos de republicanismo, estamos tratando de regimes democráticos.

Conforme Newton Bignotto (2003), o retorno à tradição republicana⁵⁰ significou, pelo menos, o retorno a uma série de debates e de preocupações com a esfera pública, pensada como efetiva ação dos cidadãos. Este autor argumenta que encontra no humanismo renascentista uma ponte para as discussões contemporâneas. O retorno ao republicanismo nos ajudaria a recolocar o problema da liberdade enquanto capacidade e possibilidade de se agir na cidade, num contexto em que a concepção liberal da liberdade negativa pretende ter triunfado pelos méritos que lhe foram conferidos, decorrentes do desenvolvimento capitalista.

Cabe lembrar, ainda, a contribuição da obra de Pettit (1997), que pensa a liberdade como ausência de dominação, e não com referência à idéia de interferência, que é o núcleo da concepção liberal. Dominação, para ele, é estar submetido à vontade e à interferência arbitrária de alguém.

Philip Pettit esclarece, ainda, que esse fenômeno possui três aspectos principais. Alguém domina ou subjuga o outro quando: “tem a capacidade de

⁵⁰ Cabe lembrar, conforme afirma Bignotto, que não existe uma tradição republicana, mas sim várias tradições, dentro das quais somos obrigados a nos mover, e que, além disso, o autor irá intercambiar o termo “tradição republicana” pelo de “humanismo cívico”.

interferir (1) de forma arbitrária (2) em certas escolhas que o outro tem a possibilidade de operar (3).” Com este argumento, o autor explica o republicanismo a partir de um âmbito comunitário, ou seja, entende que a diminuição da dominação pode ser levada a cabo no interior das sociedades democráticas modernas na medida em que a não dominação é o ideal supremo da república e deve ser buscada por todos os membros de uma determinada sociedade.

Existem diferenças entre Bignotto e Pettit. O primeiro questiona até onde vai a ruptura das postulações do segundo com o modelo liberal de liberdade. Afirma que não é possível a simples transposição do modelo proposto por Pettit para o caso das sociedades periféricas do mundo capitalista, como é a brasileira.

Pensar a ação na cena pública apenas a partir do contexto legal das instituições reconhecidas como legítimas pelas democracias liberais implica em recusar, como parte significativa da vida política, ações que escapam aos contornos da legalidade formal. Para Bignotto, o recurso ao humanismo cívico serve justamente para alargar o quadro de referências dentro do qual o problema da liberdade é pensado. Já desde os primeiros humanistas, o conceito de república se referia a uma ordenação jurídica precisa, que tinha por base a possibilidade de participação dos cidadãos nos negócios da cidade e a estabilidade das regras que regiam essa participação.

Ao acompanharmos esta linha de raciocínio, percebemos que o Brasil de hoje ainda enfrenta o desafio da construção de uma república baseada na liberdade, na igualdade de condições e na estabilidade do ordenamento jurídico. Do ponto de vista atual, essa referência ao problema da origem das cidades e à associação de valores republicanos com a consolidação de uma tradição voltada para os valores civis, e não para a defesa do Estado, ajuda a colocar uma cunha num debate que tende a se cristalizar: entre a referência aos valores liberais, de autonomia do indivíduo e soberania da lei, e a subordinação dos direitos dos cidadãos às necessidades do Estado.

Aqui cabe citar, ao transpormos uma questão ampla para um âmbito específico, as alterações de leis republicanas que o Estado brasileiro vem colocando em discussão: os processos de votação da Reforma da Previdência, da Reforma

Tributária, e, também, da Reforma Trabalhista, que se encontra nos bastidores do Congresso. Esta última, ainda não votada, pretende alterar a Consolidação das leis Trabalhistas⁵¹, uma lei que teve por objetivo proteger o trabalhador e que, desde a década passada, já vêm sofrendo sucessivas investidas para sua flexibilização.

As três propostas citadas indicam uma ação reformista deliberada do atual governo, deixando evidente, como ocorreu na Reforma da Previdência, que as alterações se darão de forma jurídica legislativa e também no âmbito da esfera pública. No caso da CLT, as centrais sindicais estão se insurgindo contra sua flexibilização, propondo, além da manutenção das garantias já existentes, a redução da jornada de trabalho sem corte proporcional no valor dos salários.

Estas reformas explicitam uma grande contradição, já exposta por Bignotto e reafirmada pelo economista Sérgio Mendonça (2003), diretor técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). Apesar dos avanços que vinham ocorrendo na legislação e na democracia, depois da constituição de 1988, ocorreu uma enorme precarização do trabalho:

A década de 90 foi muito desfavorável para os trabalhadores e o movimento sindical. A legislação não foi capaz de impedir a regressão. Hoje temos 27

⁵¹ A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), tem seu primeiro esboço, logo após a proclamação da República, quando foi promulgado o Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891, que, entre outras coisas, proibia o trabalho noturno dos menores de ambos os sexos, até 15 anos (artigo 5º) e vedava também que trabalhassem na manipulação direta com o fumo (artigo 11), algo que na prática não se efetivou. Por outro lado, o Código Penal, promulgado pelo Decreto nº 847 de 11 de novembro de 1890, consignava no Capítulo VII (Dos crimes contra a liberdade do trabalho) dispositivos para coibir as manifestações grevistas no tocante ao aliciamento e, principalmente, o recurso aos piquetes. Estes dispositivos eram utilizados freqüentemente como instrumentos de repressão. Na verdade, o Código Penal, complementado pelo Decreto nº 1.162 de 12 de dezembro de 1890, não impediu, em vista dos salários ínfimos e da jornada extenuante de trabalho, uma quase ininterrupta manifestação de greves durante todo o pré – 1930. Em contra partida, as autoridades policiais não titubeavam, no caso da detenção de grevistas, em desrespeitar o artigo 207 do próprio Código Penal, que proibia expressamente transferir o preso sem mandato, ocultá-lo ou prejudicar a execução da ordem de *habeas corpus*. Isto vem demonstrar que a efetivação, cumprimento e desrespeito a lei dependiam dos interesses envolvidos. Mas além da influencia dos conflitos locais na construção da CLT, percebemos que a influência internacional sempre esteve presente. Com fim da primeira Guerra Mundial, a Conferência de Paris se pronunciava no que concerne à legislação do trabalho. Dos princípios que seriam incluídos no Tratado de Paz, constavam, entre outros: o direito de associação, a proibição do trabalho para menores de 14 anos e a jornada de 8 horas com semana de 48 horas. Tais disposições repercutiram amplamente no Brasil, onde a questão operária estava na ordem do dia. Em 15 de janeiro de 1919, era assinada a Lei nº 3.724, sobre acidentes de trabalho e o código Sanitário, proibindo, em vão, o trabalho noturno feminino, além do trabalho para menores. Em maio de 1919, em face de uma nova greve, o governo brasileiro procura demonstrar interesse na promulgação de uma legislação trabalhista moderna, que instituisse a jornada de 8 horas e regulamentasse o trabalho fabril das mulheres e dos menores. Mas foi somente em 1930 que o Ministério do Trabalho, Industria e Comércio começa a sistematizar esta legislação. Em primeiro de maio de 1943, o conjunto de toda esta legislação ordenada torna-se a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452. FRANZONI, Sabrina e CORDEIRO, Sara Regina Ramos. “As Reformas: liberalismo ou republicanism”, 2004.

milhões de trabalhadores com carteira assinada ou do setor público que estão protegidos pelo Estado, contra, segundo dados da Pnad/2001, 75 milhões sem carteira assinada. (MENDONÇA, 2003),

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Antônio Carlos dos Reis (2003), presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), afirma que há um grande exército de desempregados aguardando para ocupar a vaga de alguém, por salários cada vez menores. Com isso, quer reforçar a tese de que este é um período em que o trabalhador brasileiro e as suas entidades representativas mais necessitam do amparo do Estado. Mas, para ele, o que se observa é justamente o contrário: “fala-se em reforma trabalhista não com o sentido de defender o trabalhador da rapinagem do neoliberalismo, mas no sentido de flexibilizar cada vez mais os nossos direitos e até mesmo de jogar na lata do lixo o nosso “código dos mínimos”, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).” (REIS, 2003)

Estas considerações, a cerca do duplo sentido entre o que consolidam as reformas, enquanto perdas de direitos, e a divulgação das mesmas, como garantias legais de certos benefícios, nos remetem outra vez a Bignotto:

Um povo que perdeu a capacidade de agir na esfera pública e que não confia mais nos princípios que estiveram na origem de sua identidade política, dificilmente poderá viver de maneira livre, pelo menos da forma como a liberdade é concebida por uma boa parte da tradição republicana e pelo republicanismo em particular. A história brasileira é, a nosso ver, o terreno fértil para mostrar como a montagem de um aparato jurídico, mesmo de inspiração democrática, está longe de garantir a efetivação de valores fundamentais defendidos pelas sociedades livres. (BIGNOTTO, 2003)

A ação que se espera dos cidadãos de uma república não é, portanto, muito diferente daquela que vemos dominar a cena política das democracias contemporâneas. Como já insistimos, não há contradição fundamental, no terreno do direito e da ordenação institucional, entre uma república e uma democracia, se pensarmos em nosso mundo contemporâneo.

O ponto de desencontro entre as duas maneiras de se visar o político, e aqui usamos a teorização de Lefort (1980), está no fundamento da experiência política: é que alguns defensores da democracia procedimental acreditam que uma sociedade pode ser livre, mesmo se seus membros se recusarem à participação na cena

política. No campo republicano, tendemos a considerar que, embora o jogo democrático possa continuar sem a participação efetiva de uma boa parte dos atores por algum tempo, essa forma de proceder coloca em risco a própria existência de uma sociedade baseada na liberdade. Na ótica republicana, o regime político se funda no conflito constante das partes que o compõem e ganha seus contornos institucionais e históricos na medida em que obtém uma configuração de direito que as acolhe.

Outro autor que compartilha da visão republicana, Quentin Skinner (1996), também traz contribuições interessantes para entendermos a junção entre liberdade negativa e positiva. Skinner faz uma análise da perda da liberdade que mescla tanto o caso de um cidadão individual, quanto o de uma comunidade, ou mesmo o do Estado. Para ele, podemos ser privados de nossa liberdade se o poder do Estado (ou de seus concidadãos) é usado para nos forçar ou nos coagir a desempenhar (ou para nos impedir de desempenhar) alguma ação nem prescrita nem proibida por lei

Esta tese, defendida pelos autores neo-romanos, reconhece que nem sempre se faz necessário sofreremos um tipo de coerção aberta para sermos privados de nossa liberdade civil. Isso quer dizer que, se vivêssemos sob alguma forma de governo que permitisse o exercício de poderes prerrogativos e discriminatórios fora da lei, poderíamos estar vivendo, ainda, como escravos. O simples fato, porém, de que nossos governantes possuam tais poderes arbitrários significa que o gozo continuado de nossa liberdade civil permanece, o tempo todo, dependente da boa vontade deles.

Com estes argumentos, os autores neo-romanos sentiam-se capazes de escrever que só é possível ser livre num Estado livre⁵². Eles já haviam definido os Estados livres como aqueles nos quais as leis são feitas pela vontade do povo como um todo.

⁵² É importante registrar que contra a teoria neo-romana, Henry Sidwick, defensor do liberalismo clássico, escreveu no final do século XIX, que “falar de liberdade individual, é falar de uma ausência de impedimentos externos à ação, ou na forma de coerção ou confinamento físico, ou de ameaças coercitivas que nos inibem pelo temor de conseqüências dolorosas. Uma vez isto compreendido, podemos ver que pensar na liberdade dos cidadãos como possível apenas dentro de Estados livres é simplesmente incorreta na confusão que o uso comum da palavra liberdade tende a causar. A verdade é que a liberdade individual não tem conexão necessária com a forma de governo, na medida em que é perfeitamente possível para uma legislatura representativa intrometer-se na livre ação dos indivíduos mais do que um monarca absoluto”.

Em relação ao governo pela lei, temos, também, o pensamento de Maurizio Viroli (2002), que procura reconstruir aquilo que chama o republicanismo clássico, filiado nas correntes dominantes da política romana (Tito Lívio e Cícero), mas, sobretudo, na sensibilidade política das repúblicas italianas, mais tarde teorizadas por Maquiavel. Na opinião de Viroli, a evocação deste republicanismo, em seu momento mais clássico, permite valorizá-lo como uma corrente de pensamento político.

Segundo o teórico, a base do pensamento republicano é o governo ser exercido através do cumprimento da lei, apoiando-se no pressuposto, que lhe é correlativo, de estar contra o domínio de uns cidadãos pelos outros. Este pensamento pressupõe o estabelecimento de uma regra de vida comum, dominada pelo interesse público, por uma espécie de pacto cívico, ao qual todos se devem subordinar. A liberdade consiste em que a única dependência compatível com o Estado de república há de ser em relação ao interesse público.

Poder-se-ia dizer que, desde que a lei estabeleça a proibição de imposição de vontade de uns à vontade de outros – ou seja, assegure a liberdade civil –, se encontra realizado o republicanismo. A legitimidade da lei decorre da sua capacidade para evitar a dependência, de modo que, mesmo se democraticamente estabelecida, pode vir a ser injusta, se possibilitar a uns imporem a sua vontade aos outros. Em suma, a lei não é legítima por decorrer da vontade de todos, e sim por garantir igualmente à vontade de todos. (VIROLI, 2002)

Em relação à diferença entre republicanismo e liberalismo, Viroli acrescenta que enquanto o liberalismo se preocupa apenas com a não interferência do Estado nas esferas de liberdade de ação dos cidadãos, o republicanismo se preocupa, sobretudo, em evitar a dependência dos cidadãos, seja de modo atual ou apenas virtual, tanto em relação ao Estado como entre eles. Para retomar uma distinção de Benjamin Constant, vista também por Isaiah Berlin, a liberdade republicana é uma liberdade negativa, isto é, parte da não invasão da esfera pessoal de cada um, mas aplicada a um domínio que vai além do Estado, abrangendo toda a sociedade civil.

Viroli defende que, na luta pela liberdade, alguma intervenção pública pode ser necessária, como o estabelecimento de leis que determinem a ilegitimidade do

domínio de uns sobre os outros. Daí que, para os republicanos, as restrições legais sejam menos graves do que as que se verificam no domínio do privado, porque são impostas em nome do interesse público; são estabelecidas pela república; são gerais e libertas de arbítrio; correspondem não à violação, mas a “freios” ou limitações ao arbítrio de cada um; e correspondem, também, à liberdade republicana. Eis alguns exemplos citados pelo teórico:

(...) para libertar as mulheres da dependência (dos maridos) é necessário aprovar leis que garantam uma condição de igualdade no seio da família e limitem o poder arbitrário dos maridos; para proteger os trabalhadores dependentes é necessário estabelecer leis que tutelem a sua dignidade física e moral e limitem o poder arbitrário dos empregadores; para emancipar aqueles que têm necessidade da caridade é necessário criar impostos que permitam garantir uma assistência pública adequada. (VIROLI, 2002:98)

Em qualquer dos três casos, reduzir o domínio de que sofrem alguns dos cidadãos implica aumentar a restrição da liberdade (negativa) de outros, ou melhor, em impor limites a indivíduos que eram livres de agir segundo o seu arbítrio. Os que se revêm na tradição republicana devem escolher as políticas que atenuam o domínio, bem como aquelas que procuram atenuar os deveres civis em nome do desejo de ser livre de impedimentos.

Para Silva (2004), os ideais republicanos e democráticos são bastante exigentes, e, certamente, incompatíveis com uma variada gama de situações e de problemas que continuam afligindo a sociedade brasileira. Para nos limitarmos apenas à situação institucional e à ação dos altos poderes da República, é suficiente assinalar que superamos o domínio militar sobre as instituições do Poder Executivo, mas não o predomínio incontrolável do Poder Executivo sobre os demais poderes:

Do decreto-lei às medidas provisórias, em todos os governos que se sucederam após os militares, continuamos à mercê de um processo legislativo de duvidosa legitimidade, de um direito que brota dos atos de vontade dos governantes de fato, as elites do executivo estatal – e que mal pode escamotear seu desdém aos demais básicos procedimentos típicos das confecções de leis em repúblicas democráticas.(...) A fixação dos termos do equilíbrio entre a força e dos constrangimentos sistêmicos e do desejo de radicalização do exercício democrático do poder continuará a dividir a teoria e a prática política, como tem acontecido desde a antiguidade greco-romana. Sempre haverá bons

argumentos, tanto para os que defendem o estreitamento das arenas decisórias da política estatal, com a concentração de prerrogativas de mando em círculos restrito de atores, quanto para os que lutam pela ampliação dessas arenas, desmandando a inclusão sistemática e progressiva de novos atores no processo decisório das políticas públicas. (SILVA, 2004:20-21)

Assim, chegamos ao ponto central de nossa reflexão, que se ocupa do déficit democrático, analisado a partir da tramitação das leis que foram submetidas ao Congresso, em vários períodos da política nacional.

3.4. O déficit democrático no Brasil: o predomínio do poder Executivo

A democracia brasileira ainda é bastante recente e podemos afirmar que está em fase de consolidação. Isto se evidencia no desequilíbrio entre os poderes da República. A supremacia do poder político do Executivo tem levado a uma hegemonia da agenda legislativa deste poder e, conseqüentemente, a uma menor aprovação de leis oriundas do Congresso Nacional, apesar da produção de leis ser uma das prerrogativas desta instância. O Congresso, além de tentar se contrapor a esta supremacia, ainda enfrenta o descrédito da população em relação a sua atuação, tendo que promover ações extra parlamentares, que vão desde um maior relacionamento com a mídia até o uso de instrumentos judiciais, para garantir seu espaço político de poder⁵³.

A desconfiança que paira sobre o Congresso Nacional, contudo, não nasceu sob a Nova República. Uma visão negativa a respeito do Poder Legislativo já era evidente no final do período democrático, de 1946 a 1964. Para os analistas mais à direita, a atividade dos legisladores constituía fonte irresponsável de ampliação do

⁵³ Segundo uma pesquisa, realizada em 2001, o Congresso é uma instituição severamente criticada pela imprensa e extremamente malvista pela população em geral, conforme os dados levantados pela empresa Sensus, em outubro de 2001, a respeito de quais instituições nacionais mereceriam a confiança dos cidadãos. A sondagem mostrou que apenas 3% e 2% dos respondentes indicaram, respectivamente, a Câmara e o Senado, enquanto 24% destacaram as Forças Armadas, 16% a Imprensa, 11% a Justiça, 9% o Governo Federal e 6% a Polícia. Os dados desta pesquisa encontram-se disponíveis no portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP), www.politicabrasileira.com.br/newsite/desc_pesquisaopiniao.asp.

gasto público, uma vez que os congressistas agiam como se fossem corretores, cuja atividade se resumia a transferir recursos públicos em benefício de suas clientelas políticas (CAMPOS, 1975)⁵⁴. Para aqueles mais à esquerda, o Congresso era um obstáculo às reformas sociais mais urgentes, pois, segundo eles, a maioria de seus integrantes se dedicava à defesa dos setores arcaicos e agrários da sociedade, vetando qualquer tentativa de modernização econômica e social (FURTADO, 1971; SOARES, 1973)⁵⁵.

A luta contra o regime militar, na qual a oposição parlamentar, representada pelo MDB, viria a desempenhar um papel fundamental, acabou ajudando, em alguma medida, a resgatar a imagem do Congresso, no começo da década de 80. Em primeiro lugar, sabe-se, através das interpretações já existentes, que o Poder Legislativo é muito menos ativo que o Executivo, se compararmos a aprovação de leis. Figueiredo e Limong (1999)⁵⁶ mostram que, entre 1898 e 1998, em cem anos de existência, apenas 14% das leis aprovadas foram de autoria de deputados e senadores, ou de comissões parlamentares.

É interessante notar que, entre 1946-1964, a produção legislativa do Congresso chegou a 57% do total (PESSANHA, 1977)⁵⁷. Para Figueiredo e Limong, isto se deve ao fato de que a Constituição de 1988 conferiu, ao Executivo, prerrogativas legislativas mais extensas do que a finada Carta de 1946, dando ao presidente, hoje, um férreo controle sobre a agenda legislativa do país. Destacam-se, dentre as atuais prerrogativas legislativas do Executivo, o poder de editar medidas provisórias e de requerer urgência para os seus projetos de lei.

Mas, retornando ao período de 46 a 64, apesar de o Legislativo ter sido o principal proponente de leis: 57% delas tiveram origem nesta instituição; isto não quer dizer que o poder Executivo, á época, não exercesse influência significativa sobre o processo legislativo. Pode-se dizer que os dois poderes compartilhavam a agenda pública, afinal, 43% das leis produzidas foram de iniciativa dos presidentes

⁵⁴ Apud Amorim e Santos (2003).

⁵⁵ Apud Amorim e Santos (2003).

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ PESSANHA, Charles. "O Poder Executivo e o Processo Legislativo nas Constituições Brasileiras: teoria e prática". In VIANNA, Luiz Werneck, 2003.

da República. Entretanto, uma boa parcela dos projetos enviados pelo Executivo sofreu a modificação ao longo de sua tramitação, projetos cujo teor levava, em alguns casos, até mesmo os líderes do governo na Câmara a rejeitá-los em plenário. Dos 126 projetos originados no Executivo e submetidos à votação nominal, apenas 41 receberam o sim do próprio líder do governo (SANTOS, 1997)⁵⁸.

Quadro inteiramente diverso emerge ao observarmos o que acontece ao longo do período autoritário e pós-autoritário. De 1965 até 1984, a produção legislativa de parlamentares individuais nunca chegou a 20%, sendo que, sob o governo de Médici e Figueiredo, este valor não passou de 5% (PESSANHA, 1977)⁵⁹. A redemocratização e a Carta de 1988 não alteraram, em quase nada, a capacidade relativa do Legislativo de produzir leis: de 1985 a 1988, os legisladores continuaram a responder por menos de 20% das leis aprovadas. De 1989 a 1998, finalmente, por apenas 14% (FIGEUEIREDO e LIMONGI, 1999)⁶⁰.

É interessante notar, a título de ilustração, que a produção legislativa dos nossos parlamentares, no período posterior à promulgação de 1988 é inferior à de alguns países sul-americanos. Por exemplo, entre 1983 e 1995, 51% das leis aprovadas na Argentina foram propostas por membros do Congresso (MUSTAPIC, 2000)⁶¹; na Colômbia, entre 1986 e 1994, esse valor correspondeu a 27% (UNGAR BLEIER, 2000)⁶².

Uma pesquisa empreendida por Octavio Amorim Neto e Fabiano Santos (2003) sobre a produção legislativa dos parlamentares entre 1985 e 1999, mostra que o assunto predominante, na produção legislativa, de autoria dos integrantes do Legislativo, é o social. Matéria orçamentária é inexistente – o que é natural, pois sobre tal tipo de lei o Executivo possui iniciativa exclusiva, determinada constitucionalmente. Os temas de natureza econômica e política também são áreas privilegiadas de produção legislativa, mas em patamar significativamente inferior ao do social.

⁵⁸ Apud Amorim e Santos (2003).

⁵⁹ PESSANHA, Charles. “O Poder Executivo e o Processo Legislativo nas Constituições Brasileiras: teoria e prática”. In VIANNA, Luiz Werneck, 2003.

⁶⁰ Apud Amorim e Santos (2003).

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

No que diz respeito à evolução do assunto predominante das leis de autoria dos parlamentares, é importante ressaltar o papel da conjuntura política para a formação da agenda legislativa própria do Congresso. No início do processo de transição, o assunto de cunho político institucional superava os temas de tipo econômico e social, situação que se reverte a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Outra informação importante apresentada por esta pesquisa, é que o comportamento da produção legislativa do Congresso, neste período, é majoritariamente de abrangência nacional, seguida da setorial e local, ao contrário do que afirmam algumas teorias, que enfatizam o caráter paroquialista⁶³ do Legislativo. Octavio Amorin Neto e Fabiano Santos concluem que existe uma agenda legislativa própria do Congresso, porém destacam a predominância da agenda legislativa do Executivo sobre a dos parlamentares.

A concentração do poder decisório em mãos do Executivo significa que o tratamento fornecido à agenda social tende a assumir características mais abstratas, pois deriva de programas que não tocam nos detalhes dos problemas concretos e cotidianos dos cidadãos. Em contrapartida, das 336 proposições bem sucedidas dos legisladores, 46,1% referem-se a direitos sociais, de cidadania, do consumidor e a problemas do meio-ambiente⁶⁴. Observa-se que a legislação própria do Congresso não implica na mudança de *status quo*, em termos de política econômica, tributária ou de distribuição renda. Segundo Otavio Amorim, vale dizer

⁶³ Sobre o caráter paroquialista cabe aqui esclarecer, que, neste período, era também prerrogativa dos parlamentares a apresentação de decretos, e que do ponto de vista de sua abrangência, ao contrário do que se verificou para o caso da produção de leis, constatamos que a dimensão local é amplamente majoritária, com 51,1%, seguida da nacional, com 29,5%. A tendência central deste tipo de norma é, pois, contemplar questões locais, mais especificamente, as que giram em torno da concessão do direito de exploração de serviços de radiodifusão e televisão nos municípios. Com exame dos decretos, é plausível propor que o esforço dos deputados federais, em alcançar as localidades onde têm votos, não se desenvolve mediante a produção de leis, mas, sim, por meio da aprovação de decretos.

⁶⁴ Dentro desse subconjunto, encontra-se legislação do seguinte tipo: proibição de exigência de atestado que comprove esterilidade ou gravidez de candidatos a empregos; substituição progressiva da produção e da comercialização de produtos que contenham amianto; obrigação de declaração da taxa anual de juros mensal e demais encargos financeiros a serem pagos pelo comprador, incidentes sobre as vendas à prestação; definição da estabilidade do concubinato público e contínuo entre homem e mulher, não impedidos de casar por período superior a 1 ou 2 anos; distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doenças de Aids; obrigação da inclusão de dispositivo de segurança que impeça a reutilização de seringas descartáveis; obrigação de reprodução pelas editoras do país de obras em caracteres braile; isenção de impostos na aquisição de automóveis para pessoas portadoras de deficiência física; e regulamentação da doação de órgãos. Ver Amorim e Santos (2003).

que a agenda do Legislativo não tem características de um programa de políticas públicas, mas sim a de intervenção em questões tópicas da vida cotidiana.

Em termos de comparação, têm-se alguns exemplos de projetos, recentes, aprovados ou em tramitação por iniciativa do Executivo: o sistema de aposentadoria rural, modificações na CLT, a criação do Fundo Social de Emergência, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e recentemente a Reforma da Previdência, todos, potencialmente, de consideráveis impactos econômicos, tributários e trabalhistas.

Outro fator relevante a ser comentado é que existem manifestações de paroquialismo no Congresso, sobretudo no uso dos decretos legislativos da Câmara. Tal deslocamento do paroquialismo para a esfera dos decretos explica-se por incentivos institucionais. A mesma constituição que confere ao Executivo o poder de propor o orçamento e veda aos parlamentares a iniciativa de alocar recursos da União, com a justificativa de que iriam beneficiar, somente, seus redutos eleitorais, determinava, até 2002, que o Poder Legislativo poderia apreciar e conceder a outorga de direitos de exploração de canais de rádio e de televisão

A predominância do Executivo sobre o Legislativo irá evidenciar-se, também, através da prática abusiva da edição de medidas provisórias pelos governantes, principalmente em matérias que não satisfazem a cláusula de reserva de emergência, prevista na Constituição, impondo um processo de tomada de decisões que se vêm subtraindo à formação da opinião, tanto no âmbito parlamentar quanto no da sociedade civil, nas questões estratégicas para os rumos da sociedade, e que deixam ainda mais explícito o déficit institucional democrático brasileiro.

Segundo Werneck Vianna (2003), se o civismo, por definição, implica a existência de uma esfera pública, que se abre à participação de todos, as práticas prevalecentes de diminuição do papel do Legislativo, na formulação da agenda política do país, mingam a sua função institucional de ser responsivo às demandas da cidadania e às possibilidades de se conectar⁶⁵ ativamente com a sociedade civil:

A gravitação do Legislativo em torno do Executivo, de que é testemunha a presença de muitas das principais personalidades de diferentes partidos à testa de ministérios, em um simulacro de regime parlamentarista que apenas

⁶⁵ Talvez esta conexão se dê através da imprensa. Pelo menos, esta é uma das perspectivas desenvolvidas neste trabalho.

reforça aquele último Poder, induz à retração da esfera pública e cerceia suas possibilidades de contato com o mundo da opinião. Por meio dessa operação, realizada no âmbito das relações entre esses dois Poderes, esvazia-se a substância democrática do regime de 1988.(VIANNA, 2003:337)

Com as medidas provisórias, o público torna-se um espaço posto sob o domínio do Executivo e das lideranças de sua maioria congressual, que, ao selecionarem os interesses e os valores a serem defendidos e estimulados, passam a tomar decisões que vinculam a todos. Na prática, o Executivo arroga-se o papel de intérprete da vontade geral.

Seria, então, nessa relação de supremacia, contida, ao menos de modo latente, na Carta de 1988, e na tradição republicana brasileira, que se conformou o déficit democrático brasileiro. Acreditamos que, atualmente, este déficit estaria encontrando compensação, por meio dos diques - judiciário e imprensa - que a representação política levanta contra a intervenção do Executivo. Esta é, pelo menos, uma das principais hipóteses deste trabalho.

Para Vianna (2003), na raiz da recente afirmação do Poder Judiciário está a intervenção do Legislativo, no sentido de dotar a sociedade de novos instrumentos de defesa e de aquisição de direitos, instituindo a representação funcional como mais uma arena para a democracia brasileira⁶⁶. Por meio desse movimento, é bom registrar, o Legislativo tem conseguido, ao menos em parte, compensar sua situação atual de inferioridade em relação ao poder Executivo, recorrendo a procedimentos extra-parlamentares. Como exemplos de ações extra-parlamentares, além da relação de aproximação com o Judiciário, destacamos a utilização da imprensa, pelo Legislativo, a partir da atuação da assessoria parlamentar.

⁶⁶ As análises, tanto de Vianna quanto de Octavio Amorim e Fabiano Santos, que, desde logo, tornam plausível a hipótese da existência de um déficit democrático no país, se fazem reforçar com o estudo histórico-comparativo de Charles Pessanha, que caracteriza o caso brasileiro de delegação legislativa como de índole autoritária, demonstrando que, nos últimos setenta anos, a maioria das normas reguladoras da vida social e política tem sido elaborada sem contar com a participação do legislativo. A qualificação negativa dessa prática se faria ainda ressaltar pelo fato de que o deslocamento da iniciativa legal, do poder Legislativo para o Executivo não vem coincidindo, ao contrário do que se observa na experiência internacional, com o fortalecimento de procedimentos que venham a dotar aquele poder de capacidade efetiva de controle sobre os atos deste último.

Esta atuação, consolidada na Agência de Notícias da Câmara Federal, será analisada, em relação a alguns aspectos da votação e tramitação da PEC 40/03, no capítulo a seguir.

4. A AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA CÂMARA FEDERAL E O TRATAMENTO DADO A VOTAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A divulgação de reportagens, veiculadas pela *internet*, na página da Agência de Notícias da Câmara Federal, foi um dos instrumentos institucionais, utilizados pelo Poder Legislativo, para municiar a imprensa escrita, televisiva, radiofônica e virtual, com as informações a respeito do processo de tramitação e de votação da PEC 40/03, a Reforma da Previdência, enviada, inicialmente, à Câmara Federal, no dia 30 de abril de 2003.

Para refletirmos como se dá esse processo de reprodução, multiplicação e veiculação de formas simbólicas dentro da Agência de Notícias da Câmara tomamos como exemplo a alteração do Regime Geral da Previdência, no qual uma lei tipicamente republicana foi modificada, subordinando os direitos dos cidadãos às necessidades do Estado.

A escolha da votação da PEC 40/03 deu-se em função de quatro razões: a busca de um espaço discursivo dos assessores de imprensa parlamentar, no qual pudessem ser identificadas as relações de poder; a identificação de um projeto cuja origem fosse o poder Executivo; a natureza da lei, ou seja, o fato de ser um Projeto de Emenda à Constituição, capaz de alterar a Lei maior de um país, redefinindo o sistema previdenciário brasileiro e modificando a estrutura de aposentadoria e benefícios do setor público; e, por último, a grande repercussão na sociedade.

Diante da necessidade de se estabelecer um recorte temporal, delimitamos, como campo de análise, o intervalo entre a votação do primeiro turno da PEC 40/03, que ocorreu na madrugada do dia 5 de agosto de 2003, e o segundo turno, que ocorreu em 27 de agosto do mesmo ano. Além disso, como muitos fatos significativos foram noticiados uma semana antes e uma depois do processo de votação da Reforma da Previdência, abrangemos, também, este período: de 29/07/2003 a 28/08/2003.

É importante esclarecer que restringimos a análise às matérias elaboradas durante a tramitação na Câmara Federal, nos abstendo tanto da tramitação no Senado quanto da votação da PEC 227/04, um conjunto de emendas que tornou-se conhecido como “PEC Paralela da Previdência⁶⁷”.

A pesquisa documental, via *internet*, que selecionou as matérias elaboradas pelos assessores de imprensa parlamentar, foi realizada através de duas buscas no *link* da agência, procurando por “Reforma da Previdência” e “PEC 40”. Na seqüência, fez-se a mesma pesquisa no *Link* “pesquisa avançada” e “notícias anteriores”. Nas duas pesquisas, foram encontradas 305 matérias, sendo que, após excluir as repetidas e as que ultrapassavam o período delimitado, chegou-se a 95 ocorrências, conforme a listagem anexa⁶⁸.

Ao ler e problematizar os textos produzidos pelos assessores de imprensa parlamentar, dialogamos, em boa medida, com Gaye Tuchman (1994), teórica da comunicação social. Tomamos, como referencial, a sua análise que identifica os três fatores que influenciam a noção de objetividade dos jornalistas, que são: a forma, as relações inter-organizacionais e o conteúdo das notícias:

Por forma, entendo aqueles atributos da notícia e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos, como o uso de aspas. Por conteúdo, entendo aquelas noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas. O conteúdo é também relacionado com as relações inter-organizacionais do jornalista, pois as suas experiências com essas organizações levam-no a tomar por certas algumas coisas a cerca delas. Finalmente, sou de opinião de que o manuseamento de “estórias”, isto é, o uso de certos procedimentos perceptíveis ao consumidor de notícia protege o jornalista dos riscos da sua atividade, incluindo os críticos (TUCHMAN, 1994:75).

Notamos que, apesar de centrar as suas análises no campo sociológico, a autora refere-se, também, à utilização, pelo jornalista, de recursos de linguagem que devem ser considerados, pois exibem suas escolhas e preferências, em nome de uma pretensa objetividade. Assim, com relação ao uso de aspas, a autora considera: “Os jornalistas vêem as citações de opinião de outras pessoas como uma forma de prova

⁶⁷ A “PEC Paralela” da previdência, foi resultado de um acordo entre os líderes, para agilizar a votação da PEC 40/03, onde foram incorporadas todas as emendas apresentada a Reforma da Previdência. Sua votação, em primeiro turno, ocorreu no dia 8 de julho de 2004 e, em segundo turno, no dia 16 de março de 2005.

⁶⁸ Ver anexos I, II e III.

suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar da notícia e deixam os “fatos” falar. (TUCHMAN, 1994:80). Mais adiante, veremos que não apenas os “fatos” falam, mas as “pessoas” também.

Identificamos, na pesquisadora, uma proximidade com os princípios e procedimentos analíticos da Análise de Discurso⁶⁹, pois esta linha teórica, que pertence à Lingüística, além de voltar-se para a linguagem como uma materialidade passível de análise, entende o discurso como uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Por envolver-se com a análise de artigos escritos, a nossa pesquisa, como a de Tuchman, apresenta este aspecto transdisciplinar, principalmente quando, mais adiante, refere-se ao direito à fala.

Consideramos que a linguagem não é transparente, e, por isso, queremos buscar um conhecimento a partir do próprio texto, trabalhando com os artigos não somente como ilustração de algo já sabido. Partimos do pressuposto que os sujeitos constroem a sua realidade com argumentos ditos e não ditos, ficando evidentes, nos textos, os atores que têm o direito à fala e o contexto no qual estão inseridos. Como veremos, o compromisso da agência é “com a informação isenta e apartidária, capaz de oferecer ao leitor os fatos em sua integralidade, sem interpretações” e esta definição nos causa um certo estranhamento, que irá se ampliando, na medida em que os exemplos se sucedem, ao longo deste estudo, deixando mais evidentes as contradições. Fora as contradições já citadas, em âmbito global, tratam-se, agora, de contradições específicas.

⁶⁹ Eni Orlandi explica que a Análise de Discurso relaciona sujeito e sentido, visando a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, tenta explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido, produzindo assim novas práticas de leitura. Orlandi esclarece ainda que, como é de responsabilidade do pesquisador a pergunta que irá nortear o trabalho, será também sua a responsabilidade de organizar esta relação com o discurso, levando-o à construção de “seu” dispositivo analítico, optando pela mobilização desses ou daqueles conceitos, deste ou daquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de sua questão (ORLANDI, 2001:26,27). Seria preciso acrescentar que o conceito de “discurso”, em Orlandi, difere radicalmente do adotado por Michel Foucault, explorado em páginas anteriores. Enquanto Orlandi trabalha no interior de uma disciplina, estruturando o discurso do centro para as bordas, na busca de uma estrutura de funcionamento que se repete, utilizando dispositivos de leitura e de interpretação para inserir a linguagem em uma configuração ideológica, ainda que seja para criticá-la; Foucault, ao contrário, concebe o discurso como pontos de coagulação dos micro-poderes, que estão diluídos num sistema social estratificado e descentralizado, cujos efeitos ultrapassam as coerções de sentido, sejam históricas, sociais ou ideológicas. Recorremos a estes teóricos em momentos distintos do trabalho, entendendo que cada um deles tem uma contribuição a dar, em aspectos e em enfoques diferentes: enquanto de Foucault aproveitamos sua concepção a respeito do discurso para discutir as relações de poder na sociedade, de Orlandi utilizamos, tecnicamente, o dispositivo de análise textual.

4.1. A Agência de Notícias da Câmara Federal

Todo o acesso à Agência de Notícias foi realizado, neste estudo, exclusivamente de forma virtual buscando-se através dos links que disponibilizam informações, copiar as reportagens e explicações sobre a estrutura de funcionamento da Assessoria de Comunicação. Na página oficial da Câmara (www.camara.gov.br), encontramos a seguinte auto-definição:

A **Agência Câmara de Notícias** divulga, em tempo real, as atividades institucionais da Casa: reuniões, votações e audiências públicas no âmbito das Comissões Permanentes, Especiais e no Plenário. O compromisso da Agência é com a informação isenta e apartidária, capaz de oferecer ao leitor os fatos em sua integralidade, sem interpretações.

Em relação a seu funcionamento, a Agência informa que, além de notícias em “tempo real”, oferece, ainda, a seus usuários os seguintes “produtos”: Consolidadas, Agenda do Dia, Hoje, A Semana, Aconteceu, Pauta, Especial e Boletim Eletrônico⁷⁰.

Ao esclarecer que as matérias estão sendo divulgadas em “tempo real”, isto é, ao permitir que, ao acessar a página, o usuário receba a notícia ao mesmo tempo em que os acontecimentos estão ocorrendo no plenário, a Agência reforça o caráter do meio que está utilizando, pois a *internet* é identificada com dinamicidade e atualidade⁷¹. Ou seja, fornecer informações em “tempo real” torna-se possível, somente, consideradas as distâncias de Brasília em relação ao resto do país, se estas forem on-line, isto é, através de um meio virtual ou “ao vivo”, através da TV.

⁷⁰ Transcrevemos da página www.camara.gov.br a explicação de cada “produto”: “**Consolidadas**: matérias completas a respeito de cada assunto veiculado em tempo real. **Agenda do Dia**: Agenda com a previsão de todas as reuniões e votações para aquele dia, distribuída no início da manhã. **Hoje**: sugestões de pauta para o dia, distribuídas em notas individuais, por assunto. **A Semana**: previsões de acontecimentos da semana, nas comissões permanentes, especiais e no Plenário, distribuídas às sextas e segundas-feiras. **Aconteceu**: matérias sobre projetos e demais assuntos já discutidos nas comissões, que, pelos critérios de urgência e relevância, não integraram o noticiário em tempo real. **Pauta**: matérias sobre reuniões e proposições em tramitação nas comissões cuja importância recomende divulgação prévia. **Especial**: Reportagens especiais que abordam todas as propostas em tramitação sobre grandes temas. **Boletim Eletrônico**: com as principais notícias do dia, o Boletim é distribuído por e-mail, gratuitamente, às 18h30. O usuário escolhe, entre 29 assuntos, aqueles sobre os quais deseja receber notícias. Interessados em reproduzir o noticiário da Agência Câmara de Notícias poderão fazê-lo, gratuitamente, desde que lhe dêem o devido crédito, conforme previsto na legislação sobre direitos autorais.”

⁷¹ Este é um dos serviços oferecidos que exerce maior atração, embora se saiba que o “tempo real” nem sempre corresponde a atualização ou simultaneidade cronológica. No caso de nosso trabalho, por exemplo, acessamos as matérias em tempos distintos, depois dos “fatos” noticiados terem ocorrido. Por outro lado, sabemos que o “tempo real” de divulgação das matérias da Agência alimenta diariamente a pauta da imprensa convencional.

Sobre o corpo técnico da Agência estão disponíveis, na página, os nomes dos diretores e dos editores. Quanto aos jornalistas, somente podemos identificá-los em matérias assinadas, que são a grande maioria, constando o crédito logo abaixo das mesmas, seguido, também, na maioria dos casos, do nome do editor responsável. Na ausência da assinatura do profissional, consta a expressão “Da Redação”, ou seja, a autoria da agência, um espaço institucional e coletivo, assume a responsabilidade pelos textos que são divulgados.

A seguir, apresentamos a nominata da Secretaria de Comunicação Social, a qual a agência de notícias está subordinada:

Diretor: Ademir Malavazi

Agência Câmara de Notícias

Diretora: Patrícia Roedel

Editora-chefe: Simone Ravazzoli

Coordenador: Paulo César Santos

Editores: Francisco Brandão, Natalia Doederlein, Noéli Nobre, Pierre Triboli, Regina Céli Assumpção, Rejane Oliveira, Rodrigo Bittar, Wilson Silveira.

Em todas as matérias que estão disponíveis no *site*, para consulta, logo após os créditos - que tanto pode ser de um jornalista específico, quanto do genérico “da redação” -, consta uma frase que autoriza a sua reprodução, desde que a fonte seja citada. Com esta ação, que assegura a referência a uma instância anterior que elaborou a reportagem, a Agência de Notícias mantém sua visibilidade em espaços exteriores ao da página oficial da Câmara, fazendo-se aparecer em outras mídias que se utilizam, também, da reprodução como fonte de informação.

4.2. A Reforma da Previdência

O Regime Geral da Previdência Social, é um conjunto de leis protecionistas, tipicamente republicanas e constitutivas de um Estado democrático de direito pois garantem o pagamento da aposentadoria ao trabalhador. Este Regime foi alterado por uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 40/03, isto é, a Reforma da Previdência, que foi encaminhada pelo governo brasileiro à Câmara dos Deputados

em 2003. Na justificativa da PEC, o governo afirma que o objetivo da alteração é o de universalizar os regimes entre os servidores públicos e os da iniciativa privada.

A partir de três reportagens, exemplares, publicadas pela Agência de Notícias da Câmara no dia posterior a aprovação da PEC 40, em segundo turno, apresentaremos o contexto da tramitação da reforma de acordo com a versão - ou o olhar - da assessoria de imprensa parlamentar da Agência.

Segundo a jornalista Rosalva Nunes⁷², em matéria publicada no dia 27 de agosto de 2003, o Regime Geral da previdência Social sofre sua primeira tentativa de modificação em 1991, quando o então presidente, Fernando Collor de Melo, elabora uma proposta de Reforma da Previdência que idealizava um cenário de universalização de regimes, com a garantia de aposentadoria até um determinado teto, encaminhando-a para a pauta de discussões do Congresso.

A assessora de imprensa parlamentar afirma, também, que “nesses doze anos, o sistema previdenciário sofreu várias alterações, na maioria das vezes de forma paliativa e para resolver problemas pontuais, mas que nenhuma alterou significativamente a estrutura de aposentadoria e benefícios do setor público como a proposta do atual governo, aprovada ontem em segundo turno na Câmara”.

A jornalista ainda esclarece que a tentativa de alteração não se limitou ao período Collor, na medida em que o governo Fernando Henrique Cardoso tentou, a partir de 1995, implementar uma mudança geral na Previdência, enviando ao Congresso uma proposta de emenda constitucional. Após três anos de discussão, foi aprovada a Emenda Constitucional 20/98, que optou pela manutenção dos regimes públicos de repartição, diferenciados para servidores públicos, civis e militares e trabalhadores da iniciativa privada. Rosalva Nunes explica, a seguir, de maneira comparativa, como ficou a legislação:

MILITARES

⁷² Reportagem de Rosalva Nunes e edição de Paulo César Santos, matéria nº 87 da tabela I, anexa, veiculada no dia 27/08/2003, às 19h48, na página da Câmara Federal, cujo título é “Congresso discute Previdência desde 1991”. Esta reportagem está *linkada* a mais duas matérias, que foram publicadas no mesmo dia: “Tramitação na Câmara durou quatro meses” e “Relator aponta benefícios para quem ganha menos”. Cabe esclarecer, ainda, que estas matérias foram publicadas após a votação em segundo turno da votação da PEC 40, considerado o fim deste processo na Câmara Federal.

Para os militares, as principais mudanças envolvem o aumento da contribuição para a previdência de 1,6% para 7,5% sobre os proventos; 3,5% para a assistência médica; e o fim da pensão especial para as filhas solteiras no caso de novos servidores. No Regime Geral de Previdência, foram extintas a aposentadoria proporcional dos trabalhadores e a aposentadoria especial de professores universitários; houve mudanças na forma de cálculo dos benefícios das instituições de uma regra de transição na aposentadoria proporcional, mantendo-se sua concessão para os segurados já filiados ao INSS.

SERVIDORES CIVIS

O regime dos servidores civis também foi modificado, mas sem as alterações que extinguissem os chamados “direitos adquiridos”, em algumas interpretações legais, ou “expectativa de direito”, em outras, justamente os considerados como principais fontes de pressão dos gastos públicos. Entre eles estavam a integralidade de proventos e a paridade nos reajustes entre ativos e inativos, pontos que na atual reforma, deixarão de existir para os novos servidores. Houve mudança também na idade mínima de aposentadoria e instituída uma regra de transição. Mas além de não conseguir atacar os pontos considerados responsáveis pelo aumento anual do déficit previdenciário, a reforma de 1998 falhou no que considerava seu ponto essencial: por três vezes o governo anterior tentou aprovar a taxação dos servidores inativos. Por três vezes, foi derrotado. (Reportagem de Rosalva Nunes 27/8/03)

Em outra reportagem, de autoria do jornalista Eduardo Piovesan⁷³, divulgada no dia 27 de agosto de 2003, intitulada “Tramitação na Câmara durou quatro meses”, o repórter informa que a Reforma da Previdência encaminhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi aprovada 118 dias após o envio da proposta à Câmara dos Deputados, esclarecendo, ainda, que a discussão do tema começou antes mesmo da proposta dar entrada no Congresso, no dia 30 de abril.

Segundo Piovesan, uma comissão especial foi criada para agilizar a realização de audiências públicas sobre o assunto, com representantes do governo e da sociedade civil. Quando a proposta de emenda à Constituição foi entregue ao Congresso, sua apreciação iniciou-se pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que analisou, ainda no mês de maio, os aspectos referentes à constitucionalidade e à técnica legislativa proposta.

Ainda na mesma reportagem, o assessor de imprensa esclarece que no dia 4 de junho instalou-se uma comissão especial, destinada a discutir o mérito da PEC 40/03 e de outras propostas apresentadas. Além disso, que em razão da

⁷³ Reportagem de Eduardo Piovesan, edição de Paulo César Santos, matéria nº 88 da tabela 1, anexa, veiculada no dia 27/08/2003, às 19h50, na página da Câmara Federal.

complexidade do tema, a comissão realizou mais audiências públicas, e o relator, deputado José Pimentel (PT-CE), participou de diversas reuniões, também, com lideranças partidárias, representantes do governo e dos governadores, em busca de um acordo que viabilizasse a votação do texto.

Finalmente, ele transcreve as principais mudanças no texto original da PEC 40/03 enviado pelo governo com o aval dos governadores, pois houve várias alterações posteriores. Apesar da extensão do texto das mudanças, consideramos importante transcrevê-las, na íntegra:

PENSÕES

A proposta do governo previa que uma lei definiria os critérios para concessão de pensão por morte, cujo valor seria de até 70% dos proventos do servidor falecido. Até a lei ser publicada, valeria este índice. O texto aprovado prevê concessão integral da pensão até o teto do Regime Geral da Previdência Social (de 2,4 mil a partir da promulgação da emenda) e um desconto de 30% sobre o que exceder esse limite.

CONTRIBUIÇÃO DE INATIVO

Um dos pontos que o governo não cedeu nas negociações, mas cuja cobrança teve ajustes. No texto original, a contribuição seria de 11% para os inativos da União, dos estados e dos municípios a ser aplicado sobre a parcela que excedesse o limite de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física, atualmente em 1.058,00.

A redação dada pelos deputados impõe a contribuição pelo mesmo índice da ativa sobre as parcelas que excederem, respectivamente, a 50% do teto do Regime Geral da previdência para os inativos dos estados e municípios (R\$ 1,2 mil) e a 60% do teto para os inativos da União (R\$ 1,44 mil).

APOSENTADORIA INTEGRAL

Na proposta original, a aposentadoria integral acabaria para todos os servidores que viessem a cumprir os requisitos exigidos para se aposentar após a promulgação da emenda. Ela seria garantida apenas para os que já tivessem cumprido esses requisitos, mas ainda não tivessem se aposentado.

Como resultado das negociações, a aposentadoria integral permaneceu para o servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da emenda se cumpridos os seguintes requisitos:

1. Para homens: 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público, dez anos de carreira e cinco anos mesmo cargo em que se der a aposentadoria;
2. Para mulheres: 55 anos de idade, 30 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público, dez anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria.
3. No caso dos professores que comprovem tempo de efetivo exercício exclusivamente nas atividades de magistério na educação infantil, fundamental e médio, os tempos de contribuição e de idade ficam reduzidos em cinco anos.

Uma lei definirá qual será a totalidade da remuneração a que terá direito o servidor que se aposentar por estas regras.

APOSENTADORIA PROPORCIONAL

Embora não modificasse as idades exigidas pela Constituição após a reforma feita no governo Fernando Henrique Cardoso, a proposta estipulava um redutor para os proventos da aposentadoria proporcional de 5% por ano antecipado em relação à idade da regra geral (60 anos para homem e 55 para mulher).

Com a redação aprovada na Câmara, aqueles que ainda podem se aposentar proporcionalmente (ingressos até a publicação da Emenda 20, de 1998) só poderão fazê-lo atendendo às exigências de idade (53 anos para homem e 48 anos para mulher), de efeito exercício no cargo (cinco anos para ambos os sexos), e de tempo de contribuição (35 anos se homem e 30 anos se mulher). Nesta última exigência, acaba o chamado “pedágio” de 40% e mentem-se o período adicional de 20%. Os proventos serão calculados levando-se em conta as remunerações que serviram de base para as contribuições feitas tanto ao Regime Geral quanto ao regime dos servidores públicos e terão reajuste que preserve seu poder aquisitivo, mas não o reajuste partidário. No cálculo do provento, será aplicado um redutor de 3,5% por ano de antecipação em relação à idade da regra geral para aquele que completar as exigências até 31 de dezembro de 2005 e de 5% para os que as complementarem a partir de 1º de janeiro de 2006.

PARIDADE

A paridade, reajuste das aposentadorias e pensões pelo mesmo índice dos servidores da ativa de cada carreira, acabava pelo texto original. Os proventos seriam reajustados com índice que garantisse seu valor real. Assim como no texto inicial, a paridade fica garantida às aposentadorias e pensões vigentes e àquelas cujos requisitos para aquisição tenham sido preenchidos até a publicação da emenda. Para as aposentadorias integrais concedidas com as novas exigências, a paridade fica garantida na forma de uma lei que disciplinará quais parcelas da remuneração serão reajustadas pelos mesmos índices da ativa.

SUBTETO DO JUDICIÁRIO

Embora já houvesse um compromisso político do governo em inserir na proposta um limite para o Judiciário estadual diferenciado do limite para o Executivo e Legislativo, o texto original não previa qualquer percentual em relação ao subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Depois de tramitar com índices menores, como 75%, a proposta aprovada acatou o limite já expresso no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 90,25% do subsídio do Supremo para o Judiciário estadual, o Ministério Público, os Procuradores e os Defensores Públicos.

ABONO

A PEC 40/03 previa abono equivalente ao valor da contribuição previdenciária para aqueles que preenchessem as condições para se aposentarem pelas atuais regras até a publicação da emenda e permanecessem em serviço. O novo texto mantém esse abono para os que se aposentem com valor integral, os que se aposentem com o valor proporcional e os que se aposentem pelas novas regras. Esse abono será concedido até a idade de aposentadoria compulsória (70).

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O novo regime previsto no texto inicial impunha como limite das aposentadorias o teto do Regime Geral da previdência Social, que poderia ser adicionado com proventos de um regime de Previdência Complementar. Os cálculos incluíram tanto as remunerações recebidas no serviço público quanto no Regime Geral.

Com as modificações introduzidas, a referência ao limite saiu do texto, mas o cálculo continua envolvendo os salários que serviram de base para as contribuições dos dois regimes de Previdência e o reajuste também permanece por índice que garanta o valor real.

A Previdência Complementar, entretanto, não deverá mais ser instituída por lei complementar, e sim por lei de iniciativa do respectivo Executivo, devendo funcionar por meio de entidade fechada, de natureza pública e oferecer exclusivamente a modalidade de contribuição definida. A contribuição previdenciária incidirá sobre o valor que exceder ao teto do Regime Geral para quem se aposentar com essas regras.

Fechando esta seqüência de três reportagens, a jornalista Maria Lúcia Sigmaringa⁷⁴ transcreve a fala do Relator da PEC 40/03, José Pimentel (PT-CE), apontando que a aprovação da reforma irá beneficiar quem ganha menos e os que atualmente se encontram totalmente desprotegidos pelo sistema previdenciário, lembrando que “as mudanças são necessárias para garantir, no futuro, o pagamento dos benefícios a milhões de pessoas por todo o país”. Para o relator, é necessária a aprovação de um sistema nestes moldes, pois demonstra que “a intenção do governo não, é, de forma alguma, privatizar a Previdência Social”, mas que, para isso, não é possível agradar a todos os envolvidos. Nesta matéria, ainda, o relator José Pimentel destaca as principais mudanças que irão beneficiar quem ganha menos, transcritas a seguir:

REGIME GERAL

“Esses trabalhadores terão uma pequena elevação na contribuição mas, em compensação, o teto máximo da aposentadoria subirá dos atuais R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00. Aposentados e pensionistas continuam isentos de contribuição previdenciária. Além disso as 40 milhões de pessoas que antes estavam fora do sistema, como trabalhadores informais, empregadas domésticas e pescadores artesanais, por exemplo, passam a se incluídos em esquema especial, a fim de contribuírem de forma reduzida para o direito a benefícios hoje difíceis de obter”.

SERVIDORES PÚBLICOS

⁷⁴ Reportagem de Maria Lúcia Sigmaringa, edição de Paulo César Santos, matéria nº 89 da tabela 1, anexa, veiculada no dia 27/08/2003, às 19h53, na página da Câmara Federal.

“Apesar de já estarem previstos na Constituição de 1988, até hoje nenhum governo teve a coragem de instituir o teto e o subteto para os funcionários públicos. Após a promulgação da reforma, ninguém receberá mais do que R\$ 17.343. Nos estados, o maior salário será de R\$ 15.652. Negociamos e conseguimos garantir aos atuais servidores aposentadoria integral e a paridade de seus vencimentos com o de seus colegas da ativa, desde que eles respeitem o limite mínimo de idade, que é de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens. É uma regra justa porque, nos dias de hoje, nenhum país do mundo pode mais se dar ao luxo de aposentar seus servidores aos 48 anos (mulher) e aos 53 (homens), em um momento em que as pessoas estão no auge de seu vigor físico intelectual”

APOSENTADORIAS E PENSÕES

“Os atuais servidores aposentados passam a descontar até 11% de seus salários, naquilo que ultrapassar R\$ 1.200, nos estados e municípios, e R\$ 1.440, nos vencimentos da União. No Brasil, 11 estados, 10 capitais e 2.140 municípios, além do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, já cobram de seus aposentados e pensionistas sem qualquer faixa de isenção. Na maioria desses lugares, os contribuintes terão um desconto menor. Além disso, por não receberem salários maiores que o limite de isenção, 90% dos aposentados e pensionistas do Norte e Nordeste, 50% do sul, Sudeste e Centro Oeste e 30% da União ficarão isentos da cobrança.”

“Os atuais pensionistas terão seus benefícios preservados, mas aqueles que vierem a receber pensões de atuais servidores só receberão benefícios integrais até R\$ 2.400. O valor que exceder os R\$ 2.400 será reduzido em 30% e a contribuição de 11% será em cima desse excedente. Os atuais servidores que ainda vão se aposentar contribuirão com o que ultrapassar os R\$ 2.400,00”

FUTUROS SERVIDORES

“Os futuros servidores terão regras iguais a de seus colegas da iniciativa privada para aposentadoria e pensão, com teto salarial de R\$ 2.400, de acordo com o que nós, do PT, vimos defendendo desde 1995. Os que quiserem receber benefícios superiores a esse valor devem contribuir para um fundo de pensão fechado, de natureza pública e com gestão paritária.

ACIDENTE DE TRABALHO

Em 1998, uma alteração constitucional passou a permitir a privatização do Seguro de Trabalho. No entanto, essa mudança representou, na opinião do Deputado José Pimentel, apenas a transferência de uma quantia significativa de recursos do INSS para a iniciativa privada, sem trazer ganho social nenhum. Por essa razão o relator da Previdência decidiu sugerir a revogação do inciso 11 do artigo 121 da Constituição, devolvendo o gerenciamento do SAT para a esfera pública. O parlamentar lembrou que a lógica que rege o seguro privado é a de quanto maior o risco, maior o preço, o que faz com que os custos para benefícios provenientes de acidentes de trabalho na indústria de transformação, siderurgia e construção civil, por exemplo, acabem por se tornar “inviáveis”. “No ano passado, o INSS arrecadou R\$ 4,28 bilhões com o SAT e boa parte dessa receita poderia migrar para a iniciativa privada quando é preciso fortalecer a Previdência Pública para garantir benefícios à maioria dos brasileiros das áreas urbanas e rurais”, defendeu Pimentel.

Além disso, como informou o parlamentar cearense, o governo Lula está estudando a hipótese de diminuir a contribuição para o SAT das empresas que

investem em segurança do trabalho e aumentar as alíquotas daqueles que nada investem, como forma de diminuir os riscos de acidentes de trabalho.

A partir destas três reportagens, conseguimos identificar alguns sinais que nos deixam perceber, através do conteúdo das matérias, qual foi o contexto descrito pela Agência de Notícias da Câmara e qual a importância da aprovação da PEC 40/03.

A primeira reportagem, de Rosalva Nunes, esclarece que o Regime Geral da previdência sofreu alterações não apenas durante o governo Lula, e que as promovidas durante os outros governos eram “na maioria das vezes paliativas e para resolver problemas pontuais”. Além disso a jornalista conclui dizendo que os governos anteriores não conseguiram atacar os pontos responsáveis pelo aumento anual do déficit previdenciário e que a PEC 40/03 conseguiu: a “reforma de 1998 falhou no que considerava seu ponto essencial: por três vezes o governo anterior tentou aprovar a taxaço dos servidores inativos. Por três vezes, foi derrotado”. Com isso, a assessora dá ênfase à incapacidade do governo anterior, ao mesmo tempo em que enaltece a capacidade do atual.

Na segunda reportagem, de Eduardo Piovesan, um dos objetivos é deixar claro que a discussão não se restringiu somente aos quatro meses de tramitação na Câmara: “a discussão do tema começou antes mesmo do presidente enviar a proposta ao Congresso”; e também que a Emenda foi amplamente discutida com a sociedade e que, inclusive, “foi criada uma comissão especial para agilizar a realização de audiências públicas”. Além disso, o assessor destaca que o relator não restringiu as consultas somente às audiências públicas: o “deputado José Pimentel participou de diversas reuniões, também com lideranças partidárias, representantes do governo e dos governadores”, sugerindo o quanto foi democrático o processo. Finalmente, Piovesan afirma que o texto é fruto de um consenso: “houve um esforço para buscar um acordo para viabilizar a votação”

A terceira matéria, da jornalista Maria Lúcia, fecha a tríade apresentada pela Agência, na qual percebemos uma espécie de defesa gradual da questão: se, na primeira reportagem, afirma-se que a proposta deste governo é melhor do que a dos governos anteriores, a segunda diz que sua discussão foi um processo democrático e

participativo. A terceira reportagem, por sua vez, informa que a Reforma irá beneficiar quem ganha menos ou quem não tem direito algum.

A repórter transcreve, entre aspas, a fala do relator da PC 40/03, deixando transparecer a fonte da matéria, que afirma que as mudanças são necessárias para garantir o futuro, mas que, para isso, não pode agradar a todos. Lendo mais um pouco, identificamos que os únicos que não terão seus benefícios atingidos serão os servidores da ativa que ganham abaixo de R\$ 2.400 reais e os inativos que ganham até 1.200 reais; os demais ficam sujeitos às alterações da PEC. Esta exposição do relator nos leva a concluir que a intenção do projeto se reduz a promover adequações do sistema previdenciário às necessidades econômicas do governo.

Percebemos, então, que, por um lado, nos textos dos jornalistas, há uma defesa explícita do projeto da PEC 40, do processo de sua tramitação, e das mudanças aprovadas, sugerindo um apoio ao governo; por outro lado, ao exibirem, entre aspas, a fala do relator, e ao transcreverem pedaços do texto da Reforma, deixam as contradições em evidência, para quem quiser ou puder ler.

4.3. O “direito” à fala

De início, é preciso explicitar que embora o conceito de “sujeito de discurso”, empregado por Eni Orlandi (2001), abrange múltiplos aspectos, a nossa pesquisa aproveita, deste conceito, somente o que diz respeito à fala propriamente dita, isto é, o utiliza como um mecanismo de interpretação, para evidenciar, em cada texto, quem tem o direito de ser citado, de expor suas opiniões, de estar inserido nas matérias, tentando perceber em qual grau isto ocorre⁷⁵.

A “fala” não é somente a transcrição, em destaque, de partes do que foi dito por este ou por aquele parlamentar em determinado momento, como no caso, já citado, do relator da PEC 40/03, José Pimentel (PT-CE). Entendemos que a “fala” é

⁷⁵ Afirma Eni Orlandi: “A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos, nem sentidos são completos. (...) Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentidos por se inscreverem em formações discursivas.” (ORLANDI, 2001:53).

também determinada pela presença do parlamentar, de modo indireto, como foco da matéria, resultado de uma seleção prévia que, de certo modo, faz aparecer ou desaparecer, do espaço discursivo, este ou aquele nome. Para efeito de análise consideramos, em nosso trabalho, que o “sujeito de discurso” é a fonte principal da matéria.

Subdividimos esta categoria, “direito à fala”, em cinco itens, para facilitar a análise dos dados:

1. Artigos que utilizam a citação direta, com o uso de aspas: “....”.
2. Artigos que têm como sujeito um único parlamentar.
3. Artigos que misturam várias falas de parlamentares, e/ou de partidos e governo.
4. Artigos que citam entidades ou grupos que falam, e parlamentares.
5. Artigos onde o sujeito do discurso é a Agência de Notícias da Câmara

Dentre os 95 artigos considerados, neste estudo:

1. Encontramos 15 artigos que utilizam a citação direta: “...” e como exemplo, transcrevemos parte da matéria de número 95, cuja manchete é **João Paulo afirma que texto da Reforma melhorou:**

Na saída do encontro, no gabinete do Senador José Sarney, o presidente da Câmara assegurou que a proposta foi aperfeiçoada nestes quatro meses de tramitação. “Na Câmara, nós cumprimos o dever de conversar com todos os setores e produzimos uma reforma muito melhor do que a original. Ela tem a garantia atuarial, de estabilidade e sustentação financeira, e ao mesmo tempo aponta para o futuro com um sistema mais justo.”(...) João Paulo lembrou que o texto aprovado teve o apoio de todos os partidos na Câmara. “É com muita satisfação que o nosso comparecimento aqui mostrou o compromisso da Câmara de forma suprapartidária, mostrando que essa reforma é para o Brasil, não é para A,B ou C”.

Reportagem – Beth Veloso⁷⁶

Esta reportagem é um exemplo típico de matérias nas quais o jornalista da Agência utiliza como recurso a citação direta, isto é, reproduz exatamente o que foi

⁷⁶ Reportagem de Beth Veloso, nº 95 da tabela 1, anexa, veiculada no dia 28/08/2003, às 10h37, na página da Câmara Federal.

dito por um sujeito específico. Outra característica, é que, além da citação entre aspas, há somente um único sujeito (parlamentar) utilizado como fonte, em toda a reportagem, prática recorrente na maneira dos assessores conduzirem a elaboração de textos. Outro ponto que ainda podemos destacar, é que há um jornalista responsável, que assina a matéria, constando seu nome logo abaixo do texto, fato que se verifica em todas as matérias que possuem citações diretas, demonstrando uma prática institucional para este tipo de redação.

Em outro exemplo, cujo título é: **Votação foi democrática, diz João Paulo**, vemos que somente o presidente da Câmara tem sua declaração citada na íntegra, e que ele orienta praticamente toda a matéria, como fonte de informação. Mas é importante destacar, que apesar de aparentemente somente um sujeito ter “direito à fala”, a reportagem de Alexandre Lemos deixa transparecer outras vozes que se manifestaram contrárias à PEC 40 e que estão presente no corpo da matéria, o que dá mais legitimidade democrática ao texto, na medida em que incorpora os opositores, e estende, indiretamente, o “direito à fala”:

“Os deputados ajudaram a mudar o Brasil”. A avaliação é do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que considerou positiva a aprovação do primeiro turno da Reforma da Previdência (PEC 40/03) nesta madrugada. Foram mais de nove horas de discussões em que, no fim, a Base Aliada votou unida e teve a ajuda dos partidos de Oposição. Mas os governistas encontraram a resistência de três deputados do PT: Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE), que votaram contra à proposta. Além disso, oito deputados petistas abstiveram-se da votação.

O presidente João Paulo Cunha enfatizou que a votação foi democrática porque todos se manifestaram. “Evidentemente houve muita tensão, preocupação e emoção, mas todos conseguiram se manifestar; a Câmara também pôde perceber que tem uma parcela grande de servidores que estão contra a reforma, e os deputados tiveram a garantia de expressar suas opiniões e seus votos. Eu acho que o Brasil ganhou e a democracia também.”

O processo de votação da Reforma da Previdência continua hoje com os destaques para a votação em separado das bancadas.

A ordem do Dia inicia-se às 16 horas.⁷⁷

No quarto parágrafo da matéria, a seguir,: **Líder do PT assegura que aliados votam com o Governo**, a citação direta é utilizada para reforçar a fala de quem, nos

⁷⁷ Reportagem de Alexandra Lemos, Edição de Regina Céli Assumpção, divulgada em 6/08/2003, às 12h17, na página da Câmara, nº 36 da Tabela I, anexa.

parágrafos anteriores, já vinha servindo de fonte para a reportagem. As aspas, neste caso, utilizadas pelo jornalista para apresentar a citação de opinião, servem, segundo Tuchman (1994), como uma espécie de “prova” suplementar da veracidade e da pertinência do conteúdo que já vem sendo desenvolvido ao longo da matéria:

O líder do PT, Nelson Pelegrino (BA), disse que não tem dúvida de que a Base Aliada votará com o governo e que a proposta da Reforma da previdência (PEC 40/03) será aprovada hoje ou amanhã em primeiro turno na Câmara. Pelegrino chegou a pouco à reunião do Partido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no hotel Blue Tree Park, no setor de clubes de Brasília. O deputado adiantou que estão faltando apenas alguns ajustes finais, como definir o conceito de integralidade. (...)
Quanto à elevação do subteto dos magistrados estaduais, de 75% para 90,2% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal, o líder afirmou (...)
O líder comentou também as manifestações que estão ocorrendo contra a Reforma da Previdência. “É natural que haja manifestações dentro e fora do Congresso Nacional. Isso faz parte do jogo político-democrático”⁷⁸

Em outro exemplo, cujo título é **Plenário vota 2º turno da Reforma da Previdência**⁷⁹, diferentemente das demais matérias, que fazem citação direta de fala e trazem a assinatura de um jornalista ou editor responsável, esta é a única encontrada que tem como autoria “Da Redação”. Além disso, tem como informação principal a fala, sem aspas, do Presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT), e cita, entre aspas, a afirmação do Presidente do PT, José Genoíno, criticando a abstenção, na votação, dos deputados do Partido dos Trabalhadores. Se, conforme afirma Tuchman (1994), esta sinalização é um instrumento utilizado pelo jornalista para deixar claro que as afirmações dos textos pertencem a alguém, menos a ele próprio, como se as aspas garantissem a sua ausência e deixassem que os atores falassem por si só, neste caso específico, a preocupação em configurar uma ausência é ainda mais reforçada pelo recurso da assinatura. Por outro lado, tratando-se de duas falas, uma entre aspas e outra não, há uma diferenciação de ênfase entre elas, ainda mais que a segunda citação pertence a alguém externo ao Parlamento, ao presidente de um partido político:

⁷⁸ Reportagem de Gizele Benitz, edição de Natália Doederlein, divulgada em 5/08/2003, às 10h37, na página da Câmara, nº 15 da Tabela I, anexa.

⁷⁹ Reportagem da Redação, divulgada em 27/08/2003, às 10:56, na página da Câmara, nº 76 da Tabela I, anexa.

O plenário da Câmara deve iniciar hoje a votação do segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição 40/03, que trata da Reforma da Previdência. A PEC está na pauta das duas sessões de hoje: a extraordinária em andamento, e a ordinária, marcada para as 14 horas.

O presidente da Casa, João Paulo Cunha, assinalou que toda a negociação tem sido feita com prudência para que não haja surpresas na votação da matéria em segundo turno. João Paulo explicou que o adiamento da votação da Reforma da Previdência foi discutido com os líderes da Câmara para garantir a conclusão dos trabalhos da Comissão da Reforma Tributária ontem.

O presidente declarou que espera ver mantido o acordo firmado na semana passada, que prevê que os líderes dos partidos não apresentarão destaques à matéria no segundo turno.

ABSTENÇÕES

Questionado sobre a posição do PT em relação aos oito deputados do partido que se abstiveram na votação em primeiro turno da proposta e anunciaram que vão manter a abstenção nas votações do segundo turno, o presidente do partido, José Genoíno, afirmou que a punição será discutida em reunião do diretório nacional petista na próxima semana. Genoíno criticou a decisão dos parlamentares. “A abstenção não se justifica. Tem que votar sim ou não”. (...)

No exemplo a seguir, cujo título é **Segurança conclui relatório de invasão do Congresso**, pode-se supor que o jornalista, ao dar crédito à fonte, diminui sobre si a responsabilidade do que está sendo dito, deixando “na boca da fonte” as declarações sobre as manifestações dos servidores no interior da Câmara. Além disso, também podemos identificar que as aspas foram utilizadas para colocar em questão uma designação atribuída ao chefe do serviço de Polícia da Câmara. Por exemplo, a declaração de que “não é um inquérito policial”, referindo-se ao processo instaurado, pela polícia legislativa, para identificar os manifestantes envolvidos, entra em contradição, por um lado, pelo que é enunciado em seguida, sobre as medidas que serão adotadas neste caso; por outro lado a “presença da voz” de uma “autoridade”, o chefe de Segurança da Câmara, também contribui para que desconfie ainda mais da afirmação inicial de que não haverá inquérito. Finalmente, constatamos, na matéria, a “ausência da voz” dos servidores, ou de representante deles.

(...) De acordo com o chefe do Serviço de Polícia e Atividades Especiais da Coordenação de Segurança da Câmara, Walber José Salazar de Farias, um relatório preliminar já foi encaminhado ao presidente da Casa, deputado João Paulo Cunha. “Esse relatório não é policial; é um documento administrativo, em que simplesmente são narrados circunstancialmente os fatos ocorridos.

Não tem nada a ver com o inquérito policial que será adotado em relação aos responsáveis por atos de vandalismo que quebraram os vidros”.

RECONHECIMENTO

As investigações internas, por parte da polícia legislativa, vão prosseguir na tentativa de identificar o maior número possível de pessoas envolvidas na confusão para encaminhar pedido de inquérito ao Ministério Público.

Segundo Walber Farias, algumas dessas pessoas já foram reconhecidas. Estão sendo utilizadas imagens em vídeo e fotografias cedidas por veículos de comunicação que cobriram o protesto. “Evidentemente não vai ser possível identificar todos, mas certamente, entre as pessoas, haverá funcionários e outras pessoas que não são servidores. Independente de quem seja, a pessoa será indiciada da mesma forma.” (...) ⁸⁰

De forma geral, identificamos, nos quatro exemplos acima, as expressões: “O líder comentou”, “a avaliação é do Presidente da Câmara”, “Segundo Walber Farias” e “De acordo como o chefe”, que anunciam quem é que irá se pronunciar sobre determinado assunto, explicitando que se trata de indivíduos exteriores à Agência, e, também, quais as funções que ocupam. No conjunto das matérias selecionadas, constatamos que os jornalistas se utilizam, como fonte das reportagens, principalmente, de autoridades reconhecidas, tais como, o Presidente da Câmara, o líder do Governo, o líder de algum partido, ou, ainda, algum diretor da Casa Legislativa, o que é plenamente justificado, pois, segundo Leon Sigal (1973), presidentes, governos, parlamentos, ministros, detêm um peso significativo nas notícias, tornando-se fontes preferenciais e dominantes, em qualquer âmbito do jornalismo.

2. Encontramos 34 matérias que têm como sujeito um único parlamentar. Diferentemente do item anterior, no qual se analisou somente a utilização da citação direta, neste item, o que nos interessa é que somente uma única fonte seja consultada para a elaboração da matéria, ou que a oriente, independentemente da matéria ser redigida utilizando ou não a citação direta, conforme os exemplos abaixo:

⁸⁰ Reportagem de Giuliano Cartaxo, Edição de Regina Céli Assumpção, divulgada em 8/08/2003, às 10h58, na página da Câmara, nº 48 da Tabela I, anexa.

Líder: Base Aliada pode rever pontos da PEC 40/03

O líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), deixou a pouco a reunião dos líderes para participar da reunião da Executiva do partido. O líder reconheceu que há “sensibilidade” na Base para discutir a questão da redução das pensões na Reforma da Previdência. Ele informou que os parlamentares estão buscando uma fórmula que não comprometa os objetivos de sustentabilidade fiscal da reforma. Outro ponto que Pellegrino reconheceu que há possibilidade de consenso entre alguns partidos da Base é a questão do sub-teto. O PT vai discutir esses pontos internamente.⁸¹

Nesta primeira matéria, identificamos como única fonte o Líder do PT, Nelson Pellegrino, apesar da jornalista, Adriana Romeo, afirmar que ele está falando em nome da Base Aliada, isto é, que, por traz da sua fala, existe a de outros líderes, que não foram citados ou consultados pela assessora. Neste caso, a fonte irá orientar todas as frases: “O líder do PT na Câmara...”, “O líder reconheceu...”, “Ele informou...”, “Outro ponto que Pellegrino reconheceu...”, não deixando dúvidas de que esta foi a única fonte consultada.

Já no exemplo a seguir, mesmo existindo uma única fonte, que, conforme o jornalista, “afirmou” o que a matéria diz, acontece uma interferência maior no texto, por parte do assessor de imprensa, que participa, orientando o leitor, de que “a estratégia vai permitir que o PFL negocie o destaque do partido...”. o que se supõe que pode tratar-se de uma avaliação do repórter, e não de uma declaração explícita do Líder do PFL, como poderemos ver abaixo:

Líder diz que PFL vai obstruir votação de MPS

O líder do PFL, deputado José Carlos Aleluia (BA), afirmou há pouco que o partido vai obstruir as votações das medidas provisórias que estão trancando a pauta do Plenário (MPs 121, 122 e 123). A estratégia vai permitir que o PFL negocie o destaque do partido que retira as regras que reduzem o valor das futuras pensões do texto aprovado da Reforma da Previdência (PEC 40/03)., Aleluia adiantou que o PFL poderá, inclusive pedir a verificação de quorum para evitar a votação das MPs. Para votar as medidas, é necessário haver 257 deputados no Plenário da Casa..⁸²

⁸¹ Reportagem de Adriana Romeo, divulgada em 29/07/2003, às 11h55, na página da Câmara, nº 1 da Tabela I, anexa.

⁸² Reportagem divulgada em 12/08/2003, às 11h05, na página da Câmara, nº 51 da Tabela I, anexa.

Diferentemente das anteriores, a próxima reportagem mostra que, em alguns casos, não precisa existir uma fonte direta da informação para que um único sujeito seja o foco central da matéria. Constatamos que vários líderes de partidos são citados, na reportagem de Adriana Romeo, mas que apesar disso, a figura central é o Presidente da Câmara:

João Paulo entrega Reforma da Previdência a Sarney

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, está neste momento na Presidência do Senado passando às mãos do presidente do Congresso Nacional, José Sarney, o texto da REFORMA DA PREVIDÊNCIA (PEC 40/03), aprovado ontem em segundo turno pela Câmara. João Paulo está acompanhado do primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE); o líder do PT, Nelson Pellegrino (BA); o vice-líder do PL Bispo Rodrigues (PL-RJ); o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE); o líder do PSDB, Jutahy (BA); o vice-líder do Governo deputado Professor Luizinho (PT-SP), e o relator da proposta, deputado José Pimentel (PT-CE).⁸³

A matéria acima é muito parecida com o exemplo de número 95, cujo título é **João Paulo afirma que texto da Reforma melhorou**, a primeira utilizada para ilustrar o item anterior, só que, neste caso, não há citação direta. Mesmo assim, a reportagem coloca em foco, somente, um único indivíduo.

Outro exemplo interessante, é o de número 71. Inicialmente parece tratar-se de duas fontes de informações distintas, o PSDB e o PFL, mas, ao ler a matéria, constata-se que seu conteúdo foi coletado do líder tucano Jutahy Junior (BA), indicando que, provavelmente, para o jornalista, este parlamentar está credenciado a falar em nome dos dois partidos:

PSDB e PFL não votarão Previdência hoje

O PSDB e o PFL comunicaram ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que os dois partidos não votarão a proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03), em segundo turno, na sessão de hoje. A informação é do líder tucano Jutahy Junior (BA). Segundo o deputado, a Câmara está dedicada hoje a votação da Reforma Tributária (PEC 41/03) na comissão especial que estuda a matéria. A votação da previdência no mesmo dia, na opinião de Jutahy,

⁸³ Reportagem de Adriana Romeo, Edição de Natalia Doederlein, divulgada em 28/08/2003, às 11h16, na página da Câmara, nº 94 da Tabela I, anexa.

encobrirá no noticiário os prejuízos que a reforma dos impostos deverá causar aos contribuintes.⁸⁴

Em outro caso, na reportagem de Tatiana Azevedo, o sujeito da matéria é plural, representado pela expressão “os servidores”. Este é um dos poucos exemplos onde não existe uma autoridade institucional, ou onde não é citado o nome de algum parlamentar. A voz é dada aos servidores, sem identificação, aparecendo como um relato de um acontecimento. Esta matéria também poderia ser caracterizada como não tendo fonte, sendo de responsabilidade do jornalista que a redigiu, retratando um acontecimento coletivo, com foco na descrição da manifestação, com “faixas, cartazes e um apitão”:

Servidores da Câmara protestam contra Reforma

Neste momento, um grupo de servidores da Câmara dos Deputados realiza protesto na ala das comissões da Casa, com faixas, cartazes e um apitão. A manifestação é contra o relatório da Reforma da Previdência (PEC 40/03), que voltará a ser discutido em instantes pelo Plenário da Câmara..⁸⁵

Aparentemente a matéria, a seguir, de Eduardo Piovesan, é semelhante à anterior, quanto ao fato de ser exclusivamente descritiva, não tendo uma fonte específica para as informações relatadas, como observamos nos quatro primeiros parágrafos. Mas quando lemos, no último parágrafo do primeiro bloco, “o relator também acrescentou um novo dispositivo na Constituição...” e passamos a fazer uma releitura a partir das colocações do relator, percebemos que a reportagem contou, além da observação do jornalista, com a orientação do parlamentar que estava inserido dentro da fala assegurada pelo assessor de imprensa:

Plenário aprova substitutivo à PEC da Previdência

O plenário aprovou na madrugada de hoje por 358 votos contra 126 e nove abstenções a emenda substitutiva à PEC 40/03 que modifica o sistema previdenciário. O texto da emenda introduz modificações no substitutivo do deputado José Pimentel (PT-CE), aprovado na comissão especial.

A emenda substitutiva aprovada é resultado de um acordo entre os líderes da base aliada (...)

Os 100 destaques individuais apresentados ao texto foram rejeitados em globo.

...

⁸⁴ Reportagem de Tatiana Azevedo, Edição de Rejane Oliveira, divulgada em 26/08/2003, às 18h01, na página da Câmara, nº 71 da Tabela I, anexa.

⁸⁵ Reportagem de Tatiana Azevedo, divulgada em 5/08/2003, às 15h37, na página da Câmara, nº 23 da Tabela I, anexa.

As principais alterações acrescentadas após as últimas discussões com as lideranças partidárias e com o governo foram o aumento do teto para o Judiciário estadual, Ministério e Defensoria Pública de 75% para 85% do subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal e o retorno da integralidade das pensões ao teto de R\$ 2.400,00.

O **relator** também acrescentou um novo dispositivo na Constituição que permitirá a formulação de uma lei sobre um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda a fim de garantir-lhes benefícios de um salário mínimo. De acordo com o relator, essa medida atingirá os 40 milhões de trabalhadores informais que estão fora do sistema atual. (...) ⁸⁶

Neste caso, Eduardo Piovesan adotou uma estratégia de narrativa dos fatos e somente no final da matéria legitima o seu texto com a citação do “relator”.

3. Encontramos 21 artigos que misturam várias falas de parlamentares, partidos e governo. Temos, como primeiro exemplo, a reportagem de Adriana Romeo e Gizele Benitz, que trata sobre o teto para os salários dos servidores, transcrevendo falas distintas. Dentre estas, algumas são citações diretas, entre aspas, e outras, não:

Líderes ainda discutem estratégia de votação

O vice-líder do Governo na Câmara, professor Luizinho (PT-SP), afirmou que o Governo precisa de segurança para colocar a matéria em pauta, principalmente porque há pontos polêmicos, como o subteto para o Judiciário estadual e a taxaço dos inativos.

Já o líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), reafirmou que o Governo vai lutar para manter como teto os 85% do valor do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal para a magistratura estadual, ao contrário dos 90,25%...

O vice-líder do PSDB na Câmara, Luiz Carlos Haully (PR), avalia que os votos do partido não significam apoio ao Governo, mas apenas uma oposição responsável. “Para se governar qualquer País do mundo o governo tem que ter maioria no Parlamento. O caso brasileiro é especial, o Governo contou com os votos do PFL e do PSDB, mas não conta com o apoio de governabilidade”, aponta.

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), também afirma que a oposição não é destrutiva e pensa nos interesses do Brasil. “Não iremos, em nenhuma hipótese, fazer acordo com o Governo. Mas existem temas com os quais alguns deputados do PFL se sentem profundamente comprometidos. A maioria entendeu que a Reforma era aquém do necessário e decidimos votar

⁸⁶ Reportagem de Eduardo Piovesan, Edição de Paulo César Santos, divulgada em 6/08/2003, às 1h17, na página da Câmara, nº 32 da Tabela I, anexa.

contra. Mas reconhecemos que alguns deputados, por convicção e combinando com a posição de seus governadores, terminaram dando a vitória ao Governo”.⁸⁷

É interessante perceber que o assessor de imprensa, ao consultar várias fontes e colocar estas opiniões no texto, permite ao leitor o acesso a diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto. O uso de várias falas, ao invés de uma única, irá interferir na própria estrutura do texto, que passa a exibir contrapontos, mesmo que alguns deles sejam para reafirmar o que já foi dito: “O vice-líder do Governo na Câmara, Professor Luizinho, afirmou que o Governo precisa de segurança para colocar a matéria em pauta”; “Já o líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), reafirmou que o Governo vai lutar para...”; ou, assinalar posições distintas: “O vice-líder do PSDB na Câmara, Luiz Carlos Hauly (PR), avalia que os votos do partido não significam apoio ao Governo”; “líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), também afirma que a oposição não é destrutiva e pensa nos interesses do Brasil”. As jornalistas tentaram um equilíbrio na matéria, apresentando duas opiniões a favor do governo e duas de partidos de oposição, embora uma delas seja uma “fala” de oposição moderada.

Diferente da matéria apresentada anteriormente, a próxima promove um “bate-rebate”, ou seja, a opinião de um deputado é exposta, depois é rebatida por outro, e, novamente, o primeiro terá direito de resposta, conforme lemos a seguir:

Emenda aglutinativa deve acelerar votação da PEC- 40

O vice-líder do Governo, deputado Professor Luizinho (PT-SP), disse há pouco que a reunião de líderes, que está sendo realizada no gabinete da Presidência, caminha para um acordo sobre a votação dos destaques da proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03). O parlamentar adiantou que deverá ser elaborada uma emenda aglutinativa com os pontos de consenso e explicou que isso permitirá a retirada de três dos quatro destaques que estão pendentes – dois do PTB e um do PSDB.

Já o líder do PFL, José Carlos Aleluia (BA), advertiu que o partido não retirará seu destaque contra o redutor das pensões.

O deputado Professor Luizinho (PT-SP) informou que esse ponto será negociado com o PFL até a votação. Ele disse, ainda que os partidos da base aliada vão divulgar uma nota contra mudanças no subteto.⁸⁸

⁸⁷ Reportagem de Alexandre Pôrto, Edição de Daniela André, divulgada em 25/08/2003, às 19h23, na página da Câmara, nº 68 da Tabela I, anexa.

Esta maneira de estruturar o texto, na qual o jornalista cria a sensação de que há um enfrentamento entre os parlamentares: um sujeito fala, há uma opinião contrária e novamente o primeiro parlamentar contra-argumenta; mesmo que, aparentemente, mais democrática, pois permite o acesso a visões distintas, ainda assim, acaba dando ênfase ao primeiro posicionamento, permitindo a réplica e garantindo, com isso, a última palavra a um dos sujeitos envolvidos.

No trecho escolhido da reportagem a seguir, observamos que, ao invés da réplica, é dado o “direito à fala” ao Líder do Governo e ao Vice-líder para responderem ao deputado do PFL, José Carlos Aleluia (BA). Percebemos que, novamente o assessor, apesar de garantir falas com posicionamentos diferentes, utiliza-se de dois posicionamentos para se contrapor a uma única opinião. É importante notar, também, que foram usadas palavras (intertítulos) para orientar, “definindo” de qual lado ou sobre qual assunto o sujeito irá se manifestar. Os intertítulos, nesta matéria, são fundamentais, ultrapassando a função de, simplesmente, dividir as partes que a compõem, sendo expressos pelas palavras “OPOSIÇÃO”, “MAIORIA” e “PREVIDÊNCIA”:

Líderes discutem estratégias para votação da reforma

OPOSIÇÃO

(...) Segundo o líder José Carlos Aleluia (BA), o partido vai usar todos os recursos regimentais para obstruir a votação da matéria na comissão especial. O líder pefelista disse ainda que, mesmo que o Governo consiga derrubar todos os 250 destaques apresentados ao texto na comissão, em Plenário a base governista estará dividida, o que deverá inviabilizar a aprovação como quer o Palácio do Planalto.

MAIORIA

Em resposta, o líder do Governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), avisou que a base aliada vai exercer o direito de maioria e insistir no encerramento das votações na comissão especial já amanhã. Ele disse também que o Governo aceitará negociar melhor o texto quando a reforma chegar ao Plenário.

...

PREVIDÊNCIA

(...) Professor Luizinho disse que o PDT deveria ficar constrangido por quebrar um acordo entre todos os partidos, referindo-se à negociação fechada no

⁸⁸ Reportagem de Adriana Romeo, Natália Doederlein, divulgada em 13/08/2003, às 12h41, na página da Câmara, nº 58 da Tabela I, anexa.

primeiro turno de votação da matéria, que previa a não apresentação de destaques no segundo turno.⁸⁹

Na reportagem transcrita a seguir, as três opiniões apresentadas são convergentes, apresentando a fala de três líderes diferentes que irão se manifestar sobre a apresentação de destaques no primeiro turno de votações. Neste exemplo, cada líder irá defender o posicionamento de seu partido, a partir da primeira frase da reportagem que afirma que “Um acordo fechado pelos líderes partidários no primeiro turno de votação da matéria previa que não seria apresentado qualquer destaque”, informação esta que é fornecida pela “Redação”, conforme crédito da matéria. É a partir desta afirmativa que se constrói o contraponto, demonstrando a presença explícita, em sua redação, da Agência de Notícias. A Agência assume para si um posicionamento que põe em cheque a fala dos próprios líderes políticos consultados:

Câmara vota Reforma da Previdência em segundo turno

O Plenário da Câmara vota hoje, em segundo turno, a proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03). Um acordo fechado pelos líderes partidários no primeiro turno de votação da matéria previa que não seria apresentado qualquer destaque ou emenda ao texto na votação em segundo turno, mas o PDT – partido da base de sustentação do Governo – já tem um destaque pronto para ser apresentado em Plenário. Segundo o vice-líder do partido (PDT) na Câmara, Alceu Collares (RS), a decisão não foi da bancada, mas da Executiva Nacional do Partido. (...)

APOIO

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), garante que seu partido vai manter o acordo para votação da Previdência sem destaques. No entanto, ele adianta que o PFL vai propor mudanças no texto quando a matéria chegar ao Senado. Aleluia afirma também que caso algum partido apresente destaque na Câmara, sua bancada vai votar a proposta.

O líder do PTB, Roberto Jefferson (RJ), também declarou que o partido vai manter o acordo e que só vota o destaque do subteto proposto pelo PDT se os governadores apoiarem a proposta.⁹⁰

No exemplo seguinte temos, novamente, três opiniões, só que, dessa vez, o debate é provocado por posições distintas entre os líderes, não há uma motivação,

⁸⁹ Reportagem de Alexandre Porto, Edição de Daniela André, divulgada em 25/08/2003, às 19h23, na página da Câmara, nº 68 da Tabela I, anexa.

⁹⁰ Da redação, divulgada em 26/08/2003, às 10h48, na página da Câmara, nº 69 da Tabela I, anexa.

pelo menos aparente, da Agência de Notícias. Somente o intertítulo “ACORDOS” indica uma separação entre os distintos blocos de posicionamentos:

Câmara deve concluir primeiro turno da Previdência

Esta marcada para as 13 horas a sessão extraordinária que dará prosseguimento à votação dos destaques à Reforma da Previdência (PEC 40/03).

O líder do PTB, Roberto Jefferson (RJ), anunciou que o partido vai retirar os dois destaques que apresentou ao texto aprovado pelo Plenário no último dia 6. Eles suprimem da reforma a restrição ao acúmulo de vencimentos para efeito de aposentadoria. (...)

ACORDOS

O líder do PMDB, Eunício de Oliveira (CE), disse que será elaborada uma nova emenda aglutinativa para modificar a redação do destaque que trata da taxaço dos pensionistas. A idéia é fazer um inciso para incluir a isenço total para os pensionistas inválidos e para as pensões geradas por morte acidental. Além dessa emenda, a base trabalha para fechar outros acordos com o PSDB.

Já o PFL é o partido mais resistente às negociaçoes. O líder do partido, José Carlos Aleluia (BA), quer manter o destaque que garante a integralidade das pensões, como prevê hoje a Constituiço. Pelo texto aprovado em Plenário, os valores acima de R\$ 2.400 sofrerão um desconto de 50%. Sobre o que restar, ainda incide a taxaço de 11% para a Previdência. (...) ⁹¹

Nos dois exemplos a seguir, percebemos que a assessoria de imprensa não restringe a possibilidade de diferentes falas somente ao âmbito dos parlamentares. Na primeira matéria **Votaço de destaque à PEC 40 pode ser adiada**, escrita por de Adriana Romeo, além de constar a citaço da fala do Líder do PMDB, informa-se que irá acontecer uma reunião, com o Ministro-chefe da Casa Civil, a respeito dos destaques, e também apresenta-se um segundo interlocutor. A informaço a respeito da reunião tanto pode ter vindo da jornalista, que redigiu a matéria, quanto de alguém do próprio governo que comunicou à redação. Já no segundo exemplo, **Partidos fecham acordo sobre redutor de pensões**, é dada a voz ao governo (destaque nosso, em negrito) como se este fizesse parte do Parlamento. Neste caso, o jornalista está se referindo à bancada governista como se esta fosse o Governo:

Votaço de destaque à PEC 40 pode ser adiada

⁹¹ Reportagem de Alexandre Lemos, Ediço de Regina Céli Assumpço, divulgada em 13/08/2003, às 10h03, na página da Câmara, nº 56 da Tabela I, anexa.

Acabou a reunião dos líderes do Governo e da Base aliada para discutir a votação dos destaques de votação em separado (DVS) à proposta de reforma da Previdência (PEC 40/03). Não ficou definido se a votação vai começar hoje. O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE) disse que a Base decidiu começar a discussão pelas emendas aglutinativas e deixar os 13 destaques para análise posterior. No entanto, foi marcada uma reunião às 14h30, no Palácio do Planalto, com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para definir essa questão.⁹²

Partidos fecham acordo sobre redutor de pensões

Após reunião interna do partido, o PFL fechou acordo com os líderes da base aliada para a conclusão da votação da reforma (PEC 40/03) em primeiro turno. Os representantes do partido, Pauderney Avelino (AM) e José Carlos Aleleuia (BA), disseram que o PFL vai votar o destaque que trata da integralidade das pensões e não obstruirá mais as votações. Em contra partida, **o Governo se comprometeu** a fazer uma emenda ao texto que diminui o redutor da pensões de 50% para 30%. O PFL também assumiu o compromisso de não apresentar nenhum destaque à Reforma no segundo turno das votações. O acordo inclui ainda a sugestão do PSDB que reduz de dez para cinco anos o tempo necessário de permanência no cargo para a aposentadoria integral do servidor público. Assim, o primeiro turno deve encerrar-se hoje, em votação que deverá ser retomada daqui a pouco, em sessão extraordinária.⁹³

Finalmente, na concisa reportagem **Plenário discute procedimento para votar destaques**, a Agência de Notícias, ao informar que encerrou o encaminhamento da votação da PEC da Reforma, cita o posicionamento do deputado Ônix Lorenzoni (PFL-RS), contrário ao encaminhamento, e os de José Eduardo Martins Cardoso (PT-SP) e Lindberg Farias (PT-RJ), a favor. Para isso, utiliza-se da expressão inclusiva “também”, percebendo-se a insinuação de que, além dos deputados citados, houve outros que se posicionaram a favor ou contra, que deixaram de ser citados neste texto:

O encaminhamento da votação em Plenário da PEC da REFORMA DA PREVIDÊNCIA acaba de ser encerrado. Também falaram sobre a matéria os deputados Ônix Lorenzoni (PFL-RS), contrário a ela, e, a favor, os deputados José Eduardo Martins Cardoso (PT-SP) e Lindberg Farias (PT-RJ).

⁹² Reportagem de Adriana Romeo, Edição de Claudia Lisboa, divulgada em 6/08/2003, às 13h32, na página da Câmara, nº 38 da Tabela I, anexa.

⁹³ Reportagem de Tatiana Azevedo, Edição de Patrícia Roedel, divulgada em 13/08/2003, às 18h10, na página da Câmara, nº 61 da Tabela I, anexa.

Neste momento, os deputados estão discutindo um procedimento para votação dos destaques apresentados ao texto da Reforma aprovado em primeiro turno.⁹⁴

Neste caso, o próprio assessor de imprensa deixa explícito, voluntária ou involuntariamente, que o texto manifesta a escolha, provavelmente relacionada ao contexto mais imediato, de alguns nomes em detrimento de outros.

4. Encontramos apenas 06 matérias que citam entidades ou grupos, ou nas quais falam entidades e parlamentares. Enquanto identificamos, dentre as 95, 21 matérias onde vários parlamentares manifestam-se no mesmo texto, tendo posicionamentos distintos e ou reafirmando o que já foi falado por outro, constatamos que, em apenas 06 artigos, foi dada voz a entidades ou grupos. Este dado é importante, se considerarmos que a PEC 40 iria, na época da redação das matérias, alterar o sistema previdenciário de toda a categoria do funcionalismo público, como realmente aconteceu. Percebemos, então, que, pelo menos para a Agência de Notícias da Câmara, a diversidade de opiniões passa muito mais pelas opiniões distintas entre diferentes agremiações políticas do que por posições de movimentos e de grupos externos ao Parlamento.

Poderíamos considerar esta constatação como óbvia, por tratar-se da Câmara Federal, o foco de interesse da assessoria de imprensa parlamentar, que tem, como atividade principal, a transcrição da opinião dos deputados, principalmente, como vemos, a do Presidente da Câmara, muito mais do que dos movimentos ou das entidades que por lá transitam ou se manifestam em relação a este ou a aquele processo em tramitação. Entretanto, sendo o Parlamento o local onde se dá a negociação política das leis do país, percebe-se, pela exclusão da voz das entidades nas matérias, ou o descaso da assessoria em relação à opinião destes grupos, ou a pouca participação deles dentro do ambiente da Casa Legislativa.

Por outro lado, ainda que reduzida, a identificação de matérias com a divulgação de participação de organizações sociais, no âmbito do Legislativo,

⁹⁴ Reportagem de Eduardo Piovesan, Edição de Paulo César Santos, divulgada em 27/08/2003, às 18h11, na página da Câmara, nº 84 da Tabela I, anexa.

demonstra que existiu a presença destas entidades e que a Agência de Notícias não as ignorou totalmente.

No primeiro exemplo, temos como assunto a reunião da Bancada do PSDB com os reitores das Universidades Federais. Não aparecem citações diretas ou declarações, mas, simplesmente, é elaborado um relato, assinado pela Redação, anunciando que os reitores de três universidades estavam reunidos com o presidente e com o vice-presidente da Comissão de Educação. A Agência de Notícias não especifica o que foi tratado na reunião com os reitores, mas, através da identificação, no texto, de que esta foi realizada com a Bancada do PSDB, partido de oposição ao governo que tem se posicionado contrário à aprovação da PEC 40, de alguma forma insinua o teor da conversa, mesmo sem declaração dos presentes:

Bancada do PSDB está reunida com reitores

A Bancada do PSDB está reunida neste momento, no plenário 16, com os reitores da USP, Unicamp e Unesp discutindo a proposta de Reforma da previdência (PEC 40/03). Os reitores vieram trazer a posição dos funcionários e das universidades sobre a reforma. Está conduzindo o debate o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (SP) e, representando a Comissão de Educação, o deputado Lobbe Neto (SP), vice-presidente da Comissão.⁹⁵

A reportagem a seguir é rica como exemplo, pois, a partir da referência ao Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, nos é informado que, junto com vários deputados, participa de um encontro com os sindicatos. Dentre os sindicatos, registra a presença de representações da Unafisco, Sindilegis, Unacom, Anfipe, Fazubra, Amanatra. Além destas entidades de servidores públicos federais, a matéria destaca, na reunião, a presença do Presidente da OAB. Diferentemente do exemplo anterior, as jornalistas deixam claro o teor do que está sendo discutido, mas sem acrescentarem qualquer declaração das instituições externas à Câmara. Somente é dada a voz ao deputado Nelson Pelegrino, Líder do PT, que anuncia mais uma instância deliberativa de poder: a realização de uma reunião com o Presidente Lula, na qual serão levadas as reivindicações dos servidores públicos:

João Paulo está reunido com sindicatos e servidores

⁹⁵ Matéria da Redação, divulgada em 31/07/2003, às 11h05, na página da Câmara, nº 06 da Tabela I, anexa.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, está reunido neste momento com representantes de sindicatos e servidores públicos federais para discutir a Reforma da Previdência (PEC 40/03). Participaram do encontro vários deputados, como o líder do PT, Nelson Pellegrino (BA), e os deputados Walter Pinheiro (PT-BA), Jandira Feghali (PCdoB- RJ) e José Pimentel (PT-CE). Entre as entidades presentes, estão representantes da Unafisco, Sindlegis, Unacom, Anfipe, Fazubra e Amanatra. O Presidente da OAB, Rubens Approbato, também está participando da reunião.

No encontro, serão discutidos alguns pontos da Reforma, como o aumento do teto das pensões, a redação de um texto mais claro para a integralidade e a paridade, e a taxação dos inativos. A reunião ocorre na sala de reuniões do Espaço Cultural da Câmara.

Pellegrino adiantou que as reivindicações dos servidores públicos serão levadas para o almoço que a Base Aliada tem com o presidente Lula, hoje, às 13 horas, na residência do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

A Reforma da Previdência deve começar a ser votada no Plenário da Câmara na próxima quarta-feira (6).⁹⁶

Acrescentamos que esta matéria é um exemplo claro do que vínhamos discutindo anteriormente em relação à supremacia da agenda legislativa do Executivo, pois na declaração de Pelegrino, transparece a quem se considera com o poder de acatar ou não qualquer reivindicação de alteração da lei.

A seguir, temos uma matéria que apresenta, como entidade externa ao Legislativo, o Supremo Tribunal Federal, na figura de seu presidente, Ministro Maurício Correa. Neste caso, utilizam-se declarações e citações entre aspas nas quais o Ministro defende a fixação de um subteto como a parte moralizatória da PEC 40. A jornalista Tatiana Azevedo garante a fala e praticamente toda a matéria fica por conta da orientação do judiciário, restringindo a presença do Legislativo à citação de que esta conversa se deu entre o relator, José Pimentel (PT-CE) e o Ministro do STF. A estruturação desta reportagem é totalmente diferente, se comparada com as anteriores, destoando dos critérios que vinham sendo identificados, cujas fontes selecionadas eram, principalmente, parlamentares - o relator ou representantes de alguma sigla partidária, o Presidente da Câmara, ou alguém que ocupasse algum cargo de direção na Casa Legislativa:

Reforma da Previdência pode prever o abate teto

⁹⁶ Reportagem de Beth Veloso e Adriana Romeo, divulgada em 31/07/2003, às 11h16, na página da Câmara, nº 07 da Tabela I, anexa.

Depois de aprovada a Reforma da Previdência, nenhum servidor público deve ganhar mais do que um ministro do Supremo Tribunal Federal. A novidade foi acertada ontem durante um encontro do relator da Reforma da Previdência (PEC 40/03), José Pimentel (PT-CE), com o ministro do STF, Maurício Corrêa.(...)

O presidente do Supremo, ministro Maurício Corrêa, disse que essa é uma medida moralizadora. “A partir do momento que se fixe um subteto, ninguém vai ganhar mais do que aquele valor. Quem ganha mais do que esse valor, passa a não receber o excesso; essa é a parte moralizadora da PEC 40.” A medida, considerada um avanço nas negociações sobre a reforma, tanto pelo governo quanto pelo Judiciário, pode impedir a greve dos Magistrados, programada para começar no dia 5 de agosto. Mas, segundo o relator José Pimentel, a principal reivindicação dos juizes, de elevar o subteto salarial nos Estados, ainda não está definida. “O compromisso que nós estamos assumindo é que, uma vez fixado o teto nacional (R\$ 17.170,00) e o subteto nos estados, ninguém neste País terá remuneração no serviço público, seja através de pensões, aposentadorias, ou em atividade, superior a esse valor. Vamos aplicar o abate teto. Sobre o subteto nos estados, continua em aberto essa matéria. A reivindicação do Poder Judiciário é que seja nos termos do artigo 93, inciso quinto e a condição do Colégio de Líderes da Base é 75% do subsídio do STF”. (...) ⁹⁷

Este caso foge à regra geral, pois o que vemos é uma entidade externa à Câmara Federal ter direito a “voz” citada entre aspas, talvez pelo fato de tratar-se de uma entidade que representa o próprio Poder Judiciário, ou seja, um dos componentes do próprio Estado.

5. Por fim, em 53 matérias, ainda que se fale de outros sujeitos, é possível identificar uma estrutura narrativa de notícia cuja fonte, em última análise, é a própria Agência de Notícias da Câmara. Diante dos números - mais de 50% - podemos afirmar que a assessoria de imprensa adota, com frequência, este tipo de redação. São textos sintéticos, na sua maioria relatos diretos, redigidos em terceira pessoa, nos quais a fonte de informação pode estar diluída na fala do jornalista.

Numa primeira análise, é possível dizer que o formato dado às reportagens, elaboradas pela Agência de Notícias, segue uma orientação da Instituição. Além disso, o uso pouco freqüente de citações entre aspas indica, também, que esta

⁹⁷ Reportagem de Tatiana Azevedo, divulgada em 30/07/2003, às 11h26, na página da Câmara, nº 03 da Tabela I, anexa.

instituição acredita ter credibilidade suficiente para informar sem precisar recorrer à “voz” de alguma “autoridade” para respaldar o que está sendo dito.

Podemos afirmar, ainda, que este formato de texto, incorporado pelos assessores de imprensa, segue a proposta editorial citada anteriormente, no compromisso da Agência de Notícias, que defende a transmissão de informação “sem interpretações”.

O texto a seguir, que é curto, direto, sem citações e sem créditos, do repórter ou do editor, sendo de autoria da Redação, confirma esta orientação:

Bancada do PFL discute Reforma da Previdência

A Bancada do PFL reúne-se hoje, às 14 horas, no auditório do Espaço Cultural, para discutir a Reforma da previdência (PEC 40/03). A matéria foi aprovada nesta madrugada, na forma de uma emenda substitutiva, que introduz modificações no substitutivo do deputado José Pimentel (PT-CE), aprovado na comissão especial. A votação dos destaques está prevista para a sessão de hoje, cuja Ordem do dia começa às 16 horas. ⁹⁸

Mesmo neste exemplo corriqueiro, conseguimos identificar o que afirmamos acima. Apesar do título anunciar que: “Bancada do PFL discute a Reforma da Previdência”, este assunto será tratado de forma superficial, simplesmente informando que irá ocorrer uma reunião, desta legenda, às 14 horas. Em contrapartida, lemos, na continuidade da matéria, que a Reforma da Previdência foi aprovada nesta madrugada, na forma de uma emenda substitutiva, que introduz mudanças no substitutivo do relator; e que a votação dos destaques está prevista para a sessão de hoje. No mínimo, causa um certo estranhamento a Agência fazer uma chamada para um assunto e dedicar um maior número de linhas para informar a respeito de outro.

No próximo exemplo, a chamada é para uma reunião da Bancada do PSDB, assunto para o qual foram dadas duas linhas, numa matéria de quatro, na qual ninguém é entrevistado, ficando a responsabilidade sobre o texto a cargo da Redação:

⁹⁸ Artigo da Redação, divulgada em 06/08/2003, às 10h05, na página da Câmara, nº 33 da Tabela I, anexa.

Bancada do PSDB debate reforma da Previdência

A Bancada do PSDB reúne-se hoje, às 15:30, no auditório do Espaço Cultural, para discutir a Reforma da previdência (PEC 40/03). O Plenário da Câmara está reunido em sessão extraordinária para dar início à discussão da matéria. A expectativa é que a matéria comece a ser votada amanhã.⁹⁹

A matéria encerra-se criando uma expectativa, transferindo a importância do assunto para a votação, que será iniciada no dia seguinte.

Já no próximo exemplo, há algumas diferenças em relação aos anteriores, começando pelo título, que parece condizer mais com o conteúdo da matéria. Mas o que nos interessa é que apesar de, aparentemente, tratar-se de uma descrição, não aparecendo citações diretas ou opiniões, o jornalista faz transparecer o jogo de forças entre o PFL e o relator da Reforma da Previdência, relatando a “rejeição” do requerimento do PFL e o reinício do debate do parecer do relator. Esta matéria, também assinada pela Redação, tem uma presença maior do jornalista que a escreveu, dando mais subsídios para o leitor:

Mantida discussão da Reforma da Previdência

Foi rejeitado a pouco o requerimento do PFL que pedia o adiamento da discussão da Reforma da Previdência (PEC 40/03) no Plenário. A decisão, por meio de votação nominal, recebeu 224 votos contrários, 98 favoráveis e 11 abstenções. Neste momento, os deputados reiniciam o debate sobre o relatório do Deputado José Pimentel (PT-CE).¹⁰⁰

A seguir, a matéria tem por autor Eduardo Piovesan, que aparece em várias das reportagens da Agência sobre a Reforma da Previdência. Mas seu formato não altera muito do das anteriores, pois é uma matéria curta, direta, e faz um relato sobre o que está acontecendo, “em tempo real”, no plenário:

Votação nominal decide encerramento de discussão

Os deputados realizam neste momento a votação nominal de requerimento para encerramento da discussão da PEC 40/03 que institui mudanças no sistema previdenciário. Até o momento, o PSDB e PFL estão em obstrução e o PMDB e o Prona indicam voto contrário ao requerimento. Os partidos da base do governo orientaram a favor da aprovação do requerimento, com exceção do PSB e do PCdoB, que ainda não orientaram suas bancadas.¹⁰¹

⁹⁹ Artigo da Redação, divulgada em 05/08/2003, às 11h02, na página da Câmara, nº 17 da Tabela I, anexa.

¹⁰⁰ Reportagem de Antônio Carlos Silva, Edição de Regina Céli Assumpção, divulgada em 05/08/2003, às 13h12, na página da Câmara, nº 21 da Tabela I, anexa.

¹⁰¹ Reportagem de Eduardo Piovesan, divulgada em 05/08/2003, às 18h16, na página da Câmara, nº 26 da Tabela I, anexa.

Cabe esclarecer que as duas reportagens a seguir merecem ser destacadas por destoarem do formato das demais, pois são longas e assinadas por um jornalista e por um editor responsável. A primeira, tanto caberia como exemplo da presença do sujeito em várias falas, quanto poderia ser classificada como de autoria da Agência de Notícias, a partir da assinatura do jornalista responsável. Na segunda, a jornalista, ao fazer um histórico do processo da Previdência no Congresso, desde 1991, defende uma opinião, a de que a reforma de 1998, anterior a esta, “além de não conseguir atacar os pontos considerados responsáveis pelo aumento anual do déficit previdenciário, ... falhou no que considerava seu ponto essencial: por três vezes o governo anterior tentou aprovar a taxaço dos servidores inativos. Por três vezes, foi derrotado”, contradizendo o que se propõe a Agência, de que as matérias não devem sofrer “interpretaçoões”. Este caso é uma prova de que a neutralidade de opinião é impraticável. Voltaremos a falar desta matéria sem, no entanto, citá-la na íntegra, pois seu conteúdo já foi explorado, juntamente com o de outras duas, no item 4.2, que se refere ao contexto da Reforma da Previdência.

A reportagem do jornalista Eduardo Piovesan foi editada por Luciano César e divulgada na madrugada do dia 7 de agosto de 2003, no dia da votação dos destaques da Reforma da Previdência. No texto, ao ser dada visibilidade ao posicionamento de vários partidos políticos em relação à votação da contribuição¹⁰² previdenciária para os aposentados e pensionistas, é possível identificar as relações de forças estabelecidas dentro do próprio Parlamento:

Plenário avança na votação de destaques à reforma

Na votação mais esperada da noite, os deputados mantiveram a contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas ao rejeitarem por 326 votos a 163 o Destaque de votação em separado do PFL que pedia a exclusão deste dispositivo do texto da Reforma da Previdência (PEC 40/03). Por acordo entre as lideranças fechado na noite de ontem, outros dois destaques sobre o mesmo tema, um do PCdoB e um do PDT, ficaram prejudicados e não foram votados. Dentre os partidos da base do Governo, somente o PDT juntou-se ao PFL e Prona contrariamente à cobrança, enquanto o PCdoB liberou sua bancada para votação.

ACORDOS

¹⁰² Esclarecemos que ao invés do jornalista escolher a palavra “contribuição”, ele tivesse optado por “taxação” o sentido do texto seria outro, mas este será o assunto do próximo item.

Uma das principais mudanças aprovadas, resultantes de acordo, foi a definição de um subteto para o Judiciário Estadual no valor de 90,25% do subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal, incluindo também os procuradores estaduais neste limite, além do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Outra alteração feita pela Câmara, decorrente também da reunião dos líderes, incluí uma transição para os servidores que venham a se aposentar com proventos proporcionais de acordo com as regras já estipuladas pela reforma feita no Governo Fernando Henrique Cardoso. O desconto de 5% sobre o provento por cada ano que faltar para atingir a nova idade requerida (60 anos para homem e 55 anos para mulher) fica reduzido para 3,5% nos anos de 2004 e 2005, voltando a ser 5% a partir de 1º de janeiro de 2006.

REJEIÇÕES

Os parlamentares rejeitaram ainda duas emendas aglutinativas apresentadas pelo PFL. A primeira explicitava diversos requisitos para a criação de um fundo de previdência complementar, tais como ser de fundo público, ter capitalização em conta individual, garantia do Tesouro, gestão partidária e vedação do uso de recursos para o pagamento de juros ou amortização de dívidas públicas.

A segunda atribuía aos ministros do Superior Tribunal de Contas da União as mesmas garantias e regras de aposentadoria dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, como a totalidade de sua remuneração, que deveria ser revista com a paridade em relação aos magistrados em atividade, inclusive com a extensão de quaisquer benefícios e vantagens.

PRÓXIMA VOTAÇÃO

Os demais destaques ficaram para a próxima semana, pois os vários partidos entraram em obstrução na votação de requerimento que pedia prioridade para o destaque sobre a exclusão do redutor das pensões. A sessão extraordinária prevista para amanhã, às 11 horas, fica cancelada.¹⁰³

Convivendo com a miscelânea de partidos e participando do jogo entre as forças políticas, os assessores de imprensa atuam, em grande medida, como observadores críticos dos eventos que estão transcorrendo.

Na segunda matéria, de número 87 (nos anexos) a jornalista Rosalva Nunes deixa claro que está emitindo a sua opinião em relação à PEC 40, aprovada em segundo turno, e também em relação ao projeto de Reforma da Previdência, proposto em 1995, pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Ao emitir sua opinião, a assessora faz um juízo de valor, defende uma idéia, apresenta argumentos e, provavelmente, omite outros, contrários a seu posicionamento, isto é, realiza escolhas na construção de seu discurso.

¹⁰³ Reportagem de Eduardo Piovesan, Edição de Luciana César, divulgada em 7/08/2003, às 04h21, na página da Câmara, nº 46 da Tabela I, anexa.

Os exemplos apresentados anteriormente constituem uma pequena amostra, na qual identificamos que as opções em relação ao “direito à fala”, no contexto da Reforma da Previdência, passam por uma instância mediadora que é a Agência de Notícias da Câmara. Se considerarmos que nosso objeto de estudo está delimitado dentro do conjunto de 95 reportagens e que, em mais da metade (53 artigos) o sujeito da fala é a própria Agência, é inegável que o jornalista tem um papel fundamental na escolha de quem fala, de quais falas serão selecionadas e/ou transcritas, se estas vozes estão implícitas ou explícitas ou se, simplesmente, devem desaparecer. Ou seja, estas são escolhas que passam por critérios não apenas pessoais e técnicos, mas, principalmente, políticos e organizacionais.

O conjunto de análises desenvolvido em relação ao “direito à fala”, desde os primeiros textos, sugere algumas conclusões. Dentre elas, a de que o assessor de imprensa escolhe, preferencialmente, como fontes de informação, os sujeitos que estão à frente de instituições ou de cargos de chefia; com relação às fontes, somente em 15, das 95 matérias, se verifica a utilização de citações diretas entre aspas, não sendo esta, portanto, a maneira mais usual de se identificar “quem fala”. Entretanto, ao citar entre aspas, o assessor de imprensa, ao mesmo tempo em que informa que a declaração não pertence a ele, responsabiliza quem está falando. Por outro lado, a preferência em citar as fontes sem aspas pode indicar que esta é uma maneira do jornalista controlar melhor o conteúdo do que é dito, livrando-se da obrigação de reproduzir, com exatidão, as palavras de quem fornece a informação. Isto pode ser entendido, também, como uma orientação da Agência ou condicionamento do próprio “escrever” do jornalista, já que, na maioria das vezes, está submetido a uma rotina de produção intensa na qual não tem tempo para checar as fontes.

Além disso, percebemos que quase um terço das matérias produzidas pela Agência de Notícias da Câmara sobre a Reforma da Previdência teve como foco, ou como fonte de informação, um sujeito único. Em mais de 80% delas, a voz foi dada ao Presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), ao relator do Projeto José Pimentel (PT-CE) e ao Líder do PT, Nelson Pellegrino (BA), com destaque ao primeiro no número de citações, o que indica, primeiramente, que a assessoria é direcionada

para dar visibilidade à figura do presidente da Câmara. Segundo, que as opiniões sobre a Reforma da Previdência foram coletadas preferencialmente junto a representantes do Partido dos Trabalhadores, o mesmo do Presidente da Câmara. Cabe destacar, também, que o fato de ser o relator da PEC 40/03, tendo informações privilegiadas sobre o assunto, juntamente com a filiação partidária, faz com que o Deputado José Pimentel, seja o segundo nome mais citado.

Observa-se, ainda que, em alguns casos, não se explicita qual foi a fonte utilizada pelo assessor, pois este incorpora o discurso do entrevistado. Constatamos, também, que diferentemente dos casos em que ocorre a citação direta, nem todas as matérias são assinadas e mesmo quando se identifica uma fonte, há casos em que o jornalista interfere na matéria orientando a leitura, algumas vezes concordando e, em outras, discordando da fonte, dando maior visibilidade a alguns nomes e a outros não, ou limitando-se a fazer um relato dos acontecimentos.

É importante comentar, ainda, que, nas reportagens analisadas não é possível ser completamente rígido quanto à ação do assessor, pois esta identificação, a respeito de quem tem direito ou não à fala nem sempre é totalmente controlada, racionalizada, nem absolutamente transparente. Às vezes as fontes podem ser camufladas ou disfarçadas, sugerindo, por outro lado, que também existem situações nas quais o jornalista não apenas seleciona, como também interpreta os dados.

A partir destas considerações sobre o “direito à fala”, na tramitação e votação da Reforma da Previdência, tecemos duas reflexões sobre o papel da mediação do assessor de imprensa parlamentar: em primeiro lugar, ao estar inserido no jogo político, sua participação ora reafirma a visão do presidente da Câmara - que no caso da Reforma da Previdência é a do poder Executivo -, ora se contrapõe, quando garante o acesso, na página da Câmara, ao registro escrito, em forma de matéria, do processo da PEC 40/03.

Outra questão a ser considerada é a de que a ação do assessor de imprensa sofre a influência de uma tensão triangular: dos constrangimentos organizacionais onde se insere, sendo, neste caso, a Agência de Notícias; das relações estabelecidas entre os poderes da república; dos receptores, que tanto podem ser o público que a

cessa a *internet*, em busca de informação, quanto a própria mídia, que se alimenta da Agência como fonte de notícias. Esta tensão, vista anteriormente em Miceli (1989), pode ser lida, em adaptação, na atividade de assessoria, como uma rede de forças, muitas vezes antagônicas, que se torna explícita nos textos de imprensa, e talvez, nela, se caracterize efetivamente a qualidade mediadora do papel do assessor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando, num primeiro momento, sobre a carga ficcional que as notícias podem ter, partimos, nesta dissertação, para uma análise do papel do assessor de imprensa enquanto um mediador que, levando ao limite o pressuposto de que a mediação concilia duas ordens ou esferas distintas, irá produzir textos que promovem uma acomodação simbólica. Porém, ao considerarmos que o assessor participa ativamente tanto do meio institucional quanto do espaço público, percebemos que esta mediação, realizada por ele, destoa da definição etimológica¹⁰⁴, relacionada à idéia de acordo e/ou resolução de conflitos entre partes, e que este conceito deve ser tomado, também, num sentido de instaurar ambigüidades, a partir das escolhas de linguagem.

Deste modo, a mediação ativa, efetivada pela assessoria, torna-se mais um elemento que compõe as redes de poder. Este elemento, por sua vez, ora relaciona-se com o Governo, sendo diluído em suas instâncias e com ele mantendo vínculos e compromissos, ora o extrapola, quando, por exemplo, interage no âmbito da esfera pública, ainda que timidamente. Além disso, a autonomia da mídia brasileira é bastante mutável, por ser dependente, na esfera pública, de uma tensão triangular formada pelas visões de mundo dos produtores culturais, pela demanda do público e pelos interesses dos proprietários dos meios, triangulação esta que apresenta, no âmbito da assessoria de imprensa, um certo grau de especificidade ou diferenciação.

Por outro lado, para além das relações com o governo e com a esfera pública, a autonomia do jornalista estará condicionada, também, do ponto de vista de sua profissão e do conteúdo das notícias, a várias forças que interagem e interferem, tais como os constrangimentos organizacionais, a seleção das fontes e os critérios de noticiabilidade. Ou seja, há uma pequena margem de atuação, que se define pelas

¹⁰⁴ Segundo o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, a palavra mediação, significa, entre outros, “ato ou efeito de intervenção, intercessão, intermédio; Juridicamente é intervenção com que se busca produzir um acordo; processo pacífico de acerto de conflitos no qual (ao contrário do que se dá na arbitragem) a solução é sugerida e não imposta às partes interessadas. (1986: 1109)

escolhas de linguagem e pela estruturação e publicação de matérias, na qual tanto pode se dar o discurso conciliatório quanto o ambíguo.

No que se refere ao tema da Reforma da Previdência, percebemos que o processo de alteração desta Emenda Constitucional, como todas as outras que lhe foram posteriores, configura-se como exemplo de perdas de direitos, implicadas nas contradições atuais do Estado republicano democrático brasileiro, e que a assessoria, enquanto a instância midiática mais próxima do Parlamento, ao redigir as notícias, participou, com ele, de um certo “velamento” destas perdas, intervindo, neste caso, conciliatoriamente.

Entretanto, a divulgação destas matérias pela assessoria, que dá visibilidade ao posicionamento dos parlamentares e também supre a demanda dos meios de comunicação, efetivamente contribui para a democratização da informação e, conseqüentemente, para a diminuição da hegemonia do Executivo em relação ao Legislativo. Em outras palavras, ao publicizar informações que, por si mesmas, são contraditórias, intervém na manutenção das ambigüidades, bem como submete estas questões a um espaço de discussão mais amplo e democrático.

Na relação de supremacia do poder Executivo sobre o Legislativo, contida, ao menos de modo latente, na Carta de 1988, e também na tradição republicana, é que se conformou o déficit democrático brasileiro. Acreditamos que, atualmente, este déficit estaria encontrando compensação, por meio dos diques - judiciário e imprensa - que a representação política levanta contra a intervenção do Executivo. Esta foi, pelo menos, uma das hipóteses principais deste trabalho, tendo a Agência de Notícias da Câmara Federal como a representante da mídia mais imediata.

Assim, ao longo desta pesquisa, os ítems que, aparentemente, poderiam ter um interesse menor, adquiriram uma outra dimensão. Dentre eles, ressaltamos o patamar de interação entre a mídia institucional e as instâncias políticas. A TV Senado, por exemplo, passou a ter, nos últimos meses, cinco vezes mais audiência do que tinha durante a própria Reforma da Previdência, que, vale lembrar, foi uma das primeiras tramitações com veiculação integral nesta mídia. De lá para cá, a carga ficcional das transmissões ao vivo tem se igualado à dos *reality shows*,

confirmando uma potência de artifício na política que faz retornar, por outros meios, uma discussão antiga.

O fenômeno da política tornada espetáculo, em uma rede de TV ligada ao meio institucional público, é tão recente, no Brasil, que ainda aguardamos os seus efeitos, embora, como percebemos até hoje, o desequilíbrio entre as instâncias de poder – que aqui propomos entre o Executivo e o Legislativo – mantenha-se praticamente intacto, como bem demonstra a recente “queda de braço” entre o Senado e o Executivo, a respeito do novo valor do salário mínimo, que deu ganho de causa ao governo.

A convivência da assessoria de imprensa com o desequilíbrio das forças instituídas de poder, em relação à “veladura” dos propósitos finais de qualquer das reformas ou, mais recentemente, de CPIs ou de investigações da Comissão de Ética, torna-se explícita, tanto nos textos dos artigos veiculados quanto nas exibições performáticas deste ou daquele parlamentar, que, em declarações bombásticas ou em omissões deliberadas, pela televisão, mais do que explicitar ou “dizer a verdade”, participa de uma exibição que oculta a sua própria opinião, confundindo a opinião pública.

Embora nossa investigação não enfoque a recepção de notícias escritas, ou de imagens, consideramos importante deixar registrada esta nuances do jornalismo, que está contribuindo para colocar em discussão o lugar da política nesta fase “outra” do jogo democrático, quando se exacerba a espetacularização das atividades do Congresso Nacional.

Não queremos dizer, com isto, que exista uma prática voluntária da assessoria, no sentido de conservar, pura e simplesmente, as defasagens democráticas, mas, como já afirmamos antes, a prática jornalística está inserida em um conjunto de forças do qual fazem parte imagens e textos que, aparentemente inócuos, podem ser vistos, lidos ou recepcionados de várias maneiras. Sendo assim, o seu desempenho é tão paradoxal e ambíguo quanto o é, no momento, a conjuntura brasileira do Estado Republicano.

Na opinião do historiador argentino Túlio Halperín Donghi, os desacertos entre os poderes integram uma experiência particular de redemocratização da qual participa não apenas o Brasil mas também alguns países da América Latina:

O que temos são democracias frágeis que sofrem tropeços,mas que mostram uma capacidade antes desconhecida de superá-los, ainda que, com isso, não consigam melhorar o seu desempenho.(...) É significativo que se use tanto o termo “crise”. Isso se deve – sobretudo nos países que sofreram sob ditaduras excepcionalmente rígidas – por um lado às esperanças que se haviam depositado nas instituições democráticas quando foram restauradas e, por outro, às dúvidas que não desapareceram sobre se o eclipse das Forças Armadas como árbitro de última instância no campo político é mesmo definitivo¹⁰⁵.

Podemos pensar, então, tanto em nível amplo – a prática política parlamentar –, quanto em nível mais restrito – a prática jornalística do assessor –, que os impasses ou desajustes podem ser tomados não apenas como sintomas de crise, mas também como possibilidades efetivas de transformação.

O jornalista, ou assessor, ao gerar textos, promover combinações, e buscar relações lingüísticas “outras”, pode considerar a própria ausência de soluções, de receitas e de respostas, como um lugar de produção de sentido, no qual o déficit democrático, em alguma medida, sofre redução.

¹⁰⁵ Cf. Tulio Halperín Donghi (2005).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- ADORNO, Theodor W. “A indústria cultural”. In: *T. W. Adorno: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986
- ANTUNES, Américo. *Uma lei de imprensa democrática e cidadã*. Brasília: Fenaj. (<http://www.fenaj.org.br>), 1997.
- BALDESSAR, Maria José. *A mudança anunciada: o cotidiano dos jornalistas com o computador na redação*. Florianópolis: insular, 2003.
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”. In: *Obras escolhidas - Magia, técnica, arte e política*. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERLIN, Isaiah. “Dois conceitos de liberdade”. In: HARDY, Henry e HAUSHEER, Roger (orgs.) *Isaiah Berlin: Estudos sobre a humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BIGNOTTO, Newton. *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Mimeo, 2003.
- BIRD, Elizabeth e DARDENNE, Robert W. “Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias”. In: *Jornalismo: questões, teorias, estórias*. Lisboa, Veja. 1994.
- BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico”. In: *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. SP:Difel, Cap. I, 1989.
- BREED, Warren. “Controle social na redação: uma análise funcional”. In. *Jornalismo: Questões, Teorias, Estórias*. Lisboa, Veja. 1993.
- BUARQUE de HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1986.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 2º edição. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1998 (Ensaio Latino Americanos, 1).

- _____. *A Globalização Imaginada*. Trad. Sérgio Molina. São Paulo. Editora Iluminuras, 2003.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade Mundo*. Trad. João da Cruz. Petrópolis: Vozes, 1995.
- COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEDECCA, Claudio. “As mudanças no sistema das relações de trabalho”. In: *Le Monde Diplomatique*. Número 1, setembro, 2000.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GIDDENS, Anthony. *Política Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Trad. Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. “Eterno retorno da crise”. In: *Jornal Folha de São Paulo*. Caderno Mais!, página 10, 24 de julho de 2005.
- LANER, Vinícius Ferreira. *A lei de imprensa no Brasil*. Jus Navigandi, Teresina, a. 5, n. 48, dez. 2000. Disponível em:
<<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=146>>. Acesso em: 26 mar. 2005.

- LEFORT, Claude. "Sobre a lógica da força", in: QUIRINO, C & SOUZA, M (org). *O pensamento Político Clássico*. São Paulo, TA Queiroz, 1980.
- LINS, Bernardo. *A Revisão da Lei de Imprensa num Contexto Democrático*. Brasília: Fenaj. (<http://www.fenaj.org.br>), 1995.
- LOCKE, John. "Segundo Tratado sobre o Governo". In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1978.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1985.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- LOPES, Boanerges. *O que é Assessoria de Imprensa*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1994.
- KOVÁCS, Ilona. "Qualificações e ensino/formação na era da globalização" In. SCHERER-WARREN, Ilse e FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs). *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MATTELART, Armand e Michèle. *História das Teorias da Comunicação*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo. Edições Loyola, 1999.
- MEDITSCH, Eduardo. "Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para aproximação à fisiologia normal do jornalismo". Compôs:2001.
- MENDONÇA, Sérgio. "Reforma não resolve o problema do desemprego". In: *Debate Sindical*. Número 47. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais. Dez/Jan/Fev 2004, pp. 9-14.
- MICELI, Sérgio. *O papel dos meios de comunicação de massa no Brasil*. Textos IDESP, São Paulo, nº 30, 1989.
- MIRANDA, Darci Arruda. *Comentários à Lei de Imprensa*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- MOLOTCH, H e Lester, M. "News as purposive behavior: On the strategic use of routine events, accidents, and scandals". In: *American Sociological Review*, 39 (1): 1974, pp.118-137.

- NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*, São Paulo: Contexto, 2002.
- NOBRE, Freitas. *Imprensa e Liberdade: Os princípios Constitucionais e a Nova Legislação*. São Paulo: Summus, 1988. 101 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Reconquistar o papel civilizatório da esquerda”. In: *Le Monde Diplomatique*, nº1, Setembro/2000.
- ORTIZ, Renato. “Anotações sobre a mundialização e a questão nacional”. In: FERREIRA, Leila da Costa (Org.). *A sociologia no Horizonte do Século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- PEREIRA, Moacir. *O direito à informação na nova lei de imprensa*. São Paulo: Global, 1993
- PEREIRA JR. Alfredo Eurico Vizeu. “Decidindo o que é notícia”. In: *Os bastidores do Telejornal*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.
- PETITT, Philip. “Liberty as Non-domination”. In: PETITT, P. *Republicanism – a theory of freedom and government*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- AMORIM NETO, Otávio e SANTOS, Fabiano. “A produção Legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação”. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro:IUPRJ/FAPERJ, 2003.
- REIS, Antônio Carlos dos. “O futuro do trabalho no Brasil”. In: *Debate Sindical*. Publicação do Centro de Estudos Sindicais. Bela Vista São Paulo. Número 47. Dez/Jan/Fev – 2004. (pág22)
- ROSSI, Clovis. *O que é Jornalismo*. São Paulo. 8º Edição. Editora Brasileira, 1988.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. Trad. Rubia Prates e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. (Ensaio Latino-americanos; 2)
- _____. *Escenas de la vida posmoderna: Intelectuales, arte y videocultura em la Argentina*. Buenos Aires, Ariel, 1989.
- SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo: Scritta, 1996.
- SCHUDSON, Michael. “Por que as notícias são como são?”. In *Jornalimos: Revista de Comunicação e Linguagem* . Nº 8, Lisboa, CECL/UNL, 1988, p 17-27.
- SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.

- SIGAL, L. V. *Reporters and Officials; The Organization and Politics of Newsmaking*. Lexington:D.C. Heath, 1973.
- SKINNER, Quentin. “A sobrevivência dos valores republicanos”. In: *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo, Editora da UNESP/Cabridge University Press, 1999.
- _____. *A Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.
- SOUZA, Jorge Pedro. *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Minerva Coimbra. 2000.
- _____. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.
- TEIXEIRA, Aloísio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Tradução Ana Paula Ornellas Mauriel...(et al.) Rio de Janeiro: Record, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. “As notícias”. In: *Revista de Comunicação e Linguagem*. Nº 8, Lisboa, CECL/UNL, 1988, p 29-39.
- _____. *O Estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo. RS. Editora Unisinos. 2001.
- TUCHMAN, G. *La producion de la noticia. Estudio sobre la construccion de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gili. 1983.
- _____. “A Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In *Jornalismo: Questões, Tóricas e Estórias*. (Org) TRAQUINA, Nelson. Lisboa, Veja, 1994.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1988.
- VIANNA, Luiz Weneck. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro:IUPRJ/FAPERJ, 2003.
- VIROLI, Maurizio. “The New Utopia Liberty”. In: *Republicanism*. New York: Hill and Wang, 2002.

6. ANEXOS:

I - Tabela: lista cronológica de matérias publicadas pela agência de notícias

AGÊNCIA CÂMARA - PESQUISA DE NOTÍCIAS

Nº	Data	Horário	Título	“Serviços”
95	28/8/2003	12h05	João Paulo afirma que texto da Reforma melhorou	Reforma da Previdência
94	28/8/2003	11h16	João Paulo entrega Reforma da Previdência a Sarney	Reforma da Previdência
93	28/8/2003	10h26	João Paulo comemora aprovação da PEC da Previdência	Reforma
92	27/8/2003	21h10	Câmara conclui votação da Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
91	27/8/2003	20h48	Plenário conclui votação da Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
90	27/8/2003	20h09	Aprovada Reforma da Previdência em segundo turno	Reforma da Previdência
89	27/8/2003	19h53	Relator aponta benefícios para quem ganha menos	Reforma da Previdência
88	27/8/2003	19h50	Tramitação na Câmara durou quatro meses	Reforma da Previdência
87	27/8/2003	19h48	Congresso discute Previdência desde 1991	Reforma da Previdência
86	27/8/2003	19h42	Deputados iniciam votação da PEC 40 em segundo turno	Reforma da Previdência
85	27/8/2003	18h57	Plenário começa a votar PEC 40 em segundo turno	Reforma da Previdência
84	27/8/2003	18h11	Plenário discute procedimento para votar destaques	Reforma da Previdência
83	27/8/2003	17h30	Negada questão de ordem sobre salário do prefeito	Reforma da Previdência
82	27/8/2003	17h30	Plenário começa a votar Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
81	27/8/2003	16h48	Plenário vota requerimento de adiamento da votação	Reforma da Previdência
80	27/8/2003	15h24	Plenário inicia nova sessão para votar PEC 40	Reforma da Previdência
79	27/8/2003	12h17	Plenário rejeita retirada da Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
78	27/8/2003	11h56	Plenário vota retirada da Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
77	27/8/2003	11h44	Começa Ordem do Dia para votação da Reforma	Reforma da Previdência
76	27/8/2003	10h56	Plenário vota 2º turno da Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
75	26/8/2003	19h32	João Paulo confirma votação da Previdência amanhã	Reforma da Previdência
74	26/8/2003	18h56	Rejeitado requerimento para adiamento da PEC 40	Reforma da Previdência
73	26/8/2003	18h30	Inocêncio confirma adiamento da Previdência	Reforma da Previdência
72	26/8/2003	18h10	Plenário vota adiamento do segundo turno da PEC 40	Reforma da Previdência
71	26/8/2003	18h01	PSDB e PFL não votarão Previdência hoje	Tempo Real
70	26/8/2003	16h47	Termina reunião de João Paulo com descontentes do PT	Reforma
69	26/8/2003	10h48	Câmara vota Reforma da Previdência em segundo turno	Reforma da Previdência
68	25/8/2003	19h23	Líderes discutem estratégias para votação de reforma	Reformas
67	25/8/2003	19h10	João Paulo confirma votação de reformas amanhã	Aconteceu
66	18/8/2003	12h29	Adiado o segundo turno da Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
65	15/8/2003	17h05	Segundo Turno da Reforma da Previdência é adiado	Reforma da Previdência
64	14/8/2003	16h38	Reforma da Previdência é aprovada em primeiro turno	Aconteceu
63	14/8/2003	16h34	Leia a íntegra da Reforma aprovada em primeiro turno	Reforma da Previdência
62	13/8/2003	23h41	Negociações garantiram conclusão da Reforma	Reforma da Previdência
61	13/8/2003	18h10	Partidos fecham acordo sobre redutor de pensões	Reforma da Previdência
60	13/8/2003	17h27	Sessão plenária é reaberta, mas reunião continua	Tempo Real
59	13/8/2003	16h16	Iniciada ordem do Dia	Tempo Real
58	13/8/2003	12h41	Emenda aglutinativa deve acelerar votação da PEC 40	Reforma da Previdência
57	13/8/2003	10h05	João Paulo e líderes discutem Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
56	13/8/2003	10h03	Câmara deve concluir primeiro turno da Previdência	Reforma da Previdência
55	12/8/2003	22h39	Acordos para a Previdência já estão em andamento	Reforma da Previdência

54	12/8/2003	22h30	Câmara aprova medidas provisórias e destranca pauta	Consolidada
53	12/8/2003	20h09	Oposição não vai obstruir votações	Tempo Real
52	12/8/2003	13h44	Câmara repõe vidros quebrados	Aconteceu
51	12/8/2003	11h05	Líder diz que PFL vai obstruir votação de MPs	Reforma da Previdência
50	12/8/2003	08h50	Plenário vota três MPs nesta manhã	Hoje
49	11/8/2003	17h49	Plenário vota MPs e Previdência nesta semana	A semana
48	8/8/2003	10h58	Segurança conclui relatório de invasão do Congresso	Aconteceu
47	7/8/2003	18h59	Votação da Previdência continua na terça	Reforma da Previdência
46	7/8/2003	04h21	Plenário avança na votação de destaques à reforma	Reforma da Previdência
45	7/8/2003	00h30	João Paulo convoca sessão para as 11 horas	Reforma da Previdência
44	6/8/2003	22h19	Emendas aglutinativas serão votadas primeiro	Reforma da Previdência
43	6/8/2003	22h06	Câmara inicia Ordem do Dia do Plenário	Reforma da Previdência
42	6/8/2003	20h53	Reiniciada sessão da Câmara	Reforma da Previdência
41	6/8/2003	17h05	Saiba como cada deputado votou na Reforma	Reforma da Previdência
40	6/8/2003	16h22	Líderes ainda discutem estratégia de votações	Reforma da Previdência
39	6/8/2003	15h18	Conheça os destaques à Reforma da Previdência	Hoje
38	6/8/2003	13h32	Votação de destaques à PEC 40 pode ser adiada	Reforma da Previdência
37	6/8/2003	12h33	Líderes decidem votação de destaques	Reforma da Previdência
36	6/8/2003	12h17	Votação foi democrática, diz João Paulo	Reforma da Previdência
35	6/8/2003	10h38	Deputados falam sobre voto na Reforma Previdenciária	Hoje
34	6/8/2003	10h16	Cancelada audiência na Reforma do Judiciário	Tempo Real
33	6/8/2003	10h05	Bancada do PFL discute Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
32	6/8/2003	01h17	Plenário aprova substitutivo à PEC da Previdência	Reforma da Previdência
31	5/8/2003	22h53	Rejeitada proposta de votação da emenda por artigos	Reforma da Previdência
30	5/8/2003	21h32	Plenário inicia votação da Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
29	5/8/2003	20h45	Veja as principais mudanças no texto da Previdência	Reforma da Previdência
28	5/8/2003	19h59	Relator explica mudanças em seu substitutivo	Reforma da Previdência
27	5/8/2003	19h32	Aprovada preferência para emenda substitutiva	Aconteceu
26	5/8/2003	18h16	Votação nominal decide encerramento de discussão	Reforma da Previdência
25	5/8/2003	18h14	Relator anuncia mudanças no texto da Reforma	Tempo Real
24	5/8/2003	18h11	Convidados defendem benefícios para deficientes	Reforma da Previdência
23	5/8/2003	15h37	Servidores da Câmara protestam contra Reforma	Reforma da Previdência
22	5/8/2003	14h52	Debate da Previdência será retomado em 30 minutos	Aconteceu
21	5/8/2003	13h12	Mantida discussão da Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
20	5/8/2003	12h48	Correção/votação nominal decide adiamento de debate	Reforma Política
19	5/8/2003	12h24	Correção/ Adiamento da discussão da Previdência	Reforma da Previdência
18	5/8/2003	11h31	Impacto da PEC 40 para idosos será analisado	Reforma da Previdência
17	5/8/2003	11h02	Bancada do PSDB debate Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
16	5/8/2003	10h55	Começa sessão para discutir Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
15	5/8/2003	10h37	Líder do PT assegura que aliados votam com o Governo	Reforma da Previdência
14	5/8/2003	10h01	Governo discute reformas com o PT	Reformas
13	5/8/2003	08h57	Plenário começa hoje discussão da Previdência	Reforma da Previdência
12	4/8/2003	20h04	Discussão da Previdência altera atividades na Câmara	Tempo Real
11	4/8/2003	16h16	Líderes continuam discussão sobre PEC da Previdência	Pauta
10	1/8/2003	12h57	Audiência analisa impacto da PEC 40 para idosos	A semana
09	1/8/2003	10h47	Reforma da Previdência será votada em duas semanas	Reforma da Previdência
08	31/7/2003	12h57	Servidores pedem revisão de cinco pontos na Reforma	Reforma da Previdência
07	31/7/2003	11h16	João Paulo está reunido com sindicatos de servidores	Reforma da Previdência
06	31/7/2003	11h05	Bancada do PSDB está reunida com reitores	Reforma da Previdência

05	31/7/2003	10h30	Líderes almoçam hoje com presidente Lula	Reforma da Previdência
04	30/7/2003	11h38	Bancada do PT discute Reforma da Previdência às 15h	Reforma da Previdência
03	30/7/2003	11h26	Reforma da Previdência pode prever o abate-teto	Aconteceu
02	29/7/2003	12h55	Propostas da Base Aliada serão levadas para Lula	Reforma da Previdência
01	29/7/2003	11h55	Líder: Base Aliada pode rever pontos da PEC 40/03	Reforma da Previdência

II –Tabela: listagem identificadora das fontes de informação

Nº	Data	Conteúdo	Fonte
95	28/8/2003	João Paulo afirma que texto da Reforma melhorou	1 e 3
94	28/8/2003	João Paulo entrega Reforma da Previdência a Sarney	2
93	28/8/2003	João Paulo comemora aprovação da PEC da Previdência	1 e 2
92	27/8/2003	Câmara conclui votação da Reforma da Previdência	2
91	27/8/2003	Plenário conclui votação da Reforma da Previdência	5
90	27/8/2003	Aprovada Reforma da Previdência em segundo turno	2 e 5
89	27/8/2003	Relator aponta benefícios para quem ganha menos	2
88	27/8/2003	Tramitação na Câmara durou quatro meses	2 e 5 Destacar
87	27/8/2003	Congresso discute Previdência desde 1991	5 destacar
86	27/8/2003	Deputados iniciam votação da PEC 40 em segundo turno	5
85	27/8/2003	Plenário começa a votar PEC 40 em segundo turno	5
84	27/8/2003	Plenário discute procedimento para votar destaques	3
83	27/8/2003	Negada questão de ordem sobre salário do prefeito	3
82	27/8/2003	Plenário começa a votar Reforma da Previdência	2 e 5
81	27/8/2003	Plenário vota requerimento de adiamento da votação	3 e 5
80	27/8/2003	Plenário inicia nova sessão para votar PEC 40	5
79	27/8/2003	Plenário rejeita retirada da Reforma da Previdência	5
78	27/8/2003	Plenário vota retirada da Reforma da Previdência	5
77	27/8/2003	Começa Ordem do Dia para votação da Reforma	5
76	27/8/2003	Plenário vota 2º turno da Reforma da Previdência	1 e 4
75	26/8/2003	João Paulo confirma votação da Previdência amanhã	1 e 2
74	26/8/2003	Rejeitado requerimento para adiamento da PEC 40	5
73	26/8/2003	Inocêncio confirma adiamento da Previdência	2
72	26/8/2003	Plenário vota adiamento do segundo turno da PEC 40	2
71	26/8/2003	PSDB e PFL não votarão Previdência hoje	2
70	26/8/2003	Termina reunião de João Paulo com descontentes do PT	2
69	26/8/2003	Câmara vota Reforma da Previdência em segundo turno	3
68	25/8/2003	Líderes discutem estratégias para votação de reforma	3
67	25/8/2003	João Paulo confirma votação de reformas amanhã	1 e 2
66	18/8/2003	Adiado o segundo turno da Reforma da Previdência	1 e 2
65	15/8/2003	Segundo Turno da Reforma da Previdência é adiado	1 e 2
64	14/8/2003	Reforma da Previdência é aprovada em primeiro turno	5
63	14/8/2003	Leia a íntegra da Reforma aprovada em primeiro turno	5
62	13/8/2003	Negociações garantiram conclusão da Reforma	5
61	13/8/2003	Partidos fecham acordo sobre redutor de pensões	4 EX
60	13/8/2003	Sessão plenária é reaberta, mas reunião continua	3 e 5
59	13/8/2003	Iniciada ordem do Dia	2

58	13/8/2003	Emenda aglutinativa deve acelerar votação da PEC 40	3
57	13/8/2003	João Paulo e líderes discutem Reforma da Previdência	2 e 5
56	13/8/2003	Câmara deve concluir primeiro turno da Previdência	3
55	12/8/2003	Acordos para a Previdência já estão em andamento	3 EX
54	12/8/2003	Câmara aprova medidas provisórias e destranca pauta	5 Repetida
53	12/8/2003	Oposição não vai obstruir votações	5
52	12/8/2003	Câmara repõe vidros quebrados	2 e 5
51	12/8/2003	Líder diz que PFL vai obstruir votação de MPs	2
50	12/8/2003	Plenário vota três MPs nesta manhã	2* 5
49	11/8/2003	Plenário vota MPs e Previdência nesta semana	2
48	8/8/2003	Segurança conclui relatório de invasão do Congresso	1 e 2 EX
47	7/8/2003	Votação da Previdência continua na terça	3 e 5
46	7/8/2003	Plenário avança na votação de destaques à reforma	5
45	7/8/2003	João Paulo convoca sessão para as 11 horas	2 e 5
44	6/8/2003	Emendas aglutinativas serão votadas primeiro	2 e 5
43	6/8/2003	Câmara inicia Ordem do Dia do Plenário	2* e 5
42	6/8/2003	Reiniciada sessão da Câmara	3* e 5
41	6/8/2003	Saiba como cada deputado votou na Reforma	5
40	6/8/2003	Líderes ainda discutem estratégia de votações	1 e 3 EX
39	6/8/2003	Conheça os destaques à Reforma da Previdência	3* e 5
38	6/8/2003	Votação de destaques à PEC 40 pode ser adiada	3
37	6/8/2003	Líderes decidem votação de destaques	3
36	6/8/2003	Votação foi democrática, diz João Paulo	1 e 2
35	6/8/2003	Deputados falam sobre voto na Reforma Previdenciária	5
34	6/8/2003	Cancelada audiência na Reforma do Judiciário	5
33	6/8/2003	Bancada do PFL discute Reforma da Previdência	5
32	6/8/2003	Plenário aprova substitutivo à PEC da Previdência	2 e 5
31	5/8/2003	Rejeitada proposta de votação da emenda por artigos	5
30	5/8/2003	Plenário inicia votação da Reforma da Previdência	5
29	5/8/2003	Veja as principais mudanças no texto da Previdência	2
28	5/8/2003	Relator explica mudanças em seu substitutivo	5
27	5/8/2003	Aprovada preferência para emenda substitutiva	5
26	5/8/2003	Votação nominal decide encerramento de discussão	5
25	5/8/2003	Relator anuncia mudanças no texto da Reforma	2
24	5/8/2003	Convidados defendem benefícios para deficientes	4
23	5/8/2003	Servidores da Câmara protestam contra Reforma	5
22	5/8/2003	Debate da Previdência será retomado em 30 minutos	5
21	5/8/2003	Mantida discussão da Reforma da Previdência	5
20	5/8/2003	Correção/votação nominal decide adiamento de debate	5
19	5/8/2003	Correção/ Adiamento da discussão da Previdência	5
18	5/8/2003	Impacto da PEC 40 para idosos será analisado	5
17	5/8/2003	Bancada do PSDB debate Reforma da Previdência	5
16	5/8/2003	Começa sessão para discutir Reforma da Previdência	2 e 5
15	5/8/2003	Líder do PT assegura que aliados votam com o Governo	1 e 2
14	5/8/2003	Governo discute reformas com o PT	5
13	5/8/2003	Plenário começa hoje discussão da Previdência	2
12	4/8/2003	Discussão da Previdência altera atividades na Câmara	4 e 5
11	4/8/2003	Líderes continuam discussão sobre PEC da Previdência	1 e 3
10	1/8/2003	Audiência analisa impacto da PEC 40 para idosos	5

09	1/8/2003	Reforma da Previdência será votada em duas semanas	1 e 2
08	31/7/2003	Servidores pedem revisão de cinco pontos na Reforma	1 e 3
07	31/7/2003	João Paulo está reunido com sindicatos de servidores	4
06	31/7/2003	Bancada do PSDB está reunida com reitores	5
05	31/7/2003	Líderes almoçam hoje com presidente Lula	5
04	30/7/2003	Bancada do PT discute Reforma da Previdência às 15h	5
03	30/7/2003	Reforma da Previdência pode prever o abate-teto	1 e 4
02	29/7/2003	Propostas da Base Aliada serão levadas para Lula	3
01	29/7/2003	Líder: Base Aliada pode rever pontos da PEC 40/03	2

III - Reportagens da agência de notícias da Câmara Federal

Nº 01

Reforma da Previdência - 29/7/2003 11h55

Líder: Base Aliada pode rever pontos da PEC 40/03

O líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), deixou há pouco a reunião dos líderes para participar da reunião da Executiva do partido. O líder reconheceu que há “sensibilidade” na Base para discutir a questão da redução das pensões na Reforma da Previdência. Ele informou que os parlamentares estão buscando uma fórmula que não comprometa os objetivos de sustentabilidade fiscal da reforma.

Outro ponto que Pellegrino reconheceu que há possibilidade de consenso entre alguns partidos da Base é a questão do subteto.

O PT vai discutir esses pontos internamente.

Por Adriana Romeo/ RCA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 02

Reforma da Previdência - 29/7/2003 12h55

Propostas da Base Aliada serão levadas para Lula

Ao sair da reunião de líderes da Base Aliada, o líder do Governo Aldo Rebelo (SP) disse que durante o encontro os partidos apresentaram sugestões à proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03), como mudanças quanto às pensões e ao subteto e emendas de redação para dar mais clareza ao texto. Segundo Rebelo, essas sugestões serão levadas para o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A Base, segundo o líder, assumiu o compromisso de votar unida.

O líder do PSB, Eduardo Campos (PE), ressaltou que os partidos governistas se comprometeram a não apresentar nenhum destaque na Comissão Especial que analisou a Reforma da Previdência, mas que agora no Plenário, para que isso não ocorra, é preciso que sejam feitos ajustes na proposta.

Por Carla Benevides - TV Câmara/LC

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423
Fax. (61) 318.2390
e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 03

Aconteceu - 30/7/2003 11h26

Reforma da Previdência pode prever o abate-teto

Depois de aprovada a Reforma da Previdência, nenhum servidor público deve ganhar mais do que um ministro do Supremo Tribunal Federal. A novidade foi acertada ontem durante um encontro do relator da Reforma da Previdência (PEC 40/03), José Pimentel (PT-CE), com o ministro do STF, Maurício Corrêa.

O limite de ganhos do funcionalismo já está previsto na Constituição, mas ainda não foi aplicado por falta de regulamentação. A aprovação da reforma vai abrir caminho para a aplicação do chamado abate-teto, ou seja, qualquer salário, pensão ou aposentadoria que ultrapassar R\$ 17.300,00 será reduzido a esse valor.

O presidente do Supremo, ministro Maurício Côrrea, disse que essa é uma medida moralizadora. "A partir do momento que se fixe um subteto, ninguém vai ganhar mais do aquele valor. Quem ganha mais do que esse valor, passa a não receber o excesso; essa é a parte moralizadora da PEC 40".

A medida, considerada um avanço nas negociações sobre a reforma, tanto pelo Governo quanto pelo Judiciário, pode impedir a greve dos Magistrados, programada para começar no dia 05 de agosto. Mas, segundo o relator José Pimentel, a principal reivindicação dos juízes, de elevar o subteto salarial nos Estados, ainda não está definida. "O compromisso que nós estamos assumindo é que, uma vez fixado o teto nacional (R\$ 17.170,00) e o subteto nos estados, ninguém neste País terá remuneração no serviço público, seja através de pensões, aposentadorias, ou em atividade, superior a esse valor. Vamos aplicar o abate teto. Sobre o subteto nos estados, continua em aberto essa matéria. A reivindicação do Poder Judiciário é que seja nos termos do artigo 93, inciso quinto e a condição do Colégio de Líderes da Base é 75% do subsídio do STF".

ENCONTROS

A Associação dos Magistrados Brasileiros reúne-se hoje em Brasília para avaliar a tramitação da reforma, e pode decidir pela não-realização da greve.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, está reunido neste momento com o presidente do STF, Maurício Corrêa.

Por Tatiana Azevedo - Rádio Câmara/LC
(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara
Tel. (61) 318.7423
Fax. (61) 318.2390
e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 04

Reforma da Previdência - 30/7/2003 11h38

Bancada do PT discute Reforma da Previdência às 15h

A Bancada do PT discute a votação da Reforma da Previdência (PEC 40/03) a partir das 15 horas, no plenário 1.

Da Redação/ ND

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)
Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423
Fax. (61) 318.2390
e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 05

Reforma da Previdência - 31/7/2003 10h30

Líderes almoçam hoje com presidente Lula

Os líderes e vice-líderes da Base de apoio ao Governo e o deputado José Pimentel (PT-CE), relator da Reforma Previdenciária (PEC 40/03), almoçam hoje com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Na pauta estão as negociações sobre o relatório da Reforma, que deverá começar a ser apreciado em Plenário na próxima terça-feira (5).

O almoço está marcado para as 13 horas, na residência do ministro José Dirceu.

Da Redação/ RCA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 06

Reforma da Previdência - 31/7/2003 11h05

Bancada do PSDB está reunida com reitores

A Bancada do PSDB está reunida neste momento, no plenário 16, com os reitores da USP, Unicamp e Unesp discutindo a proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03). Os reitores vieram trazer a posição dos funcionários e das universidades sobre a reforma.

Está conduzindo o debate o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (SP) e, representando a Comissão de Educação, o deputado Lobbe Neto (SP), vice-presidente da comissão.

Da Redação/LC

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 07

Reforma da Previdência - 31/7/2003 11h16

João Paulo está reunido com sindicatos de servidores

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, está reunido neste momento com representantes de sindicatos de servidores públicos federais para discutir a Reforma da Previdência (PEC 40/03).

Participam do encontro vários deputados, como o líder do PT, Nelson Pellegrino (BA), e os deputados Walter Pinheiro (PT-BA), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e José Pimentel (PT-CE). Entre as entidades presentes, estão representantes da Unafisco, Sindilegis, Unacom, Anfipe, Fazubra e Amanatra. O presidente da OAB, Rubens Approbato, também está participando da reunião.

No encontro, serão discutidos alguns pontos da Reforma, como o aumento do teto das pensões, a redação de um texto mais claro para a integralidade e a paridade, e a taxação dos inativos.

A reunião ocorre na sala de reuniões do Espaço Cultural da Câmara.

Pellegrino adiantou que as reivindicações dos servidores públicos serão levadas para o almoço que a Base Aliada tem com o presidente Lula, hoje, às 13 horas, na residência do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

A Reforma da Previdência deve começar a ser votada no Plenário da Câmara na próxima quarta-feira (6).

Por Beth Veloso e Adriana Romeo - Rádio Câmara/ ND

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 08

Reforma da Previdência - 31/7/2003 12h57

Servidores pedem revisão de cinco pontos na Reforma

Acabou há pouco a reunião de líderes do Governo com representantes de sindicatos de servidores públicos federais, em que foi discutida a Reforma da Previdência (PEC 40/03).

O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) disse que os servidores pediram a revisão de cinco pontos do relatório: sobre a regra de transição, a criação de fundos de pensão complementar, a redução das pensões, a integralidade e a paridade da remuneração e a contribuição dos inativos. Walter Pinheiro declarou que a negociação com o Judiciário deu um novo alento à Base Aliada, com a possibilidade de avanço na negociação. "Porque não se negocia também com a massa de trabalhadores, como da saúde, educação e segurança?", questionou.

O líder do PT, Nelson Pellegrino (BA), afirmou que ainda há possibilidade de modificar o relatório da Previdência e informou que os líderes aliados vão levar as reivindicações dos servidores ao almoço com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que ocorre daqui a pouco na residência do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. "Queremos construir um acordo para aprovar, com toda a tranqüilidade, a reforma na semana que vem".

Os líderes da Base Governista marcaram uma nova reunião com os servidores para a próxima segunda-feira (4), às 15 horas.

Cerca de 20 servidores fizeram protesto no local da reunião, gritando palavras de ordem e pedindo negociação sobre a Reforma da Previdência.

Por Beth Veloso e Adriana Romeo - Rádio Câmara/LC

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 09

Reforma da Previdência - 1/8/2003 10h47

Reforma da Previdência será votada em duas semanas

Reunidos com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, os líderes do Governo e do PT, além do relator da Reforma da Previdência, deputado José Pimentel (PEC 40/03), definiram um calendário para a discussão do texto em Plenário. O início do debate foi adiado devido ao atraso na discussão do projeto da nova Lei de Falências (PL 4376/93) e de alguns pontos no relatório da Reforma que ainda podem ser alterados.

O vice-líder do PT, deputado Paulo Bernardo (PR), afirma que a intenção é encerrar todo o processo de discussão da Reforma Previdenciária até o próximo dia 8, para votar o texto na segunda semana de agosto. O adiamento, de acordo com o deputado, não afeta o cronograma inicial. "A Reforma será aprovada dentro do tempo previsto. Nossa previsão continua sendo votar na primeira quinzena de agosto. A principal tentativa, agora, é encerrar a discussão na semana que vem e fazer a votação na outra semana".

Paulo Bernardo reafirmou que o relator poderá fazer alguns ajustes no texto, mas só depois do aval do presidente da República e dos governadores.

Por Tatiana Azevedo - Rádio Câmara/LC

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 10

A Semana - 1/8/2003 12h57

Audiência analisa impacto da PEC 40 para idosos

A Subcomissão Pró-Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso realiza audiência pública sobre as conseqüências da Reforma da Previdência (PEC 40/03) para os portadores de necessidades especiais e maiores de 60 anos. A Subcomissão é vinculada à Comissão de Direitos Humanos. A reunião será na terça-feira, às 14h30, no plenário 9.

Para o debate, foram convidados:

- O secretário da Previdência Social do Ministério da Previdência Social, Helmut Schwarzer;
- Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Perly Cipriano;
- Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP);
- Representante da Sociedade Civil e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Adilson Ventura;
- Coordenadora-geral para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República, Isabel Loureiro Maior;
- Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) e Representante da CNBB, Maria José Barroso;
- Diretor de Documentação do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto Queiroz; e
- Coordenadora estadual de Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência do estado do Rio de Janeiro, Tânia Regina Pereira Rodrigues.

EXPERIÊNCIA ARGENTINA

O economista argentino especialista em Previdência Rubén Lo Vuolo participou neste mês do seminário internacional "Reformas Previdenciárias na América Latina", em que fez um resumo sobre a Reforma da Previdência realizada na Argentina em 1994. Ele disse que a Reforma acarretou uma queda dos benefícios, o que fez com que os idosos aposentados voltassem ao mercado de trabalho.

Por Natalia Doederlein/LC

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390
e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 11

Pauta - 4/8/2003 16h16

Líderes continuam discussão sobre PEC da Previdência

O governo quer iniciar nesta semana a votação em Plenário do relatório do deputado José Pimentel (PT-CE) à proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03), embora algumas alterações estejam sendo negociadas. Para confirmar essa disposição, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, convocou sessão extraordinária para a manhã desta terça-feira, com o objetivo de iniciar às discussões da Reforma da Previdência no plenário da Casa. Nesta tarde, serão realizados novos encontros e negociações sobre a Reforma, antecipando o início das discussões no Plenário, previsto para amanhã.

Reuniões no Palácio do Planalto, com a participação do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vão definir a estratégia de votação da Reforma em primeiro turno. Na agenda do relator, deputado José Pimentel (PT-CE), estão previstos dois encontros.

O primeiro, acontece neste momento, no auditório do Anexo IV, com representantes de entidades sindicais de servidores públicos. Às 17 horas, o relator se encontra com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o líder do Governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), no Palácio do Planalto.

Segundo Pimentel, o objetivo é garantir um acordo entre os partidos aliados para que nenhum deles apresente destaques para votação em separado. O relator espera que todas as propostas de mudança no texto sejam discutidas antes da votação em Plenário.

URGÊNCIA

O governo quer votar a Reforma ainda esta semana, principalmente porque, a partir do próximo domingo, duas novas medidas provisórias passam a trancar a pauta do plenário. A MP 121, que autoriza o Banco do Brasil a abrir linhas de micro-crédito e grupos de consórcios à população de baixa renda; e a MP 122, que permite aos demais bancos operar as linhas de crédito e autoriza o governo a criar o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social.

O vice-líder do Governo na Câmara, Professor Luizinho (PT-SP), informou que, em função da votação da Reforma da Previdência, foi adiada a votação em Plenário da nova Lei de Falências. "Está decidido que nós vamos votar a Lei de Falências e a alteração no Código Tributário no intervalo entre o primeiro e o segundo turno de votações da Previdência. E, se o parecer da Reforma Tributária estiver pronto, não haverá problema em ser lido na quinta-feira. De qualquer forma, esse parecer não deixará de ser lido até próxima semana". **SERVIÇO PÚBLICO**

O relator da proposta considera legítimas as reivindicações que alguns segmentos do Judiciário e do serviço público vêm fazendo para mudar o texto apresentado por ele. Mas lembra que "a sociedade tem clareza de que o País não pode continuar pagando salários e aposentadorias que chegam a R\$ 50 mil, enquanto 40,7 milhões pessoas vivem sem qualquer benefício. "Se o governo Lula nada fizer, amanhã essas pessoas estarão disputando na lata do lixo, no aterro sanitário, o resto de comida, e isso não é humano; por isso vamos fazer a reforma", afirma.

A votação poderá ser acompanhada por entidades ligadas ao funcionalismo público. Um esquema especial de segurança será feito para os dias de votação. Dentro da Câmara, o trabalho para garantir a segurança dos servidores e o andamento dos trabalhos na Casa será feito pela Segurança Legislativa. Do lado de fora, o policiamento será feito pela Polícia Militar. A Secretaria de Comunicação da Câmara está preparando folhetos, explicando os locais onde se poderá acompanhar a votação da reforma. O Auditório Nereu Ramos também está sendo preparado com telões para receber as pessoas interessadas em acompanhar a votação.

TRABALHO INFORMAL

Um dos itens em que deverá haver acordo entre governo, partidos aliados e Oposição é a inclusão dos trabalhadores informais no INSS, com a criação de uma contribuição específica. O acordo permite ao relator da proposta de reforma da Previdência (PEC 40/03), deputado José Pimentel, a apresentação de uma emenda em Plenário, incluindo, na Constituição, um dispositivo com as regras dessa contribuição especial.

Camelôs, encanadores, eletricitistas, são alguns dos milhões de trabalhadores que estão hoje no mercado informal e podem ser beneficiados com a mudança. Em geral, esses profissionais recebem pouco e não contribuem com a Previdência. Em consequência, também não têm qualquer benefício previdenciário, como aposentadoria, licença saúde, auxílio por acidente de trabalho ou pensão para os dependentes.

O benefício - de um salário mínimo - só será concedido ao trabalhador autônomo que recolher para o INSS um percentual mensal, que o relator calcula em 8% sobre o salário mínimo, por um tempo determinado, que está sendo negociado com o Ministério da Previdência. O tempo e o percentual de contribuição serão definidos em lei. O direito ao benefício, no entanto, estará garantido na Constituição.

Por Adriana Romeo e Márcia Brandão - Rádio Câmara/DA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 12

Tempo Real - 4/8/2003 20h04

Discussão da Previdência altera atividades na Câmara

A Câmara vai alterar o funcionamento de suas atividades amanhã e na quarta-feira para garantir o trabalho dos parlamentares e a participação popular na discussão do texto da Reforma da Previdência. O início da discussão pelo Plenário do substitutivo do relator, deputado José Pimentel (PT-CE), à PEC 40/03, está marcado para as 10 horas.

A Presidência e a Diretoria Geral da Câmara definiram um conjunto de medidas para garantir a segurança dos parlamentares, servidores e populares durante a discussão da matéria.

O acesso ao prédio da Câmara ficará restrito aos portadores de senhas que serão distribuídas pela lideranças partidárias e pela Presidência da Casa, parlamentares, servidores e expositores de audiências públicas já agendadas pelas comissões. A entrada para os visitantes estará concentrada na entrada do anexo I, onde será instalado um posto para a entrega das senhas.

Entre as medidas programadas para os dois dias, estão:

1 - O fluxo interno de pessoas ficará limitado, com uso obrigatório de crachá pelos servidores nos prédios da Câmara;

2 - A entrada na Casa ficará restrita às portarias dos anexos I, III e IV. A entrada do anexo III, próxima ao Palácio do Itamaraty, no entanto, estará fechada, assim como a entrada do anexo II.

3 - O acesso às galerias do plenário, pelo anexo I, será limitado às pessoas credenciadas.

4 - Todas as atividades programadas para os dois dias serão canceladas, à exceção das audiências públicas das comissões.

SEGURANÇA

A segurança interna será feita exclusivamente pelos agentes de segurança da Câmara dos Deputados. Externamente, o controle será feito pela Polícia Militar e pelo Batalhão de Choque.

Por Malena Rehbein/PCS

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara
Tel. (61) 318.7423
Fax. (61) 318.2390
e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 13

Reforma da Previdência - 5/8/2003 8h57

Plenário começa hoje discussão da Previdência

Está marcado para as 10h30 o início da discussão pelo Plenário do substitutivo do relator da Reforma da Previdência (PEC 40/03), deputado José Pimentel (PT-CE).

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, afirmou que a idéia é preparar para amanhã o início da votação do texto-base em primeiro turno, ressaltados os destaques para votação em separado (DVS), que ficarão para a semana que vem.

João Paulo acredita que, nos dois meses em que a Reforma tramitou no Congresso, houve avanços importantes em relação à proposta original. Apesar da decisão de iniciar hoje as discussões, o presidente da Casa admite que haverá negociações até o último instante.

SEGURANÇA

A Câmara vai alterar o funcionamento de suas atividades hoje e amanhã para garantir o trabalho dos parlamentares e a participação popular na discussão do texto.

A Presidência e a Diretoria-Geral da Câmara definiram um conjunto de medidas para garantir a segurança dos parlamentares, servidores e populares durante a discussão da matéria.

O acesso ao prédio da Câmara ficará restrito aos portadores de senhas que serão distribuídas pelas lideranças partidárias e pela Presidência da Casa. A entrada para os visitantes estará concentrada no anexo I, onde está instalado um posto para a entrega das senhas.

Entre as medidas programadas para os dois dias, estão:

- 1 - O fluxo interno de pessoas ficará limitado, com uso obrigatório de crachá pelos servidores nos prédios da Câmara;
- 2 - A entrada na Casa ficará restrita às portarias dos anexos I, III e IV. A entrada do anexo III, próxima ao Palácio do Itamaraty, no entanto, estará fechada, assim como a entrada do anexo II.
- 3 - O acesso às galerias do Plenário, pelo anexo I, será limitado às pessoas credenciadas.
- 4 - Todas as atividades programadas para os dois dias serão canceladas, à exceção das audiências públicas das comissões.

SEGURANÇA

A segurança interna será feita exclusivamente pelos agentes de segurança da Câmara dos Deputados. Externamente, o controle será feito pela Polícia Militar e pelo Batalhão de Choque.

Reportagem - Malena Rehbein e Alexandre Lemos

Edição - Regina Céli Assumpção

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara
Tel. (61) 318.7423
Fax. (61) 318.2390
e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 14

Reformas - 5/8/2003 10h01

Governo discute reformas com o PT

Começa daqui a pouco o "Encontro Nacional: O Governo Lula e as Reformas". Organizado pelas secretarias de Assuntos Institucionais da Presidência e de Assuntos da Federação, o encontro vai reunir cerca de 300 pessoas entre parlamentares, governadores, prefeitos e dirigentes do PT. Todos os ministros confirmaram presença no evento, que será no hotel Blue Tree Park, no setor de clubes do Brasília.

A discussão da Reforma da Previdência (PEC 40/03), um dos temas a ser abordado no encontro, terá início hoje no Plenário da Câmara, a partir das 10h30. A expectativa é que a votação do texto-base do substitutivo do relator, deputado José Pimentel (PT-CE), tenha início amanhã, ressalvados os destaques para votação em separado (DVS), que ficarão para a semana que vem.

Os representantes do Comando Nacional da Greve dos Servidores Públicos aguardam uma resposta do Governo às reivindicações apresentadas ontem ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha.

Da Redação/ RCA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 15

Reforma da Previdência - 5/8/2003 10h37

Líder do PT assegura que aliados votam com o Governo

O líder do PT, Nelson Pellegrino (BA), disse que não tem dúvidas de que a Base Aliada votará com o Governo e que a proposta da Reforma da Previdência (PEC 40/03) será aprovada hoje ou amanhã em primeiro turno na Câmara. Pellegrino chegou há pouco à reunião do Partido com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no hotel Blue Tree Park, no setor de clubes do Brasília.

O deputado adiantou que estão faltando apenas alguns ajustes finais, como definir o conceito de integralidade.

Quanto à elevação do subteto dos magistrados estaduais, de 75% para 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal, o líder afirmou que não há possibilidade de atender se não forem concedidos outros pontos pleiteados pelos servidores públicos.

Pellegrino disse ainda que a bancada quer garantir uma transição para quem ganha menos.

O deputado adiantou que ainda hoje deve ocorrer uma nova reunião com os líderes para tentar fechar esses ajustes finais.

MANIFESTAÇÕES

O líder comentou também as manifestações que estão ocorrendo contra à Reforma da Previdência. "É natural que haja manifestações dentro e fora do Congresso Nacional. Isso faz parte do jogo político-democrático".

Reportagem - Gizele Benitz

Edição - Natalia Doederlein

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 16

Reforma da Previdência - 5/8/2003 10h55

Começa sessão para discutir Reforma da Previdência

Começa neste momento a sessão extraordinária do Plenário que iniciará a discussão do substitutivo do relator da Reforma da Previdência (PEC 40/03), deputado José Pimentel (PT-CE).

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, pretende votar até amanhã o texto, em primeiro turno, ressalvados os destaques para votação em separado (DVS), que ficarão para a semana que vem.

Leia mais:

[Plenário começa discussão da Reforma da Previdência](#)

Da Redação/ RCA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390 e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 17

Reforma da Previdência - 5/8/2003 11h02

Bancada do PSDB debate Reforma da Previdência

A Bancada do PSDB reúne-se hoje, às 15h30, no auditório do Espaço Cultural, para discutir a Reforma da Previdência (PEC 40/03).

O Plenário da Câmara está reunido em sessão extraordinária para dar início à discussão da matéria. A expectativa é que a matéria comece a ser votada amanhã.

Da Redação/ CL

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 18

Reforma da Previdência - 5/8/2003 11h31

Impacto da PEC 40 para idosos será analisado

A Subcomissão Pró-Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso realiza audiência pública às 14h30 sobre as conseqüências da Reforma da Previdência (PEC 40/03) para os portadores de necessidades especiais e para os maiores de 60 anos. A Subcomissão é vinculada à Comissão de Direitos Humanos.

Para o debate, foram convidados:

- Secretário da Previdência Social do Ministério da Previdência Social, Helmut Schwarzer;
- Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Perly Cipriano;
- Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP);
- Representante da Sociedade Civil e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Adilson Ventura
- Coordenadora-geral para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República, Isabel Loureiro Maior;
- Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) e representante da CNBB, Maria José Barroso;

- Diretor de Documentação do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto Queiroz; e
- Coordenadora estadual de Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência do estado do Rio de Janeiro, Tânia Regina Pereira Rodrigues.

A reunião será no plenário 9.

Da Redação/RCA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 19

Reforma da Previdência - 5/8/2003 12h24

Correção/ Adiamento da discussão da Previdência

Ao contrário do que noticiamos, o requerimento do PFL que solicitava a retirada da Reforma da Previdência (PEC 40/03) da pauta do Plenário foi rejeitado por votação simbólica, mas foi solicitada verificação de quorum. Por isso, neste momento, os deputados estão em processo de votação nominal, com parlamentares expondo posições contra e favoráveis à matéria.

O Prona, o PFL e o PSDB estão em obstrução, o que significa que a presença dos deputados desses partidos não contam para efeito de quorum.

Reportagem - Antonio Carlos Silva

Edição - Regina Céli Assumpção

Leia mais:

[Plenário começa discussão da Reforma da Previdência](#)

Da Redação/ RCA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 20

Reforma Política - 5/8/2003 12h48

Correção/ Votação nominal decide adiamento de debate

Ao contrário do que noticiamos, o requerimento do PFL que solicitava a retirada da Reforma da Previdência (PEC 40/03) da pauta do Plenário foi rejeitado por votação simbólica, mas foi solicitada verificação de quorum. Por isso, neste momento, os deputados estão em processo de votação nominal, com parlamentares expondo posições contra e favoráveis à matéria.

O Prona, o PFL e o PSDB estão em obstrução, o que significa que a presença dos deputados desses partidos não contam para efeito de quorum.

Reportagem - Antonio Carlos Silva

Edição - Regina Céli Assumpção

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 21

Reforma da Previdência - 5/8/2003 13h12

Mantida discussão da Reforma da Previdência

Foi rejeitado há pouco o requerimento do PFL que pedia o adiamento da discussão da Reforma da Previdência (PEC 40/03) no Plenário. A decisão, por meio de votação nominal, recebeu 224 votos contrários, 98 favoráveis e 11 abstenções.

Neste momento, os deputados reiniciam o debate sobre o relatório do deputado José Pimentel (PT-CE).

Leia mais:

[Plenário começa discussão da Reforma da Previdência](#)

Reportagem - Antonio Carlos Silva

Edição - Regina Céli Assumpção

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 22

Aconteceu - 5/8/2003 14h52

Debate da Previdência será retomado em 30 minutos

Foi encerrada há pouco a sessão extraordinária, convocada para iniciar a discussão do substitutivo do deputado José Pimentel (PT-CE) à PEC 40/03. Os debates serão reiniciados em 30 minutos.

Da Redação/PCS

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 23

Reforma da Previdência - 5/8/2003 15h37

Servidores da Câmara protestam contra Reforma

Neste momento, um grupo de servidores da Câmara dos Deputados realiza protesto na ala das comissões da Casa, com faixas, cartazes e um apitaço. A manifestação é contra o relatório da Reforma da Previdência (PEC 40/03), que voltará a ser discutido em instantes pelo Plenário da Câmara.

Reportagem - Tatiana Azevedo/DA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 24

Reforma da Previdência - 5/8/2003 18h11

Convidados defendem benefícios para deficientes

Terminou há pouco a audiência pública sobre as conseqüências da Reforma da Previdência (PEC 40/03) para os portadores de necessidades especiais e para os maiores de 60 anos, promovida pela

Subcomissão Pró-Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso da Comissão de Direitos Humanos.

A representante da Coordenação Nacional para Integração dos Portadores de Deficiência (Corde), Izabel Loureiro Maior, defendeu três itens em favor dos deficientes.

O primeiro é a redução do tempo de contribuição previsto na proposta para os servidores deficientes. Ela alega não ser justo que eles se aposentem com as mesmas regras que os demais servidores - 60 anos de idade para mulheres e 65 para homens, 20 anos de contribuição e 10 no serviço público, de acordo com o parecer a ser apreciado pelo Plenário hoje. As outras duas reivindicações são para que os inativos que têm filhos deficientes não sejam taxados e que as pensões dos trabalhadores que têm filhos deficientes não sofram redução.

Isabel acredita que não houve tempo para incluir essas particularidades na proposta da Reforma, mas pensa que ainda há como viabilizar essas reivindicações.

Segundo a coordenadora do Corde, os 1,2 mil deficientes que atuam hoje no Executivo Federal alegam que, por seus problemas, não conseguem chegar até a idade determinada pela Reforma com a mesma capacidade física daqueles que não possuem qualquer deficiência, principalmente porque têm de fazer esforço maior para trabalhar que os demais. Ela informou também que já foi comprovado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que a expectativa de vida dos portadores de necessidades especiais é menor do que a dos demais.

PROPOSTA JÁ TRAMITA

Adriana Loureiro defendeu a aprovação da PEC 153/99, que propõe redução do tempo de contribuição dos portadores de necessidades especiais de cinco a dez anos, dependendo do tipo de trabalho realizado.

Reportagem - Mauren Rojahn

Edição - Daniela André

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara

Nº 25

Tempo Real - 5/8/2003 18h14

Relator anuncia mudanças no texto da Reforma

Até o fechamento da edição deste boletim, às 18h18, o plenário da Câmara estava discutindo o parecer do relator à Reforma da Previdência (PEC 40/03), deputado José Pimentel (PT-CE). O início da votação do texto principal está previsto para as 20h30, em sessão extraordinária. A votação, se necessário, vai estender-se pela madrugada, inclusive com a apreciação de destaques.

MUDANÇAS NO TEXTO

O relator já anunciou as alterações acordadas com o Governo no texto aprovado pela Comissão Especial. Pelo acordo, o sub-teto do Judiciário estadual passaria para 85,5% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal; a contribuição dos inativos passaria a ser cobrada da parcela dos salários que exceder R\$ 1,2 mil, em vez de R\$ 1,058 mil; e as pensões com valor a partir de R\$ 2,4 mil teriam um redutor de 50%. O relatório da Comissão prevê redução de 30% a 70% para o que exceder R\$ 1,058 mil.

Também seria incluído no texto dispositivo que cria fundo de pensão de previdência complementar fechado, com contribuição definida, e seria concedido um abono de 11% para o servidor público que

está no limite para se aposentar - 53 anos, no caso de homens, e 48, no caso de mulheres, com 30 anos de serviço -, mas decida permanecer no serviço público.

No caso dos trabalhadores informais, o líder do PSB, Eduardo Campos (PE), informou que a inclusão dos 40 milhões de trabalhadores que estão fora do sistema será feito por meio de projeto que será enviado para a Câmara dentro de um mês. Para ter direito a se aposentar, esses trabalhadores precisariam ter idade de 60 anos, para mulheres, e 65 anos, para homens, e contribuir com 8% do salário mínimo por 15 anos.

A base aliada pretende, no Plenário, pedir preferência para a votação da emenda aglutinativa que contém os itens alterados.

Reportagem - Cláuder Diniz

Edição - Patricia Roedel

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 26

Reforma da Previdência - 5/8/2003 18h16

Votação nominal decide encerramento de discussão

Os deputados realizam neste momento a votação nominal de requerimento para encerramento da discussão da PEC 40/03 que institui mudanças no sistema previdenciário. Até o momento, o PSDB e PFL estão em obstrução e o PMDB e o Prona indicam voto contrário ao requerimento. Os partidos da base do governo orientam a favor da aprovação do requerimento, com exceção do PSB e do PCdoB, que ainda não orientaram suas bancadas.

Reportagem – Eduardo Piovesan/PCS

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 27

Aconteceu - 5/8/2003 19h32

Aprovada preferência para emenda substitutiva

O plenário aprovou requerimento de preferência para a emenda aglutinativa substitutiva ao texto do relator da PEC 40/03, deputado José Pimentel (PT-CE). A emenda é resultado do acordo entre os líderes da base aliada que introduziu mudanças no substitutivo do relator.

A sessão foi suspensa por 10 minutos.

Da Redação/PCS

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 28

Reforma da Previdência - 5/8/2003 19h59

Relator explica mudanças em seu substitutivo

O plenário retomou há pouco a sessão extraordinária para votação da Reforma da Previdência. Neste momento, o relator da matéria, deputado José Pimentel (PT-CE), expõe as alterações feitas em seu substitutivo para a PEC 40/03.

Reportagem – Eduardo Piovesan/PCS

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 29

Reforma da Previdência - 5/8/2003 20h45

Veja as principais mudanças no texto da Previdência

O relator da PEC 40/03, deputado José Pimentel (PT-CE), apresentou em plenário as modificações introduzidas em seu substitutivo pela emenda aglutinativa substitutiva, resultado de acordo entre os líderes da base aliada, e que terá preferência no processo de votação.

Veja as principais mudanças feitas no substitutivo do deputado José Pimentel:

NOVAS REGRAS PARA A APOSENTADORIA

De acordo com as novas regras, o servidor terá sua aposentadoria calculada segundo as remunerações usadas como base para as contribuições feitas à Previdência Social e ao regime único a partir de julho de 1994. As aposentadorias e pensões serão reajustadas segundo critérios estabelecidos em lei para a preservação do valor real.

APOSENTADORIA INTEGRAL

A aposentadoria integral pelas regras atuais é garantida a todos os servidores que, até o dia da publicação da Emenda Constitucional, tenham preenchido os requisitos e também a todo servidor que tenha ingressado no serviço público até a publicação, caso cumpram os seguintes prazos: 35 anos de contribuição para homem e 30 anos para mulher; 60 anos de idade para homem e 55 anos para mulher; 20 anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

APOSENTADORIA PROPORCIONAL

Para os servidores que quiserem se aposentar proporcionalmente pelo tempo de serviço, de acordo com as regras de transição estipulada pela reforma feita no governo Fernando Henrique Cardoso, haverá um desconto de 5% sobre os proventos por ano de antecipação em relação à idade mínima (60 anos para homem e 55 para mulher). Entretanto, o cálculo do valor da aposentadoria obedecerá à média das contribuições, tanto do Regime Geral quanto do Regime Único, segundo as novas regras.

PENSÃO

A pensão integral será garantida até o valor de R\$ 2.400. A esse valor será acrescido 50% da parcela excedente. Essa regra não se aplica aos militares e para os policiais militares, uma lei específica disciplinará o tema.

ABONO

Aos servidores atuais que já tenham condições de se aposentar ou àqueles que venham a adquirir esse direito após a promulgação da Emenda, será garantido abono pecuniário no valor de sua contribuição previdenciária até quando atingirem a idade de aposentadoria compulsória. Esse abono valerá também para os que venham a ter condições de se aposentar proporcionalmente.

CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS

A contribuição de inativos será cobrada de todos os aposentados e pensionistas, independentemente de já estarem aposentados ou virem a se aposentar. Ela será cobrada somente sobre o valor que superar 50% do teto da Previdência Social. Como hoje ele está estipulado em R\$ 2.400 pela PEC 40/03, a contribuição seria sobre o que exceder R\$ 1.200.

NOVO TETO DO REGIME GERAL

O novo teto do Regime Geral da Previdência Social será aumentado para R\$ 2.400, reajustados pelos mesmos índices usados para os demais benefícios.

PARIDADE

A paridade fica garantida para os atuais aposentados e pensionistas e para aqueles que já tenham condições de se aposentar até a data de publicação da Emenda Constitucional. No caso dos servidores que cumpram as novas exigências para ter direito a proventos integrais, a paridade fica garantida na forma da lei. Nesta lei ficariam discriminadas quais parcelas da remuneração seriam reajustadas pelos mesmos índices dos trabalhadores da ativa.

SUBTETO DO JUDICIÁRIO

As remunerações de todos os membros dos três Poderes Públicos e de todos os servidores serão limitadas ao subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio do governador para o Executivo e o subsídio dos deputados estaduais e distritais, no âmbito do Legislativo. No caso do Poder Judiciário nos Estados e no DF, o limite será o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, que não poderá ultrapassar 85,5% do subsídio do Supremo Tribunal Federal. Para os municípios, o limite será o subsídio do prefeito.

CONTRIBUIÇÃO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

A cobrança de contribuição dos servidores estaduais e municipais passa a ser obrigatória em alíquota não inferior à contribuição dos servidores da União, hoje de 11%.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Os entes federados instituirão regime de previdência complementar para os servidores que se enquadrarem nas novas regra de aposentadoria por meio de lei de iniciativa do Executivo. O regime será de entidades fechadas, de natureza pública, oferecendo aos seus participantes benefícios somente na modalidade contribuição definida. Com isso, ficaria eliminada a possibilidade de o servidor contar com a modalidade de benefício definido, em que ele sabe quanto receberá de complementação.

EXCEÇÕES À REGRA GERAL

O relator acrescentou outras exceções ao cálculo proporcional das aposentadorias segundo as novas regras (média das remunerações, seja no serviço público ou no regime geral). Além do caso de invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, ele incluiu moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 30

Reforma da Previdência - 5/8/2003 21h32

Plenário inicia votação da Reforma da Previdência

O plenário iniciou há pouco a votação da emenda aglutinativa substitutiva à PEC 40/03 que modifica o sistema previdenciário brasileiro. A votação da emenda tem preferência sobre o texto original. Os parlamentares, neste momento, estão encaminhando a votação.

Da Redação/PCS

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 31

Reforma da Previdência - 5/8/2003 22h53

Rejeitada proposta de votação da emenda por artigos

O requerimento do PFL para a votação da emenda aglutinativa substitutiva à PEC 40/03 artigo por artigo foi rejeitada por 267 contrários, 39 favoráveis e cinco abstenções.

O plenário agora inicia a votação do texto global da emenda aglutinativa substitutiva.

Reportagem – Eduardo Piovesan/PCS

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 32

Reforma da Previdência - 6/8/2003 1h17

Plenário aprova substitutivo à PEC da Previdência

O Plenário aprovou na madrugada de hoje por 358 votos contra 126 e nove abstenções a emenda substitutiva à PEC 40/03 que modifica o sistema previdenciário. O texto da emenda introduz modificações no substitutivo do deputado José Pimentel (PT-CE), aprovado na comissão especial.

A emenda substitutiva aprovada é resultado de acordo entre os líderes da base aliada que solucionou os principais pontos de divergência na bancada de apoio do Governo na Câmara.

Os 100 destaques individuais apresentados ao texto foram rejeitados em globo. Na sessão de hoje, marcada para as 14 horas, serão votados ainda os destaques de bancada.

As principais alterações acrescentadas após as últimas discussões com as lideranças partidárias e com o governo foram o aumento do teto para o Judiciário estadual, Ministério e Defensoria Públicas de 75% para 85,5% do subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal e o retorno das integralidade das pensões ao teto de R\$ 2,4 mil.

O relator também acrescentou um novo dispositivo na Constituição que permitirá a formulação de uma lei sobre um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda a fim de garantir-lhes benefícios de um salário mínimo. De acordo com o relator, essa medida atingirá os 40 milhões de trabalhadores informais que estão fora do sistema atual.

Veja as principais mudanças aprovadas:

NOVAS REGRAS PARA A APOSENTADORIA

De acordo com as novas regras, o servidor terá sua aposentadoria calculada segundo as remunerações usadas como base para as contribuições feitas à Previdência Social e ao regime único a partir de julho de 1994. As aposentadorias e pensões serão reajustadas segundo critérios estabelecidos em lei para a preservação do valor real.

APOSENTADORIA INTEGRAL

A aposentadoria integral pelas regras atuais é garantida a todos os servidores que, até o dia da publicação da Emenda Constitucional, tenham preenchido os requisitos e também a todo servidor que tenha ingressado no serviço público até a publicação, caso cumpram os seguintes prazos: 35 anos de contribuição para homem e 30 anos para mulher; 60 anos de idade para homem e 55 anos para mulher; 20 anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

APOSENTADORIA PROPORCIONAL

Para os servidores que quiserem se aposentar proporcionalmente pelo tempo de serviço, de acordo com as regras de transição estipulada pela reforma feita no governo Fernando Henrique Cardoso, haverá um desconto de 5% sobre os proventos por ano de antecipação em relação à idade mínima (60 anos para homem e 55 para mulher). Entretanto, o cálculo do valor da aposentadoria obedecerá à média das contribuições, tanto do Regime Geral quanto do Regime Único, segundo as novas regras.

PENSÃO

A pensão integral será garantida até o valor de R\$ 2.400. A esse valor será acrescido 50% da parcela excedente. Essa regra não se aplica aos militares e para os policiais militares, uma lei específica disciplinará o tema.

ABONO

Aos servidores atuais que já tenham condições de se aposentar ou àqueles que venham a adquirir esse direito após a promulgação da Emenda, será garantido abono pecuniário no valor de sua contribuição previdenciária até quando atingirem a idade de aposentadoria compulsória. Esse abono valerá também para os que venham a ter condições de se aposentar proporcionalmente.

CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS

A contribuição de inativos será cobrada de todos os aposentados e pensionistas, independentemente de já estarem aposentados ou virem a se aposentar. Ela será cobrada somente sobre o valor que superar 50% do teto da Previdência Social. Como hoje ele está estipulado em R\$ 2.400 pela PEC 40/03, a contribuição seria sobre o que exceder R\$ 1.200.

NOVO TETO DO REGIME GERAL

O novo teto do Regime Geral da Previdência Social será aumentado para R\$ 2.400, reajustados pelos mesmos índices usados para os demais benefícios.

PARIDADE

A paridade fica garantida para os atuais aposentados e pensionistas e para aqueles que já tenham condições de se aposentar até a data de publicação da Emenda Constitucional. No caso dos servidores que cumpram as novas exigências para ter direito a proventos integrais, a paridade fica garantida na forma da lei. Nesta lei ficariam discriminadas quais parcelas da remuneração seriam reajustadas pelos mesmos índices dos trabalhadores da ativa.

SUBTETO DO JUDICIÁRIO

As remunerações de todos os membros dos três Poderes Públicos e de todos os servidores serão limitadas ao subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio do governador para o Executivo e o subsídio dos deputados estaduais e distritais, no âmbito do Legislativo. No caso do Poder Judiciário nos Estados e no DF, o limite será o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, que não poderá ultrapassar 85,5% do subsídio do Supremo Tribunal Federal. Para os municípios, o limite será o subsídio do prefeito.

CONTRIBUIÇÃO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

A cobrança de contribuição dos servidores estaduais e municipais passa a ser obrigatória em alíquota não inferior à contribuição dos servidores da União, hoje de 11%.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Os entes federados instituirão regime de previdência complementar para os servidores que se enquadrarem nas novas regra de aposentadoria por meio de lei de iniciativa do Executivo. O regime será de entidades fechadas, de natureza pública, oferecendo aos seus participantes benefícios somente na modalidade contribuição definida. Com isso, ficaria eliminada a possibilidade de o servidor contar com a modalidade de benefício definido, em que ele sabe quanto receberá de complementação.

EXCEÇÕES À REGRA GERAL

O relator acrescentou outras exceções ao cálculo proporcional das aposentadorias segundo as novas regras (média das remunerações, seja no serviço público ou no regime geral). Além do caso de invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, ele incluiu moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 33

Reforma da Previdência - 6/8/2003 10h05

Bancada do PFL discute Reforma da Previdência

A Bancada do PFL reúne-se hoje, às 14 horas, no auditório do Espaço Cultural, para discutir a Reforma da Previdência (PEC 40/03). A matéria foi aprovada nesta madrugada, na forma de uma emenda substitutiva, que introduz modificações no substitutivo do deputado José Pimentel (PT-CE), aprovado na comissão especial. A votação dos destaques está prevista para a sessão de hoje, cuja Ordem do Dia começa às 16 horas.

Da Redação/CL

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 34

Tempo Real - 6/8/2003 10h16

Cancelada audiência na Reforma do Judiciário

Foi cancelada a reunião que a Comissão da Reforma do Judiciário faria hoje com o presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, desembargador José Fernandes Filho. O cancelamento deve-se à votação da Reforma da Previdência (PEC 40/03) pelo Plenário da Casa nesta tarde.

A nova data do encontro ainda não foi definida, mas deve ser remarcada para a semana que vem.

Da Redação/ ND

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 35

Hoje – 6/8/2003 10h38

Deputados falam sobre voto na Reforma da Previdência

Os deputados do PT que se abstiveram na votação da proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03) aprovada nesta madrugada vão conceder entrevista coletiva às 11 horas, na sala do Conselho de Ética da Câmara – sala 51, ala A, atrás do plenário 7.

Os deputados são: Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP), João Alfredo (CE), Maninha (DF), Mauro Passos (SC), Orlando Fantazzini (SP), Paulo Rubem Santiago (PE) e Walter Pinheiro (BA).

A matéria foi aprovada com 358 votos, na forma de uma emenda aglutinativa que modificou pontos do substitutivo do deputado José Pimentel (PT/CE) aprovado na comissão especial. A votação dos destaques está prevista para a sessão ordinária de hoje do Plenário, cuja Ordem do Dia começa às 16 horas.

Da Redação/LC

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Nº 36

Reforma da Previdência - 6/8/2003 12h17

Votação foi democrática, diz João Paulo

"Os deputados ajudaram a mudar o Brasil". A avaliação é do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que considerou positiva a aprovação do primeiro turno da Reforma da Previdência (PEC 40/03) nesta madrugada. Foram mais de nove horas de discussões em que, no fim, a Base Aliada votou unida e teve a ajuda dos partidos de Oposição. Mas os governistas encontraram a resistência de três deputados do PT: Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE), que votaram contra à proposta. Além disso, oito deputados petistas abstiveram-se da votação.

O presidente João Paulo Cunha enfatizou que a votação foi democrática porque todos se manifestaram. "Evidentemente, houve muita tensão, preocupação e emoção, mas todos conseguiram se manifestar; a Câmara também pôde perceber que tem uma parcela grande de servidores que estão contra à reforma, e os deputados tiveram a garantia de expressar suas opiniões e seus votos. Eu acho que o Brasil ganhou e a democracia também".

O processo de votação da Reforma da Previdência continua hoje no Plenário com os destaques para votação em separado das bancadas.

A Ordem do Dia inicia-se às 16 horas.

Leia mais:

[Seminário de Educação será no setor de clubes](#)

Reportagem - Alexandre Lemos

Edição - Regina Céli Assumpção

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 37

Reforma da Previdência - 6/8/2003 12h33

Líderes decidem votação de destaques

Começou há pouco a reunião na Liderança do Governo com os líderes da Base Aliada e do Governo com o relator da Reforma da Previdência (PEC 40/03), deputado José Pimentel (PT-CE). Eles vão decidir se votam hoje ou não os destaques ao texto da reforma aprovado na madrugada de hoje.

O líder do Governo, deputado Professor Luizinho (PT-SP), e o líder do PT, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), defendem a votação de alguns destaques ainda hoje; no entanto, o Governo ainda está fazendo as contas dos votos para garantir a manutenção do texto aprovado.

Para aprovar os destaques, são necessários no mínimo 308 votos.

Reportagem - Adriana Romeo/ CL

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 38

Reforma da Previdência - 6/8/2003 13h32

Votação de destaques à PEC 40 pode ser adiada

Acabou a reunião dos líderes do Governo e da Base Aliada para discutir a votação dos destaques de votação em separado (DVS) à proposta de reforma da Previdência (PEC 40/03). Não ficou definido se a votação vai começar hoje. O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE) disse que a Base decidiu começar a discussão pelas emendas aglutinativas e deixar os 13 destaques para análise posterior.

No entanto, foi marcada uma reunião às 14h30, no Palácio do Planalto, com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para definir essa questão.

Reportagem – Adriana Romeo

Edição - Claudia Lisboa

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 39

Hoje - 6/8/2003 15h18

Conheça os destaques à Reforma da Previdência

O Plenário da Câmara reúne-se nesta tarde para votar os 13 destaques para votação em separado apresentados pelas bancadas partidárias à proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03). A matéria foi aprovada na madrugada de hoje pela Casa.

Conheça os destaques:

* Destaque 1 - apresentado pelo PSDB, pede para votar em separado o teto e o subteto da remuneração dos servidores públicos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza. Pela emenda, esses não poderão exceder o subsídio mensal do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), aplicando-se como limite nos Estados e no DF, no âmbito dos respectivos poderes, o subsídio mensal do Governador, dos Deputados Estaduais e dos Desembargadores do Tribunal de Justiça; e estes, aos membros do Ministério Público, aos Procuradores de Estado e do Distrito Federal e Defensores Públicos, e, nos Municípios, o Prefeito, se inferior.

- * Destaques 2 e 3 - ambos do PTB, pedem a supressão, do artigo anterior, das expressões: "...ou de qualquer outra natureza" e "...percebidos cumulativamente ou não".
- * Destaques 5 e 6 - do PFL e do PL, respectivamente, pedem a votação em separado do subteto para o salário da magistratura nos Estados limitado a 85,5% do salário de ministro do STF.
- * Destaque 7 - do PFL, pede o fim da taxaço de inativos e pensionistas com percentual igual ao estabelecido para os titulares de cargos efetivos;
- * Destaque 8 - do PCdoB, pede a supressão da taxaço de inativos e pensionistas;
- * Destaque 9 - do PFL, pede a votação em separado do valor do teto das pensões, limitado a R\$ 2.400 com reduço de 50% do que exceder a esse valor;
- * Destaque 10 - do Prona, pede que se retire da Reforma a definiço de que o plano de previdência complementar dos servidores será no regime de contribuço definida;
- * Destaque 11 - do PSDB, propõe que a idade de aposentadoria aumentará em seis meses a cada período completo de 12 meses, contados a partir de 1.º de janeiro do ano subsequente à promulgaço da Emenda, até atingir os limites de idade estabelecidos de 55 para mulheres e 60 para homens, evitando que haja o redutor de 5% ao ano sobre o valor da aposentadoria que ocorrer antes das idades previstas na reforma;
- * Destaque 12 - do PDT, pede o fim da taxaço de inativos e pensionistas;
- * Destaque 13 - do PSDB, pede a votação em separado do dispositivo que obriga a permanência de dez anos de exercício efetivo no cargo para a aposentadoria integral; e
- * Destaque 14 - do PL, pede para suprimir do texto a expressáo "ficando, o destes últimos, limitado a 85,5% do subsídío mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal", referindo-se aos subsídios dos magistrados nos estados.

Reportagem - Patricia Roedel

Ediço – Paulo Cesar Santos

(Reproduço autorizada mediante citaço da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara

Nº 40

Reforma da Previdência – 6/8/2003 16h22

Líderes ainda discutem estratégia de votações

Os líderes governistas continuam discutindo como será o andamento da votação dos 13 destaques e cinco emendas aglutinativas da proposta da Reforma da Previdência (PEC 40/03).

O vice-líder do Governo na Câmara, Professor Luizinho (PT/SP), afirmou hoje que o Governo precisa de segurança para colocar a matéria em pauta, principalmente porque há pontos polêmicos, como o subteto para o Judiciário estadual e taxaço dos inativos.

Já o líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), reafirmou que o Governo vai lutar para manter como teto os 85,5 % do valor do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal para a magistratura estadual, ao contrário dos 90, 25% defendidos pelo Judiciário e apresentados no destaque para voto em separado da proposta.

Pellegrino explicou que, para derrubar os destaque, é a base governista que precisa garantir o mínimo de 308 votos em Plenário. Já para ter as emendas aprovadas, é a Oposição que deve lutar por esse número.

Como o texto base da Reforma foi aprovado na madrugada de hoje com 62 votos da Oposição e a base aliada não atingiu os 308 votos necessários para assegurar a aprovação da matéria sozinha, mas apenas 296, os líderes governistas precisam contar cada voto antes de levar os destaques a Plenário.

OPOSIÇÃO É PRECIONADA

Os votos vindos da base aliada, 296, não seriam suficientes para a aprovação da emenda constitucional, que exige um mínimo de 308 votos. Os votos restantes foram dados pelo PFL, com 33 votos favoráveis dos 69 deputados, e pelo PSDB, com 29 votos favoráveis dos 57 deputados. O PFL e o PSDB justificam que os votos a favor da Reforma da Previdência foram em razão de um pedido dos governadores dos dois partidos, que desejavam a aprovação do texto.

O vice-líder do PSDB na Câmara, Luiz Carlos Hauly (PR), avalia que os votos do partido não significam apoio ao governo, mas apenas uma oposição responsável. “Para se governar qualquer País do mundo o governo tem que ter maioria no Parlamento. O caso brasileiro é especial, o Governo contou com os votos do PFL e do PSDB, mas não conta com o apoio de governabilidade”, aponta.

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), também afirma que a Oposição não é destrutiva e pensa nos interesses do Brasil. “Não iremos, em nenhuma hipótese fazer acordo com o Governo. Mas existem temas com os quais alguns deputados do PFL se sentem profundamente comprometidos. A maioria entendeu que a Reforma era aquém do necessário e decidimos votar contra. Mas reconhecemos que alguns deputados, por convicção e combinando com a posição de seus governadores, terminaram dando a vitória ao Governo.”

O PFL e o PSDB apresentaram três destaques de bancada a que cada um tem direito e pretendem defender essa posição durante a votação.

Reportagem – Adriana Romeo e Gizele Benitz

Edição – Daniela André

Produção autorizada mediante citação da Agência.

Nº 41

Reforma da Previdência - 6/8/2003 17h05

Saiba como cada deputado votou na Reforma

No link abaixo, você terá acesso à orientação de votação dada pelos partidos e ao voto de cada deputado, por estado, à Reforma da Previdência (PEC 40/03). A votação ocorreu nesta madrugada.

[Clique para ver como votou cada deputado](#)

Nº 42

Reforma da Previdência - 6/8/2003 20h53

Reiniciada sessão da Câmara

O primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), acaba de abrir a sessão extraordinária, dando início a “breves comunicações”, enquanto o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, finaliza a reunião com os líderes partidários em que está sendo discutido um acordo para o procedimento de votação dos destaques e emendas ao texto da Reforma da Previdência (PEC 40/03).

A Ordem do Dia, que dará continuidade à votação da PEC 40/03, deve iniciar logo após à comunicação dos parlamentares.

Da Redação/LC

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 43

Reforma da Previdência - 6/8/2003 22h06

Câmara inicia Ordem do Dia do Plenário

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, dá início neste momento à Ordem do Dia da sessão extraordinária para votação dos destaques apresentados pelas bancadas ao texto da Reforma da Previdência (PEC 40/03). A matéria foi aprovada na madrugada de hoje.

Está em votação requerimento para inversão da pauta, a fim de que sejam apreciadas primeiramente as emendas aglutinativas e, em seguida, os destaques.

Da Redação/LC

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 44

Reforma da Previdência - 6/8/2003 22h19

Emendas aglutinativas serão votadas primeiro

O Plenário da Câmara acaba de aprovar, por votação nominal - 247 votos sim, 19 não e uma abstenção – a inversão da pauta do Plenário da Câmara, para que as cinco emendas aglutinativas apresentadas ao texto da Reforma da Previdência (PEC 40/03) sejam votadas antes dos destaques de bancada.

Da Redação/LC

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 45

Reforma da Previdência - 7/8/2003 0h30

João Paulo convoca sessão para as 11 horas

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, convocou sessão extraordinária para hoje, às 11 horas, a fim de continuar a votação dos destaques à Reforma Previdenciária (PEC 40/03).

O Plenário continua apreciando emendas aglutinativas e destaques de bancada apresentados ao texto da Reforma da Previdência (PEC 40/03).

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Luciana César

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 46

Reforma da Previdência - 7/8/2003 4h21

Plenário avança na votação de destaques à reforma

Na votação mais esperada da noite, os deputados mantiveram a contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas ao rejeitarem por 326 votos a 163 o Destaque de Votação em Separado do PFL que pedia a exclusão deste dispositivo do texto da Reforma da Previdência (PEC 40/03). Por acordo entre as lideranças fechado na noite de ontem, outros dois destaques sobre o mesmo tema, um do PCdoB e um do PDT, ficaram prejudicados e não foram votados. Dentre os partidos da base do Governo, somente o PDT juntou-se ao PFL e Prona contrariamente à cobrança, enquanto o PCdoB liberou sua bancada para votação.

ACORDOS

Uma das principais mudanças aprovadas, resultantes de acordo, foi a definição de um subteto para o Judiciário estadual no valor de 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, incluindo também os procuradores estaduais neste limite, além do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Outra alteração feita pela Câmara, decorrente também da reunião dos líderes, incluiu uma transição para os servidores que venham a se aposentar com proventos proporcionais de acordo com as regras já estipuladas pela reforma feita no governo Fernando Henrique Cardoso. O desconto de 5% sobre o provento por cada ano que faltar para atingir a nova idade requerida (60 anos para homem e 55 anos para mulher) fica reduzido para 3,5% nos anos de 2004 e 2005, voltando a ser de 5% a partir de 1º de janeiro de 2006.

REJEIÇÕES

Os parlamentares rejeitaram ainda duas emendas aglutinativas apresentadas pelo PFL. A primeira explicitava diversos requisitos para a criação de um fundo de previdência complementar, tais como ser de fundo público, ter capitalização em conta individual, garantia do Tesouro, gestão paritária e vedação do uso dos recursos para o pagamento de juros ou amortização de dívidas públicas.

A segunda atribuía aos ministros do Tribunal de Contas da União as mesmas garantias e regras de aposentadoria dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, como a totalidade de sua remuneração, que deveria ser revista com paridade em relação aos magistrados em atividade, inclusive com extensão de quaisquer benefícios ou vantagens.

PRÓXIMA VOTAÇÃO

Os demais destaques ficaram para a próxima semana, pois os vários partidos entraram em obstrução na votação de requerimento que pedia prioridade para o destaque sobre a exclusão do redutor das pensões. A sessão extraordinária prevista para amanhã, às 11 horas, fica cancelada.

Reportagem - Eduardo Piovesan

Edição - Luciana César

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido

Nº 47

Reforma da Previdência - 7/8/2003 18h59

Votação da Previdência continua na terça

A votação da Reforma da Previdência (PEC 40/03) em primeiro turno deve ser concluída na próxima semana, com a apreciação de quatro destaques e duas emendas ao substitutivo aprovado pelo Plenário na madrugada de quarta-feira.

O texto original, enviado pelo Executivo, sofreu várias modificações desde o início da tramitação da matéria. O primeiro conjunto de alterações foi apresentado pelo relator da proposta na comissão especial, José Pimentel (PT-CE). O substitutivo foi aprovado sem emendas.

Um novo texto, no entanto, acabou sendo apresentado em Plenário pelo relator, na forma de emenda aglutinativa substitutiva. A emenda, aprovada na madrugada do último dia 6, foi resultado de um acordo entre os líderes da base aliada e incluiu mudanças no subteto dos juízes estaduais e no teto de isenção para as pensões.

MUDANÇAS APROVADAS

Na sessão extraordinária de ontem à noite, os deputados começaram a apreciar os destaques de bancada e as emendas.

Uma das principais mudanças aprovadas, resultantes de acordo, foi a definição de um subteto para o Judiciário estadual no valor de 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Procuradores estaduais, membros do Ministério Público e defensores públicos também estarão sujeitos a esse limite.

Outra alteração decorrente da reunião de líderes incluiu uma regra de transição para os servidores que venham a se aposentar com proventos proporcionais, de acordo com as regras já estipuladas pela reforma feita no governo Fernando Henrique Cardoso. O desconto de 5% sobre o provento por cada ano que faltar para atingir a nova idade requerida (60 anos para homem e 55 anos para mulher) fica reduzido para 3,5% nos anos de 2004 e 2005, voltando a ser de 5% a partir de 1º de janeiro de 2006.

TAXAÇÃO DOS INATIVOS

Os deputados mantiveram a contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas ao rejeitarem, por 326 votos a 163, o Destaque de Votação em Separado do PFL que pedia a exclusão desse dispositivo do texto da Reforma. Outros dois destaques sobre o mesmo tema, do PCdoB e do PDT, ficaram prejudicados e não foram votados. Entre os partidos da base do Governo, somente o PDT juntou-se ao PFL e ao Prona contrariamente à cobrança, enquanto o PCdoB liberou sua bancada para votação.

Os parlamentares rejeitaram ainda duas emendas aglutinativas apresentadas pelo PFL. A primeira explicitava diversos requisitos para a criação de um fundo de previdência complementar - como natureza pública, capitalização em conta individual, garantia do Tesouro, gestão paritária e vedação do uso de seus recursos para o pagamento de juros ou amortização de dívidas públicas. A segunda atribuía aos ministros do Tribunal de Contas da União as mesmas garantias e regras de aposentadoria dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, como a totalidade de sua remuneração, que deveria ser revista com paridade em relação aos magistrados em atividade, inclusive com extensão de quaisquer benefícios ou vantagens.

ITENS PENDENTES

Entre os itens pendentes que devem ser apreciados na próxima terça-feira, estão:

- 1 - Destaque do PFL que mantém o texto constitucional, garantindo a integralidade das pensões, diferentemente do texto aprovado, que determina o pagamento integral apenas para os pensionistas que ganhem até R\$ 2.400.
- 2 - Destaque do PSDB que muda de dez para cinco anos o tempo de exercício no cargo, uma das pré-condições para a aposentadoria integral, mantendo, dessa forma, o atual texto da Constituição.
- 3 - Dois destaques do PTB suprimem partes do texto do relator que restringem o acúmulo de vencimentos para efeito de aposentadoria.
- 4 - Emenda que faz uma pequena alteração no artigo que regulamenta o pagamento das pensões.
- 5 - Emenda que estabelece critérios diferentes para o cálculo da contribuição dos inativos do setor público nos estados e União. O novo limite de isenção seria de R\$ 1.440 para a contribuição

previdenciária dos servidores aposentados da União e de R\$ 1.200 para os aposentados dos estados, municípios e Distrito Federal.

[Veja a íntegra atualizada do texto da Reforma](#)

Reportagem - Aprígio Nogueira

Edição - Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara

Nº 48

Aconteceu - 8/8/2003 10h58

Segurança conclui relatório de invasão do Congresso

A polícia legislativa concluiu ontem o relatório preliminar sobre os atos de vandalismo que resultaram na quebra de vidros da fachada do Congresso Nacional - prédio tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. A estimativa é de que mais de 80 pessoas estejam envolvidas na tentativa de invasão do Salão Negro, na última quarta-feira (6), ocorrida durante a manifestação de servidores públicos contra a votação da Reforma da Previdência (PEC 40/03). O prejuízo foi avaliado em R\$ 20 mil.

De acordo com o chefe do Serviço de Polícia e Atividades Especiais da Coordenação de Segurança da Câmara, Walber José Salazar de Farias, um relatório preliminar já foi encaminhado ao presidente da Casa, deputado João Paulo Cunha. "Esse relatório não é policial; é um documento administrativo, em que simplesmente são narrados circunstancialmente os fatos ocorridos. Não tem nada a ver com o inquérito policial que será adotado em relação aos responsáveis por atos de vandalismo que quebraram os vidros".

RECONHECIMENTO

As investigações internas, por parte da polícia legislativa, vão prosseguir na tentativa de identificar o maior número possível de pessoas envolvidas na confusão para encaminhar pedido de inquérito ao Ministério Público. Segundo Walber Farias, algumas dessas pessoas já foram reconhecidas. Estão sendo utilizadas imagens em vídeo e fotografias cedidas por veículos de comunicação que cobriram o protesto. "Evidentemente não vai ser possível identificar todos, mas certamente, entre essas pessoas, haverá funcionários e outras pessoas que não são servidores. Independentemente de quem seja, a pessoa será indiciada da mesma forma".

A pena para o crime de danos ao patrimônio público vai de multa à detenção, que varia de seis meses a três anos de prisão, pena que pode ser agravada em virtude da violência das pessoas que atiraram pedras contra as vidraças. Walber Farias informou que não há um prazo para abertura do inquérito policial.

De acordo com o setor de patrimônio da Câmara dos Deputados, o trabalho de reposição dos 195 m³ de vidros quebrados deve durar dois dias.

Leia mais:

[Polícia Legislativa investiga vandalismo](#)

Reportagem - Giuliano Cartaxo

Edição - Regina Céli Assumpção

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 49

A Semana - 11/8/2003 17h49

Plenário vota MPs e Previdência nesta semana

A Câmara dos Deputados deve encerrar esta semana a votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência (PEC 40/03). Estão pendentes quatro destaques para votação em separado (DVS) e duas emendas aglutinativas. O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, convocou sessão extraordinária para amanhã, às 9 horas, quando deverão ser analisadas as três medidas provisórias que estão trancando a pauta de votações do Plenário da Câmara. Se elas forem votadas, às 14 horas, os deputados retomam a votação dos quatro destaques e duas emendas restantes da Reforma da Previdência (PEC 40/03).

Entre as emendas pendentes está a que estabelece o limite de isenção de R\$ 1.440 para a contribuição previdenciária dos servidores aposentados da União (60% do teto da Previdência Geral), mantendo o limite de R\$ 1.200 (50% do teto) para os aposentados dos estados, municípios e Distrito Federal. Acima desses valores, incidirá a cobrança da contribuição dos inativos. A outra emenda resguarda direitos de pensionistas em caso de morte prematura do servidor. Ele disse que há acordo com a Oposição para aprovar as duas emendas.

A exclusão do texto aprovado da redução das pensões dos servidores e da exigência de permanência no cargo por dez anos, no mínimo, das pré-condições para a aposentadoria integral, estão entre os destaques que ainda devem ser votados.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

As medidas provisórias que trancam a pauta são:

- 1 - MP 121/03 que autoriza a criação de duas subsidiárias do Banco do Brasil para atuarem nas áreas de microcrédito e consórcios;
- 2 - MP 122/03 que redireciona parte dos depósitos à vista das instituições financeiras a operações de microcrédito e cria o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS);
- 3 - MP 123/03 que cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e define normas para o setor farmacêutico.

PRAZOS

A expectativa dos líderes da base aliada é de que o primeiro turno da Reforma da Previdência deve ser concluído amanhã ou na quarta-feira. O início da votação em segundo turno exige um intervalo de cinco sessões. Concluída a votação na Câmara, a proposta é enviada ao Senado, onde começa a tramitar pela comissão de Constituição e Justiça, que tem prazo de 30 dias para concluir a análise e apresentar o parecer. Depois de aprovada na CCJ a proposta é encaminhada para análise do plenário do Senado, que também tem que votar o texto em dois turnos, cada um com 49 votos. Se não for alterada no Senado, a Reforma é promulgada e entra em vigor.

Da Redação/PCS

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 50

Hoje - 12/8/2003 8h50

Plenário vota três MPs nesta manhã

A Câmara dos Deputados realiza sessão extraordinária, às 9 horas, para analisar três medidas provisórias que estão trancando a pauta de votações do Plenário. Veja quais são elas:

1 - MP 121/03 - autoriza a criação de duas subsidiárias do Banco do Brasil para atuarem nas áreas de microcrédito e consórcios;

2 - MP 122/03 - redireciona parte dos depósitos à vista das instituições financeiras a operações de microcrédito e cria o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS);

3 - MP 123/03 - cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e define normas para o setor farmacêutico.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Se essas MPs forem votadas, às 14 horas, os deputados passam a votar os quatro destaques de votação em separado (DVS) e duas emendas aglutinativas restantes da Reforma da Previdência (PEC 40/03).

Entre as emendas pendentes está a que estabelece o limite de isenção de R\$ 1.440 para a contribuição previdenciária dos servidores aposentados da União (60% do teto da Previdência Geral), mantendo o limite de R\$ 1.200 (50% do teto) para os aposentados dos estados, municípios e Distrito Federal. Acima desses valores, incidirá a cobrança da contribuição dos inativos.

A outra emenda resguarda direitos de pensionistas em caso de morte prematura do servidor. Ele disse que há acordo com a Oposição para aprovar as duas emendas.

A exclusão do texto aprovado da redução das pensões dos servidores, da exigência de permanência no cargo por dez anos, no mínimo, das pré-condições para a aposentadoria integral, estão entre os destaques que ainda devem ser votados.

PRAZOS

Os líderes da Base Aliada esperam concluir o primeiro turno da Reforma da Previdência hoje ou amanhã. O início da votação em segundo turno exige um intervalo de cinco sessões. Concluída a votação na Câmara, a proposta é enviada ao Senado que também tem que votar o texto em dois turnos, cada um com 49 votos. Se não for alterada no Senado, a Reforma é promulgada e entra em vigor.

Da Redação/ND

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 51

Reforma da Previdência - 12/8/2003 11h05

Líder diz que PFL vai obstruir votação de MPs

O líder do PFL, deputado José Carlos Aleluia (BA), afirmou há pouco que o partido vai obstruir as votações das medidas provisórias que estão trancando a pauta do Plenário (MPs 121, 122 e 123). A estratégia vai permitir que o PFL negocie o destaque do partido que retira as regras que reduzem o valor das futuras pensões do texto aprovado da Reforma da Previdência (PEC 40/03).

Aleluia adiantou que o PFL poderá, inclusive, pedir a verificação de quorum para evitar a votação das MPs. Para votar as medidas, é necessário haver 257 deputados no Plenário da Casa.

Leia mais:

[Plenário vota três MPs nesta manhã](#)

Reportagem - Adriana Romeo
Edição - Natalia Doederlein

Nº 52

Aconteceu - 12/8/2003 13h44

Câmara repõe vidros quebrados

A Câmara concluiu ontem a colocação dos vidros quebrados na última quarta-feira (6), durante protesto de servidores públicos contra a aprovação da Reforma da Previdência (PEC 40/03). Os reparos foram feitos pela empresa Cristal Vidros, que pôde efetuar os serviços por dispensa de licitação, com base no artigo 24 da Lei 8666/93.

De acordo com informações do Departamento de Material e Patrimônio da Câmara, foram gastos R\$ 13.623,28 com o trabalho de reposição de 53 vidros, equivalentes a 195 metros quadrados de vidros localizados na fachada principal do Congresso Nacional.

Da Redação/RCA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 53

Tempo Real - 12/8/2003 20h09

Oposição não vai obstruir votações

Iniciou-se há pouco a Ordem do Dia da terceira sessão extraordinária de hoje. As lideranças partidárias fecharam acordo em torno dos últimos pontos restantes para a votação da Reforma da Previdência (PEC 40/03). Assim, deverão ser votadas ainda hoje as duas medidas provisórias (122/03 e 123/03) que trancam a pauta de votações. Com esse acordo, a Oposição não obstruirá mais os trabalhos.

As lideranças discutirão - até a sessão que será convocada para amanhã, às 13 horas - modificações no sistema de redutores para as pensões e outros aspectos envolvendo os destaques e emendas aglutinativas que faltam para se encerrar o primeiro turno da PEC 40/03.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Patricia Roedel

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 54

Consolidada- 12/8/2003 22h30

Câmara aprova medidas provisórias e destranca pauta

Em um esforço concentrado de votações, a Câmara destrancou hoje a pauta da ordem do Dia aprovando as três medidas provisórias que impediam a continuidade da apreciação dos destaques à Proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência (PEC 40/03), que deverá acontecer em sessão extraordinária convocada para as 13 horas de amanhã.

Um acordo entre as lideranças partidárias permitiu o fim das obstruções da Oposição na votação das MPs 121/03 a 123/03. As discussões em torno dos destaques da Previdência continuarão até a sessão de amanhã.

BANCO DO BRASIL

A Medida Provisória 121/03 autoriza o Banco do Brasil a criar duas subsidiárias, sendo um banco múltiplo, como objetivo de oferecer microcrédito a pessoa física de baixa renda e microempresários, sem obrigatoriedade de comprovação de renda; e uma administradora de consórcios, destinada a facilitar o acesso a bens duráveis de consumo. Neste caso, serão incluídas também as pessoas de baixa renda, com ou sem comprovação de renda.

As subsidiárias poderão participar majoritariamente ou minoritariamente do capital de sociedade de crédito ao microempreendedor e de outras empresas privadas, desde que isso seja necessário ao alcance de seus objetivos sociais. A estimativa do Governo é de que haja 100 milhões de pessoas classificadas como população de baixa renda, e que 5 milhões de pessoas com mais de 18 anos vivem em 1667 municípios nos quais não há agências bancárias. A prestação de serviços financeiros à população não assistida se mostraria viável dentro de uma estratégia e estrutura de custos específicas para as peculiaridades desse mercado.

Uma das poucas alterações introduzidas pelo relator, deputado Neuton Lima (PTB/SP), determina que o banco múltiplo não se condicionará aos resultados de consultas a bancos de dados e órgãos de proteção ao crédito, como a Serasa e o SPC, para a realização de suas operações.

O banco poderá oferecer diversos serviços bancários, atuar em parcerias com organismos multilaterais, entidades do Terceiro Setor ou com cooperativas de crédito voltadas ao segmento de baixa renda. A administradora de consórcios permitirá, segundo o Governo, ampliar o mercado e atingir não somente os clientes do banco pelo oferecimento de uma nova forma de aquisição de bens de consumo duráveis.

Reportagem - Eduardo Piovesan

Edição – Patrícia Roedel

(Produção autorizada mediante citação da Agência)

Nº 55

Reforma da Previdência - 13/8/2003 10h03

Câmara deve concluir primeiro turno da Previdência

Está marcada para as 13 horas a sessão extraordinária que dará prosseguimento à votação dos destaques à Reforma da Previdência (PEC 40/03).

O líder do PTB, Roberto Jefferson (RJ), anunciou que o partido vai retirar os dois destaques que apresentou ao texto aprovado pelo Plenário no último dia 6. Eles suprimem da reforma a restrição ao acúmulo de vencimentos para efeito de aposentadoria.

Com a retirada dos destaques do PTB, o Plenário terá que apreciar ainda dois destaques e duas emendas para concluir a votação da Reforma da Previdência em primeiro turno. Os líderes da base aliada anunciaram que vão discutir um novo acordo para a votação dos itens pendentes.

ACORDOS

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), disse que será elaborada uma nova emenda aglutinativa para modificar a redação do destaque que trata da taxa dos pensionistas. A idéia é fazer um inciso para incluir a isenção total para os pensionistas inválidos e para as pensões geradas por morte acidental.

Além dessa emenda, a base trabalha para fechar outros acordos com o PSDB.

Já o PFL é o partido mais resistente às negociações. O líder do partido, José Carlos Aleluia (BA), quer manter o destaque que garante a integralidade das pensões, como prevê hoje a Constituição. Pelo texto aprovado em Plenário, os valores acima de R\$ 2.400 sofrerão um desconto de 50%. Sobre o que restar, ainda incide a taxa de 11% para a Previdência.

Caso não se chegue ao consenso até a hora da votação, a disposição dos líderes governistas é de decidir o destaque do PFL no voto.

PENDÊNCIA

Leia os itens que ainda precisam ser votados na Câmara para concluir a apreciação da Reforma da Previdência em primeiro turno:

1 - Destaque do PFL que mantém o texto constitucional e garante a integralidade das pensões, diferentemente do texto aprovado, que determina o pagamento integral apenas para os pensionistas que ganhem até R\$ 2.400.

2 - Destaque do PSDB que muda de dez para cinco anos o tempo de exercício no cargo, uma das pré-condições para a aposentadoria integral. Mantém, dessa forma, o atual texto da Constituição.

3 - Emenda que faz uma pequena alteração no artigo que regulamenta o pagamento das pensões.

5 - Emenda que estabelece critérios diferentes para o cálculo da contribuição dos inativos do setor público nos estados e União. O novo limite de isenção seria de R\$ 1.440 para a contribuição previdenciária dos servidores aposentados da União e de R\$ 1.200 para os aposentados dos estados, municípios e Distrito Federal.

Reportagem - Alexandre Lemos

Edição - Regina Céli Assumpção

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV

Nº 56

Reforma da Previdência - 13/8/2003 10h03

Câmara deve concluir primeiro turno da Previdência

Está marcada para as 13 horas a sessão extraordinária que dará prosseguimento à votação dos destaques à Reforma da Previdência (PEC 40/03).

O líder do PTB, Roberto Jefferson (RJ), anunciou que o partido vai retirar os dois destaques que apresentou ao texto aprovado pelo Plenário no último dia 6. Eles suprimem da reforma a restrição ao acúmulo de vencimentos para efeito de aposentadoria.

Com a retirada dos destaques do PTB, o Plenário terá que apreciar ainda dois destaques e duas emendas para concluir a votação da Reforma da Previdência em primeiro turno. Os líderes da base aliada anunciaram que vão discutir um novo acordo para a votação dos itens pendentes.

ACORDOS

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), disse que será elaborada uma nova emenda aglutinativa para modificar a redação do destaque que trata da taxa de contribuição dos pensionistas. A idéia é fazer um inciso para incluir a isenção total para os pensionistas inválidos e para as pensões geradas por morte acidental.

Além dessa emenda, a base trabalha para fechar outros acordos com o PSDB.

Já o PFL é o partido mais resistente às negociações. O líder do partido, José Carlos Aleluia (BA), quer manter o destaque que garante a integralidade das pensões, como prevê hoje a Constituição. Pelo texto

aprovado em Plenário, os valores acima de R\$ 2.400 sofrerão um desconto de 50%. Sobre o que restar, ainda incide a taxação de 11% para a Previdência.

Caso não se chegue ao consenso até a hora da votação, a disposição dos líderes governistas é de decidir o destaque do PFL no voto.

PENDÊNCIA

Leia os itens que ainda precisam ser votados na Câmara para concluir a apreciação da Reforma da Previdência em primeiro turno:

1 - Destaque do PFL que mantém o texto constitucional e garante a integralidade das pensões, diferentemente do texto aprovado, que determina o pagamento integral apenas para os pensionistas que ganhem até R\$ 2.400.

2 - Destaque do PSDB que muda de dez para cinco anos o tempo de exercício no cargo, uma das pré-condições para a aposentadoria integral. Mantém, dessa forma, o atual texto da Constituição.

3 - Emenda que faz uma pequena alteração no artigo que regulamenta o pagamento das pensões.

5 - Emenda que estabelece critérios diferentes para o cálculo da contribuição dos inativos do setor público nos estados e União. O novo limite de isenção seria de R\$ 1.440 para a contribuição previdenciária dos servidores aposentados da União e de R\$ 1.200 para os aposentados dos estados, municípios e Distrito Federal.

Reportagem - Alexandre Lemos

Edição - Regina Céli Assumpção

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV

Nº 57

Reforma da Previdência - 13/8/2003 10h05

João Paulo e líderes discutem Reforma da Previdência

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, reúne-se com o Colégio de Líderes às 11 horas, no gabinete da Presidência, para discutir a Reforma da Previdência (PEC 40/03).

Reportagem - Beth Veloso/CL

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 58

Reforma da Previdência - 13/8/2003 12h41

Emenda aglutinativa deve acelerar votação da PEC 40

O vice-líder do Governo, deputado Professor Luizinho (PT-SP), disse há pouco que a reunião de líderes, que está sendo realizada no gabinete da Presidência, caminha para um acordo sobre a votação dos destaques da proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03). O parlamentar adiantou que deverá ser elaborada uma emenda aglutinativa com os pontos de consenso e explicou que isso permitiria a retirada de três dos quatro destaques que estão pendentes - dois do PTB e um do PSDB.

Já o líder do PFL, José Carlos Aleluia (BA), advertiu que o partido não retirará seu destaque contra o redutor das pensões.

O deputado Professor Luizinho (PT-SP) informou que esse ponto será negociado com o PFL até a votação. Ele disse, ainda, que os partidos da base aliada vão divulgar uma nota contra mudanças no subteto.

Reportagem - Adriana Romeo

Edição - Natalia Doederlein

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 59

Tempo Real - 13/8/2003 16h16

Iniciada Ordem do Dia

O plenário iniciou há pouco a Ordem do Dia. O presidente João Paulo Cunha afirmou que o acordo inicial estabelecido na reunião com os líderes partidários estipulou três votações para hoje:

1 - O destaque de votação em separado do PFL que pede a supressão da parte do texto que prevê redução das pensões, garantindo, assim, a integralidade das pensões, diferentemente do texto aprovado, que determina o pagamento integral apenas para os pensionistas que ganhem até R\$ 2.400.

2 – Emenda aglutinativa, reunindo os dois destaques apresentados pelo PTB que prevêem a retirada de termos que impedem a acumulação de proventos e outras vantagens acima do teto.

3 - Emenda aglutinativa, reunindo outras três propostas de alteração (garantia das pensões decorrentes de morte de servidor da ativa, destaque do PSDB que pede a supressão da exigência de dez anos no cargo para aposentadoria integral e a elevação para R\$ 1.440 do limite de isenção para a contribuição previdenciária dos servidores da União).

Os deputados discutem, nesse momento, requerimento do PFL que pede a retirada de pauta da PEC 40/03.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 60

Tempo Real - 13/8/2003 17h27

Sessão plenária é reaberta, mas reunião continua

O vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), reabriu neste momento a sessão extraordinária do Plenário destinada a votar os itens pendentes da Reforma da Previdência (PEC 40/03).

A reunião dos líderes partidários com o presidente João Paulo Cunha, no entanto, continua. Eles estão conversando com o relator da PEC da Previdência, deputado José Pimentel (PT-CE), com o objetivo de tentar um acordo para a votação dos destaques e emendas pendentes.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Patricia Roedel

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 61

Reforma da Previdência - 13/8/2003 18h10

Partidos fecham acordo sobre redutor de pensões

Após reunião interna do partido, o PFL fechou acordo com os líderes da base aliada para a conclusão da votação da Reforma da Previdência (PEC 40/03) em primeiro turno.

Os representantes do partido, Pauderney Avelino (AM) e José Carlos Aleluia (BA), disseram que o PFL vai votar o destaque que trata da integralidade das pensões e não obstruirá mais as votações. Em contrapartida, o Governo se comprometeu a fazer uma emenda ao texto que diminui o redutor das pensões de 50% para 30%. O PFL também assumiu o compromisso de não apresentar nenhum destaque à Reforma no segundo turno das votações.

O acordo inclui ainda a sugestão do PSDB que reduz de dez para cinco anos o tempo necessário de permanência no cargo para a aposentadoria integral do servidor público. Assim, o primeiro turno deve encerrar-se hoje, em votação que deverá ser retomada daqui a pouco, em sessão extraordinária.

Reportagem - Tatiana Azevedo

Edição - Patricia Roedel

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 62

Reforma da Previdência - 13/8/2003 23h41

Negociações garantiram conclusão da Reforma

A Câmara dos Deputados concluiu na noite de hoje as votações de primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência (PEC-40/03). As principais alterações, consolidadas por meio das negociações entre as lideranças partidárias, foram a diminuição do redutor das pensões para 30%, a ser aplicado na parcela acima do valor de R\$ 2,4 mil, e o limite de R\$ 1,44 mil para os aposentados e pensionistas da União como isenção da cobrança de contribuição previdenciária.

As mudanças foram introduzidas no texto por uma emenda aglutinativa surgida da negociação finalizada na tarde de hoje. Com o novo redutor para as pensões que serão concedidas após a promulgação da Emenda Constitucional, o valor que ultrapassar os R\$ 2,4 mil sofrerá redução de 30% e não mais de 50%. Assim, uma aposentadoria de R\$ 6 mil que se transformar em pensão passará a ter o valor de R\$ 4.920,00 (R\$ 2,4 mil mais 70% de R\$ 3,6 mil). No caso das pensões decorrentes de

morte do servidor da ativa, ela garante a pensão na totalidade da remuneração até o limite de R\$ 2,4 mil, também com o redutor de 30%.

TETO

De acordo com o mesmo texto, para os servidores da União, a contribuição previdenciária de 11% será cobrada somente sobre o que exceder 60% do teto do Regime da Previdência Geral, que a PEC 40/03 eleva para R\$ 2,4 mil, perfazendo R\$ 1,44 mil. Para os aposentados e pensionistas dos estados, Distrito Federal e municípios não houve mudanças neste ponto, permanecendo o limite de R\$ 1,2 mil.

Quanto às regras para conquistar a aposentadoria integral, que também será pela totalidade da remuneração, na forma da lei, a exigência de permanência em efetivo exercício no cargo em que ocorrer a aposentadoria passa a ser de cinco anos, mas o servidor também terá de ter dez anos na carreira.

DESTAQUES REJEITADOS

Os deputados rejeitaram dois Destaques de Votação em Separado do PTB que pediam a exclusão de expressões do artigo da Constituição que tratam do teto do funcionalismo. Essas expressões impedem o recebimento de remunerações acumuladas e de vantagens pessoais “ou de qualquer outra natureza”. Durante a discussão dessa matéria, os deputados apresentaram versões diferentes sobre a interpretação de que parte das verbas dos parlamentares seria atingida por essa vedação.

Outros termos do acordo para a votação foram o compromisso das lideranças partidárias de não apresentarem destaques no segundo turno da votação, a ocorrer na próxima quarta-feira (20), e o aumento da idade imposta à aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos a partir de 1º de janeiro de 2012.

A matéria volta amanhã à Comissão Especial para a elaboração da redação final do vencido e retorna para o segundo turno no Plenário após o intervalo de cinco sessões.

A reunião da Comissão Especial será às 10 horas.

Leia mais:

[Presidente anuncia acordo para votação em plenário](#)

[Concluído primeiro turno da Reforma da Previdência](#)

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Regina Céli Assumpção

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 63

Reforma da Previdência - 14/8/2003 16h34

Leia a íntegra da Reforma aprovada em primeiro turno

A Comissão Especial da Reforma da Previdência (PEC 40/03) finalizou hoje a redação do texto aprovado em primeiro turno, cuja votação foi concluída ontem.

As principais alterações aprovadas ontem foram a diminuição do redutor das pensões para 30%, a ser aplicado na parcela acima do valor de R\$ 2,4 mil, e o limite de R\$ 1,44 mil para os aposentados e pensionistas da União como isenção da cobrança de contribuição previdenciária.

Com o novo redutor para as pensões que serão concedidas após a promulgação da Emenda Constitucional, o valor que ultrapassar os R\$ 2,4 mil sofrerá redução de 30% e não mais de 50%.

Assim, uma aposentadoria de R\$ 6 mil que se transformar em pensão passará a ter o valor de R\$ 4.920 (R\$ 2,4 mil mais 70% de R\$ 3,6 mil).

No caso das pensões decorrentes de morte do servidor da ativa, o texto garante a pensão na totalidade da remuneração até o limite de R\$ 2,4 mil, também com o redutor de 30%.

TETO

A contribuição previdenciária de 11% será cobrada, dos servidores da União, somente sobre o que exceder 60% do teto do Regime da Previdência Geral, que a PEC 40/03 eleva para R\$ 2,4 mil -- o que equivale a R\$ 1,44 mil. Para os aposentados e pensionistas dos estados, Distrito Federal e municípios não houve mudanças neste ponto, permanecendo o limite de R\$ 1,2 mil.

Quanto às regras para conquistar a aposentadoria integral, a exigência de permanência no cargo em que ocorrer a aposentadoria passa a ser de cinco anos, mas o servidor também precisará ter dez anos na carreira.

Entre os termos do acordo para a votação, está o compromisso de as lideranças partidárias não apresentarem destaques no segundo turno da votação, que deverá ocorrer na próxima quarta-feira (20).

[Leia aqui a íntegra do texto aprovado em primeiro turno.](#)

(O documento está no formato pdf)

Leia mais:

[Confira a tramitação das reformas no Congresso](#)

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Patricia Roedel

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 64

Aconteceu - 14/8/2003 16h38

Reforma da Previdência é aprovada em primeiro turno

A Comissão Especial da Reforma da Previdência (PEC 40/03) finalizou hoje a redação do texto aprovado em primeiro turno, cuja votação foi concluída ontem.

As principais alterações aprovadas ontem foram a diminuição do redutor das pensões para 30%, a ser aplicado na parcela acima do valor de R\$ 2,4 mil, e o limite de R\$ 1,44 mil para os aposentados e pensionistas da União como isenção da cobrança de contribuição previdenciária. Com o novo redutor para as pensões que serão concedidas após a promulgação da Emenda Constitucional, o valor que ultrapassar os R\$ 2,4 mil sofrerá redução de 30% e não mais de 50%. Assim, uma aposentadoria de R\$ 6 mil que se transformar em pensão passará a ter o valor de R\$ 4.920 (R\$ 2,4 mil mais 70% de R\$ 3,6 mil).

No caso das pensões decorrentes de morte do servidor da ativa, o texto garante a pensão na totalidade da remuneração até o limite de R\$ 2,4 mil, também com o redutor de 30%.

TETO

A contribuição previdenciária de 11% será cobrada, dos servidores da União, somente sobre o que exceder 60% do teto do Regime da Previdência Geral, que a PEC 40/03 eleva para R\$ 2,4 mil -- o que equivale a R\$ 1,44 mil. Para os aposentados e pensionistas dos estados, Distrito Federal e municípios não houve mudanças neste ponto, permanecendo o limite de R\$ 1,2 mil.

Quanto às regras para conquistar a aposentadoria integral, a exigência de permanência no cargo em que ocorrer a aposentadoria passa a ser de cinco anos, mas o servidor também precisará ter dez anos na carreira.

Entre os termos do acordo para a votação, está o compromisso de as lideranças partidárias não apresentarem destaques no segundo turno da votação, que deverá ocorrer na próxima quarta-feira (20).

[Leia aqui a íntegra do texto aprovado em primeiro turno.](#)

(O documento está no formato pdf)

Leia mais:

[Confira a tramitação das reformas no Congresso](#)

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Patricia Roedel

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 65

Reforma da Previdência - 15/8/2003 17h05

Segundo Turno da Reforma da Previdência é adiado

O início da votação em segundo turno da Reforma da Previdência (PEC 40/03), previsto para a próxima semana, foi adiado para 25 de agosto porque o prazo de cinco sessões de interstício entre os dois turnos só termina na noite de quinta-feira (21). O adiamento foi ocasionado pelo cancelamento da sessão ordinária do Plenário de hoje, por falta de quorum, o que atrasou a contagem das cinco sessões de interstício entre as votações.

Para o vice-líder do Governo na Câmara, Professor Luizinho (PT-SP), a ausência dos parlamentares não significa uma falta de articulação dos líderes da base, mas uma irresponsabilidade dos partidos, que não cumpriram o compromisso de garantir o quorum mínimo para a sessão. "Teve partido que se comprometeu a mandar cinco deputados e mandou um; outro se comprometeu a mandar oito e mandou três. Fizemos as contas, estava tudo certo, mas os partidos não cumpriram com o que prometeram". Professor Luizinho diz estar "bravo" com o atraso, mas afirma que não há crise. "A Previdência não é uma sangria desatada, ela já está votada. No segundo turno há um acordo para não ter emenda".

Segundo o deputado, embora a base aliada conte com 370 deputados em sua composição e a Reforma precise de 308 votos para ser aprovada, o Governo aguarda um quorum de segurança de 490 parlamentares em Plenário para abrir a votação, o que dificilmente seria alcançado em uma quinta-feira à noite, na avaliação do vice-líder.

Reportagem - Adriana Romeo

Edição - Daniela André

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

e-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 66

Reforma da Previdência – 18/8/2003 12h20

Adiado o segundo turno da Reforma da Previdência

O início da votação em segundo turno da Reforma da Previdência (PEC 40/03), previsto para esta semana, foi adiado para a próxima segunda-feira (25) porque o prazo de cinco sessões de interstício entre os dois turnos termina somente na noite de quinta-feira (21). O adiamento foi ocasionado pelo cancelamento da sessão ordinária do Plenário de sexta (15), por falta de quorum, o que atrasou a contagem das cinco sessões de interstício entre as votações.

Para o vice-líder do governo na Câmara, Professor Luizinho (PT/SP), a ausência dos parlamentares é irresponsabilidade dos partidos, que não cumpriram o compromisso de garantir o quorum mínimo para a sessão. O deputado diz estar “bravo” com o atraso, mas afirma que não há crise. “A previdência não é uma sangria desatada, ela já está votada. No segundo turno há um acordo para não ter emenda”.

Embora a base aliada conte com 370 deputados em sua composição e a Reforma precise de 308 votos para ser aprovada, o vice-líder informa que o Governo aguarda um quorum de segurança de 490 parlamentares em plenário para abrir a votação.

Leia mais:

Leia a íntegra da Reforma aprovada em primeiro turno

Reportagem – Adriana Romeo

Edição – Natália Doederlein

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Nº 67

Aconteceu - 25/8/2003 19h10

João Paulo confirma votação de reformas amanhã

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, confirmou para amanhã a votação dos destaques à proposta de Reforma Tributária (PEC 41/03) na comissão especial que analisa a matéria. Também amanhã, o Plenário deverá votar em segundo turno o texto da proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03). “Não sei se vamos ter condições de esgotar todas as votações, mas certamente as duas reformas vão ser apreciadas”, afirmou.

João Paulo descartou a votação da Reforma Tributária no Plenário ainda nesta semana. Por questões regimentais, a votação deverá ocorrer apenas na próxima semana. Ele defende a necessidade de uma “costura política mais afinada” que permita um acordo político antes da votação da matéria em Plenário. “Tudo tem de estar bem afinado, porque a quantidade de problemas é muito grande e pode até dificultar a apreciação da matéria”, avaliou.

Segundo o deputado, serão feitas gestões junto a todos os partidos – tantos os da base do Governo quanto os da Oposição – para que não sejam apresentados destaques de bancada na apreciação das reformas, conforme acordo estabelecido com as lideranças partidárias.

REFORMA TRABALHISTA

O presidente da Câmara revelou ainda que terá hoje uma “conversa preliminar” sobre a Reforma Trabalhista, durante almoço com o presidente e o relator da comissão especial que estuda a matéria, respectivamente os deputados Vicentinho (PT-SP) e José Chaves (PTB-PE). O objetivo é elaborar um roteiro de apreciação da proposta na Casa.

Segundo João Paulo, existe uma grande expectativa dos parlamentares em torno desse tema, e é possível avançar em alguns de seus dispositivos ainda neste ano.

Reportagem - Christian Morais e Alexandre Lemos

Edição – Rejane Oliveira

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara
Tel. (61) 318.7423
Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 68

Reformas - 25/8/2003 19h23

Líderes discutem estratégias para votação de reforma

O dia na Câmara vem sendo marcado pelas negociações em torno das votações das reformas constitucionais, marcadas para amanhã. Pela manhã, está prevista a votação dos destaques à proposta de Reforma Tributária (PEC 41/03) na comissão especial que analisa a matéria; à tarde, o Plenário deverá votar em segundo turno a proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03).

OPOSIÇÃO

O PFL divulgou documento intitulado "Carta aberta aos brasileiros", em que acusa o relatório da Reforma Tributária de aumentar a carga de impostos sobre o contribuinte e de concentrar a arrecadação na União, prejudicando estados e municípios. Segundo o líder José Carlos Aleluia (BA), o partido vai usar todos os recursos regimentais para obstruir a votação da matéria na comissão especial.

O líder pefelista disse ainda que, mesmo que o Governo consiga derrubar todos os 250 destaques apresentados ao texto na comissão, em Plenário a base governista estará dividida, o que deverá inviabilizar a aprovação como quer o Palácio do Planalto.

MAIORIA

Em resposta, o líder do Governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), avisou que a base aliada vai exercer o direito de Maioria e insistir no encerramento das votações na comissão especial já amanhã. Ele disse também que o Governo aceitará negociar melhor o texto quando a reforma chegar ao Plenário.

Segundo Aldo Rebelo, a única alteração que o Governo aceita incluir no texto da Reforma Tributária na fase da comissão especial é a prorrogação dos prazos de incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus.

O vice-líder do Governo, deputado Professor Luizinho (PT-SP), lembrou que agora os recursos regimentais para retardar a votação na comissão são mais limitados, pois só se pode pedir verificação de quorum na votação de destaques, forçando a votação nominal, a intervalos de uma hora.

PREVIDÊNCIA

Já em relação à votação em segundo turno da Reforma da Previdência, o PDT apresentou destaque para votação de dispositivos em separado. Os pedetistas querem um subteto salarial único para os três Poderes nos estados - e não separadamente para Executivo, Legislativo e Judiciário, como está na proposta aprovada em primeiro turno na Câmara.

Professor Luizinho disse que o PDT deveria ficar constrangido por quebrar um acordo entre todos os partidos, referindo-se à negociação fechada no primeiro turno de votação da matéria, que previa a não apresentação de destaques no segundo turno.

Logo mais, às 19h30, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, reúne-se com líderes governistas para definir a estratégia de atuação da base aliada nas votações de amanhã, dia decisivo para a votação das reformas pela Câmara.

Reportagem - Alexandre Porto

Edição - Daniela André

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV

Nº 69

Reforma da Previdência - 26/8/2003 10h48

Câmara vota Reforma da Previdência em segundo turno

O Plenário da Câmara vota hoje, em segundo turno, a proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03). Um acordo fechado pelos líderes partidários no primeiro turno de votação da matéria previa que não seria apresentado qualquer destaque ou emenda ao texto na votação em segundo turno, mas o PDT - partido da base de sustentação do Governo - já tem um destaque pronto para ser apresentado em Plenário. Segundo o vice-líder do partido na Câmara, Alceu Collares (RS), a decisão não foi da bancada, mas da Executiva Nacional do partido.

SUBTETO ÚNICO

O destaque que será apresentado pelo partido prevê a unificação do subteto para os três poderes nos estados, ao contrário do que foi aprovado em primeiro turno, que estabelece tetos diferentes para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O subteto único seria o equivalente a 90,25% do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal.

O destaque não altera o subteto para os municípios. A adoção de um teto único nos estados também é uma reivindicação de alguns governadores.

APOIO

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), garante que seu partido vai manter o acordo para votação da Previdência sem destaques. No entanto, ele adianta que o PFL vai propor mudanças no texto quando a matéria chegar ao Senado. Aleluia afirma também que caso algum partido apresente destaque na Câmara, sua bancada vai votar a proposta.

O líder do PTB, Roberto Jefferson (RJ), também declarou que o partido vai manter o acordo e que só vota o destaque do subteto proposto pelo PDT se os governadores apoiarem a proposta.

Depois de votada e aprovada em segundo turno, a Reforma da Previdência segue para apreciação do Senado, onde também será submetida a dois turnos de votação.

Leia mais:

[Leia a íntegra da Reforma aprovada em primeiro turno](#)

Da Redação/ND

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 70

Tempo Real - 26/8/2003 16h47

Termina reunião de João Paulo com descontentes do PT

Acabou há pouco a reunião entre o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e os oito deputados petistas que se abstiveram na votação em primeiro turno da proposta (PEC 40/03) de Reforma da Previdência. Apesar dos apelos do presidente João Paulo para que os parlamentares seguissem a orientação do Partido dos Trabalhadores de votar favoravelmente à Reforma, eles anunciaram que

manterão a abstenção na votação da proposta em segundo turno. O grupo justifica a decisão como coerência ideológica, pois, para eles, a proposta do governo não é a reforma ideal para os trabalhadores. O grupo que decidiu se abster nas votações é constituído pelos deputados petistas Walter Pinheiro (BA), Maninha (DF), Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP), Paulo Rubem Santiago (PE), Mauro Passos (SC), João Alfredo (CE) e Orlando Fantazzini (SP).

Reportagem - Alexandre Lemos

Edição - Daniela André

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 71

Reformas - 26/8/2003 18h01

PSDB e PFL não votarão Previdência hoje

O PSDB e o PFL comunicaram ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que os dois partidos não votarão a proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03), em segundo turno, na sessão de hoje. A informação é do líder tucano Jutahy Junior (BA).

Segundo o deputado, a Câmara está dedicada hoje à votação da Reforma Tributária (PEC 41/03) na comissão especial que estuda a matéria. A votação da Previdência no mesmo dia, na opinião de Jutahy, encobriria no noticiário os prejuízos que a reforma dos impostos deverá causar aos contribuintes.

Reportagem – Tatiana Azevedo

Edição – Rejane Oliveira

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 72

Reforma da Previdência - 26/8/2003 18h10

Plenário vota adiamento do segundo turno da PEC 40

O Plenário rejeitou há pouco, em votação simbólica, requerimento do líder do PFL, deputado José Carlos Aleluia (BA), pedindo a retirada de pauta da proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03). Como a Oposição pediu verificação, se realiza neste momento a votação nominal do requerimento.

Os opositoristas se declararam em obstrução.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara

Nº 73

Reforma da Previdência - 26/8/2003 18h30

Inocêncio confirma adiamento da Previdência

O primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), acaba de confirmar o adiamento para amanhã da votação em segundo turno da proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03).

Reportagem - Tatiana Azevedo

Edição - Luiz Claudio Pinheiro

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 74

Reforma da Previdência - 26/8/2003 18h56

Rejeitado requerimento para adiamento da PEC 40

O requerimento de retirada de pauta da proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03) foi rejeitado por 338 votos a 25. Os deputados iniciam agora a discussão da matéria no segundo turno de votações.

O processo de discussão, no entanto, deve ser encerrado às 19 horas, e será retomado na sessão de amanhã.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Paulo César Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 75

Reforma da Previdência - 26/8/2003 19h32

João Paulo confirma votação da Previdência amanhã

O presidente João Paulo Cunha confirmou o adiamento para amanhã da votação em segundo turno da Reforma da Previdência. Ele afirmou que, como a votação da matéria exige quorum qualificado, as negociações com os líderes da base aliada e da oposição continuam. "Amanhã vamos garantir um alto quorum", afirmou.

Ele assinalou que toda a negociação tem sido feita com prudência para não haja surpresas na votação da matéria em segundo turno. João Paulo explicou que o adiamento da votação da Reforma da Previdência foi discutido apenas com os líderes da Casa. O encerramento da discussão da Reforma às 19 horas, segundo o presidente, teve apenas o objetivo de garantir a conclusão da votação dos destaques na Comissão Especial da Reforma Tributária, onde restam apenas dois destaques.

Reportagem – Christian Moraes

Edição – Patrícia Roedel

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390
e-mail: agencia@camara.gov.br

Nº 76

Reforma da Previdência - 27/8/2003 10h56

Plenário vota 2º turno da Reforma da Previdência

O Plenário da Câmara deve iniciar hoje a votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição 40/03, que trata da Reforma da Previdência. A PEC está na pauta das duas sessões de hoje: a extraordinária, em andamento, e a ordinária, marcada para as 14 horas.

O presidente da Casa, João Paulo Cunha, assinalou que toda a negociação tem sido feita com prudência para que não haja surpresas na votação da matéria em segundo turno. João Paulo explicou que o adiamento da votação da Reforma da Previdência para hoje foi discutido com os líderes da Câmara para garantir a conclusão dos trabalhos da Comissão da Reforma Tributária ontem.

O presidente declarou que espera ver mantido o acordo firmado na semana passada, que prevê que os líderes dos partidos não apresentarão destaques à matéria no segundo turno.

ABSTENÇÕES

Questionado sobre a posição do PT em relação aos oito deputados do partido que se abstiveram na votação em primeiro turno da proposta e anunciaram que vão manter a abstenção nas votações do segundo turno, o presidente do partido, José Genoíno, afirmou que a punição será discutida em reunião do diretório nacional petista na próxima semana. Genoíno criticou a decisão dos parlamentares. "A abstenção não se justifica. Tem que votar sim ou não".

A sessão extraordinária ocorre no plenário Ulisses Guimarães. A Ordem do Dia deve começar às 11h30. À tarde, na sessão ordinária, a Ordem do Dia está prevista para as 16 horas.

Da Redação/RCA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 77

Reforma da Previdência - 27/8/2003 11h44

Começa Ordem do Dia para votação da Reforma

O Plenário iniciou há pouco a Ordem do Dia para votar o segundo turno da Reforma da Previdência (PEC 40/03). A PEC está na pauta das duas sessões de hoje: a extraordinária, em andamento, e a ordinária, marcada para as 14 horas.

Da Redação/CL

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 78

Reforma da Previdência - 27/8/2003 11h56

Plenário vota retirada da Reforma da Previdência

A oposição encaminhou ao Plenário requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda Constitucional 40/03, da Reforma da Previdência. A proposta foi rejeitada por votação simbólica, mas devido ao pedido de verificação de quorum, os deputados estão, no momento, em processo de votação nominal.

A sessão extraordinária ocorre no Plenário Ulisses Guimarães.

Por Antônio Carlos Silva/RCA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 79

Reforma da Previdência - 27/8/2003 12h17

Plenário rejeita retirada da Reforma da Previdência

O Plenário rejeitou, por 270 votos contra, 11 favoráveis e 2 abstenções, o requerimento da oposição que pedia a retirada de pauta da Reforma da Previdência (PEC 40/03). Sendo assim, os deputados retomaram a discussão da Proposta de Emenda Constitucional. A sessão extraordinária ocorre no Plenário Ulisses Guimarães.

Por Antônio Carlos Silva/ RCA

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV

Nº 80

Reforma da Previdência - 27/8/2003 15h24

Plenário inicia nova sessão para votar PEC 40

O Plenário iniciou há pouco a nova sessão extraordinária para apreciação da Reforma da Previdência em segundo turno. Na sessão extraordinária iniciada às 9h30 e encerrada há pouco, os deputados concluíram o processo de discussão da matéria.

Reportagem – Eduardo Piovesan/PCS

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 81

Reforma da Previdência - 27/8/2003 16h48

Plenário vota requerimento de adiamento da votação

O Plenário iniciou há pouco a Ordem do Dia da segunda sessão extraordinária de hoje, destinada à votação, em segundo turno, da Reforma da Previdência.

Os deputados votam nominalmente, neste momento, requerimento do PL que pede a retirada de pauta da matéria desta sessão. Todos os partidos encaminharam voto contrário ao requerimento, com exceção do PFL, que se declarou em obstrução, e do bloco PL/PSL, que se manifestou favorável, já que o Partido Liberal é o autor do pedido de adiamento da votação.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 82

Reforma da Previdência - 27/8/2003 17h30

Plenário começa a votar Reforma da Previdência

Os deputados iniciaram neste momento a votação da Reforma da Previdência em segundo turno. Os líderes partidários estão encaminhando o voto das bancadas. O primeiro deputado a encaminhar é o deputado Murilo Zauith (PFL-MS), contrário à proposta.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Rejane Oliveira

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 83

Reforma da Previdência - 27/8/2003 17h30

Negada questão de ordem sobre salário de prefeito

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, negou questão de ordem apresentada pelo deputado Ônix Lorenzoni (PFL-RS) sobre a interpretação da redação dada pela Comissão Especial da Reforma da Previdência ao texto aprovado em primeiro turno. Lorenzoni afirma que a redação permite que prefeitos tenham remuneração superior à dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Segundo João Paulo, no entanto, a redação dada pelo relator da matéria, deputado José Pimentel (PT-CE), não permite essa interpretação. Para ele, a retirada da expressão "se inferior", relativa à remuneração do prefeito, não altera a intenção do legislador.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 84

Reforma da Previdência - 27/8/2003 18h11

Plenário discute procedimento para votar destaques

O encaminhamento da votação em Plenário da PEC da Reforma da Previdência acaba de ser encerrado. Também falaram sobre a matéria os deputados Ônix Lorenzoni (PFL-RS), contrário a ela, e, a favor, os deputados José Eduardo Martins Cardoso (PT-SP) e Lindberg Farias (PT-RJ).

Neste momento, os deputados estão discutindo um procedimento para votação dos destaques apresentado ao texto da Reforma aprovado em primeiro turno.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 85

Reforma da Previdência - 27/8/2003 18h57

Plenário começa a votar PEC 40 em segundo turno

O PDT não conseguiu o apoio de um terço dos deputados para colocar em votação o recurso a favor de seu destaque. Embora vários deputados tenham pedido que a contagem do apoio fosse feita pelo painel eletrônico e não visualmente, a presidência manteve a decisão por votação simbólica e negou o pedido para outra forma de contagem.

Os líderes orientam, neste momento, suas bancadas para a votação em segundo turno da PEC da Reforma da Previdência, ressalvados os outros nove destaques para votação em separado acatados pela Mesa.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 86

Reforma da Previdência - 27/8/2003 19h42

Deputados iniciam votação da PEC 40 em segundo turno

O Plenário iniciou a votação em segundo turno da Reforma da Previdência, ressalvados os destaques. O PFL, o PDT e o Prona encaminharam contrariamente à matéria. Os demais partidos encaminharam favoravelmente.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara
Tel. (61) 318.7423
Fax. (61) 318.2390
E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 87

Reforma da Previdência - 27/8/2003 19h48

Congresso discute Previdência desde 1991

Desde 1991, quando o então presidente Fernando Collor elaborou uma proposta de Reforma da Previdência que idealizava um cenário de universalização dos regimes, com a garantia de aposentadoria apenas até um determinado teto, o tema entrou definitivamente na pauta de discussões do Congresso. Nesses 12 anos, o sistema previdenciário sofreu várias alterações, na maioria das vezes de forma paliativa e para resolver problemas pontuais, mas nenhuma alterou significativamente a estrutura de aposentadorias e benefícios do setor público como a proposta do atual governo, aprovada ontem em segundo turno na Câmara.

O governo Fernando Henrique Cardoso tentou, a partir de 1995, implementar uma mudança geral na Previdência, enviando ao Congresso uma proposta de emenda constitucional. Após três anos de discussão, foi aprovada a Emenda Constitucional 20/98, que optou pela manutenção dos regimes públicos de repartição, diferenciados, para servidores públicos civis e militares e trabalhadores da iniciativa privada.

MILITARES

Para os militares, as principais mudanças envolveram o aumento da contribuição para a Previdência de 1,6% para 7,5% sobre os proventos; de 3,5% para a assistência médica; e o fim da pensão especial para as filhas solteiras no caso de novos servidores. No Regime Geral de Previdência, foram extintas a aposentadoria proporcional dos trabalhadores e a aposentadoria especial de professores universitários; houve mudanças na forma de cálculo dos benefícios e a instituição de uma regra de transição na aposentadoria proporcional, mantendo-se sua concessão para os segurados já filiados ao INSS.

SERVIDORES CIVIS

O regime dos servidores públicos civis também foi modificado, mas sem as alterações que extinguissem os chamados "direitos adquiridos", em algumas interpretações legais, ou "expectativa de direito", em outras, justamente os considerados como principais fontes de pressão dos gastos públicos. Entre eles estavam a integralidade de proventos e a paridade nos reajustes entre ativos e inativos, pontos que, na atual reforma, deixarão de existir para os novos servidores. Houve mudança também na idade mínima de aposentadoria e instituída uma regra de transição. Mas além de não conseguir atacar os pontos considerados responsáveis pelo aumento anual do déficit previdenciário, a reforma de 1998 falhou no que considerava seu ponto essencial: por três vezes o governo anterior tentou aprovar a taxação dos servidores inativos. Por três vezes, foi derrotado.

Leia mais:

[Câmara conclui votação da Reforma da Previdência](#)

[Tramitação na Câmara durou quatro meses](#)

[Relator aponta benefícios para quem ganha menos](#)

Reportagem – Rosalva Nunes

Edição - Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara
Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 88

Reforma da Previdência - 27/8/2003 19h50

Tramitação na Câmara durou quatro meses

A Reforma da Previdência foi aprovada 118 dias após envio da proposta pelo Executivo à Câmara dos Deputados. A discussão do tema, no entanto, começou na Casa antes mesmo de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviar a proposta ao Congresso no dia 30 de abril.

Uma comissão especial foi criada para agilizar a realização de audiências públicas sobre o assunto com representantes do governo e da sociedade civil. Quando a proposta de emenda à Constituição foi entregue ao Congresso, sua apreciação iniciou-se pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que analisou, ainda no mês de maio, os aspectos referentes à constitucionalidade e à técnica legislativa da proposta.

No dia 4 de junho, instalou-se a comissão especial destinada a discutir o mérito da PEC 40/03 e de outras propostas apensadas. Em razão da complexidade do tema, a comissão realizou mais audiências públicas e o relator, deputado José Pimentel (PT-CE), participou de diversas reuniões também com as lideranças partidárias, representantes do governo e dos governadores em busca de um acordo que viabilizasse a votação do texto.

Em relação à redação original enviada pelo governo, com o aval dos governadores, houve várias mudanças. Confira as principais:

Principais mudanças no texto final da PEC 40/03

PENSÕES

A proposta do governo previa que uma lei definiria os critérios para concessão de pensão por morte, cujo valor seria de até 70% dos proventos do servidor falecido. Até a lei ser publicada, valeria este índice.

O texto aprovado prevê concessão integral da pensão até o teto do Regime Geral da Previdência Social (de R\$ 2,4 mil a partir da promulgação da emenda) e um desconto de 30% sobre o que exceder esse limite.

CONTRIBUIÇÃO DE INATIVO

Um dos pontos que o governo não cedeu nas negociações, mas cuja cobrança teve ajustes. No texto original, a contribuição seria de 11% para os inativos da União, dos estados e dos municípios a ser aplicado sobre a parcela que excedesse o limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, atualmente em R\$ 1.058,00.

A redação dada pelos deputados impõe a contribuição pelo mesmo índice da ativa sobre as parcelas que excederem, respectivamente, a 50% do teto do Regime Geral da Previdência para os inativos dos estados e municípios (R\$ 1,2 mil) e a 60% do teto para os inativos da União (R\$ 1,44 mil).

APOSENTADORIA INTEGRAL

Na proposta original, a aposentadoria integral acabaria para todos os servidores que viessem a cumprir os requisitos exigidos para se aposentar após a promulgação da emenda. Ela seria garantida apenas para os que já tivessem cumprido esses requisitos, mas ainda não tivessem se aposentado.

Como resultado das negociações, a aposentadoria integral permaneceu para o servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da emenda se cumpridos os seguintes requisitos:

1. Para homens: 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público, dez anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; 2. Para mulheres: 55

anos de idade, 30 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público, dez anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria.

3. No caso dos professores que comprovem tempo de efetivo exercício exclusivamente nas atividades de magistério na educação infantil, fundamental e médio, os tempos de contribuição e de idade ficam reduzidos em cinco anos.

Uma lei definirá qual será a totalidade da remuneração a que terá direito o servidor que se aposentar por estas regras.

APOSENTADORIA PROPORCIONAL

Embora não modificasse as idades exigidas pela Constituição após a reforma feita no governo Fernando Henrique Cardoso, a proposta estipulava um redutor para os proventos da aposentadoria proporcional de 5% por ano antecipado em relação à idade da regra geral (60 anos para homem e 55 anos para mulher).

Com a redação aprovada na Câmara, aqueles que ainda podem se aposentar proporcionalmente (ingressos até a publicação da Emenda 20, de 1998) só poderão fazê-lo atendendo às exigências de idade (53 anos para homem e 48 anos para mulher), de efetivo exercício no cargo (cinco anos para ambos os sexos), e de tempo de contribuição (35 anos se homem e 30 anos se mulher). Nesta última exigência, acaba o chamado "pedágio" de 40% e mantém-se o período adicional de 20%.

Os proventos serão calculados levando-se em conta as remunerações que serviram de base para as contribuições feitas tanto ao Regime Geral quanto ao regime dos servidores públicos e terão reajuste que preserve seu poder aquisitivo, mas não o reajuste paritário. No cálculo do provento, será aplicado um redutor de 3,5% por ano de antecipação em relação à idade da regra geral para aquele que completar as exigências até 31 de dezembro de 2005 e de 5% para os que as completarem a partir de 1º de janeiro de 2006.

PARIDADE

A paridade, reajuste das aposentadorias e pensões pelo mesmo índice dos servidores da ativa de cada carreira, acabava pelo texto original. Os proventos seriam reajustados com índice que garantisse seu valor real.

Assim como no texto inicial, a paridade fica garantida às aposentadorias e pensões vigentes e àquelas cujos requisitos para aquisição tenham sido preenchidos até a publicação da emenda. Para as aposentadorias integrais concedidas com as novas exigências, a paridade fica garantida na forma de uma lei que disciplinará quais parcelas da remuneração serão reajustadas pelos mesmos índices da ativa.

SUBTETO DO JUDICIÁRIO

Embora já houvesse um compromisso político do governo em inserir na proposta um limite para o Judiciário estadual diferenciado do limite para o Executivo e o Legislativo, o texto original não previa qualquer percentual em relação ao subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Depois de tramitar com índices menores, como 75%, a proposta aprovada acatou o limite já expresso no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 90,25% do subsídio do Supremo para o Judiciário estadual, o Ministério Público, os Procuradores e os Defensores Públicos.

ABONO

A PEC 40/03 previa abono equivalente ao valor da contribuição previdenciária para aqueles que preenchessem as condições para se aposentarem pelas atuais regras até a publicação da emenda e permanecessem em serviço. O novo texto mantém esse abono para os que se aposentem com valor integral, os que se aposentem com valor proporcional e os que se aposentem pelas novas regras. Esse abono será concedido até a idade de aposentaria compulsória (70 anos).

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O novo regime previsto no texto inicial impunha como limite das aposentadorias o teto do Regime Geral da Previdência Social, que poderia ser adicionado com proventos de um regime de Previdência Complementar. Os cálculos incluiriam tanto as remunerações recebidas no serviço público quanto no Regime Geral.

Com as modificações introduzidas, a referência ao limite saiu do texto, mas o cálculo continua envolvendo os salários que serviram de base para as contribuições dos dois regimes de Previdência e o reajuste também permanece por índice que garanta valor real.

A Previdência Complementar, entretanto, não deverá mais ser instituída por lei complementar, e sim por lei de iniciativa do respectivo Executivo, devendo funcionar por meio de entidade fechada, de natureza pública e oferecer exclusivamente a modalidade de contribuição definida.

A contribuição previdenciária incidirá sobre o valor total que exceder ao teto do Regime Geral para quem se aposentar com essas regras.

Leia mais:

[Câmara conclui votação da Reforma da Previdência](#)

[Congresso discute Previdência desde 1991](#)

[Relator aponta benefícios para quem ganha menos](#)

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara

Nº 89

Reforma da Previdência - 27/8/2003 19h53

Relator aponta benefícios para quem ganha menos

O relator da Reforma da Previdência, deputado José Pimentel (PT-CE), concluiu seu relatório, após acolher parcialmente 154 emendas, com uma certeza: o texto aprovado traz grandes benefícios para aqueles que ganham menos e os que atualmente se encontram totalmente desprotegidos do sistema previdenciário. O parlamentar sabe que nenhuma reforma é capaz de agradar a todos os envolvidos, mas lembra que as mudanças são necessárias para garantir, no futuro, o pagamento dos benefícios a milhões de pessoas por todo o País. De qualquer forma, Pimentel considera que o modelo aprovado deixa claro que a intenção do governo não é, de forma alguma, privatizar a Previdência Social do País.

Veja abaixo as principais mudanças destacadas pelo relator da Reforma da Previdência:

REGIME GERAL

"Esses trabalhadores terão uma pequena elevação na contribuição mas, em compensação, o teto máximo da aposentadoria subirá dos atuais R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00. Aposentados e pensionistas continuam isentos da contribuição previdenciária. Além disso, as 40 milhões de pessoas que antes estavam fora do sistema, como trabalhadores informais, empregadas domésticas e pescadores artesanais, por exemplo, passam a ser incluídos em esquema especial, a fim de contribuírem de forma reduzida para ter direito a benefícios hoje difíceis de obter".

SERVIDORES PÚBLICOS

"Apesar de já estarem previstos na Constituição de 1988, até hoje nenhum governo teve a coragem de instituir o teto e o sub-teto para os funcionários públicos. Após a promulgação da reforma, ninguém receberá mais do que R\$ 17.343. Nos estados, o maior salário será de R\$ 15.652. Negociamos e

conseguimos garantir aos atuais servidores a aposentadoria integral e a paridade de seus vencimentos com o de seus colegas da ativa, desde que eles respeitem o limite mínimo de idade, que é de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens. É uma regra justa porque, nos dias de hoje, nenhum país do mundo pode mais se dar ao luxo de aposentar seus servidores aos 48 anos (mulher) e aos 53 (homens), em um momento em que essas pessoas estão no auge de seu vigor físico e intelectual".

APOSENTADORIAS E PENSÕES

"Os atuais servidores aposentados passam a descontar até 11% de seus salários, naquilo que ultrapassar R\$ 1.200, nos estados e municípios, e R\$ 1.440, nos vencimentos da União. No Brasil, 11 estados, 10 capitais e 2.140 municípios, além do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, já cobram de seus aposentados e pensionistas sem qualquer faixa de isenção. Na maioria desses lugares, os contribuintes terão um desconto menor. Além disso, por não receberem salários maiores que o limite de isenção, 90% dos aposentados e pensionistas do Norte e Nordeste, 50% do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e 30% da União ficarão isentos da cobrança".

"Os atuais pensionistas terão seus benefícios preservados, mas aqueles que vierem a receber pensões de atuais servidores só receberão benefícios integrais até R\$ 2.400. O valor que exceder os R\$ 2.400 será reduzido em 30% e a contribuição de 11% será em cima desse excedente. Os atuais servidores que ainda vão se aposentar contribuirão com o que ultrapassar os R\$ 2.400,00."

FUTUROS SERVIDORES

"Os futuros servidores terão regras iguais a de seus colegas da iniciativa privada para aposentadoria e pensão, com teto salarial de R\$ 2.400, de acordo com o que nós, do PT, vimos defendendo desde 1995. Os que quiserem receber benefícios superiores a esse valor devem contribuir para um fundo de pensão fechado, de natureza pública e com gestão paritária."

ACIDENTE DE TRABALHO

Em 1998, uma alteração constitucional passou a permitir a privatização do Seguro Acidente do Trabalho. No entanto, essa mudança representou, na opinião do deputado José Pimentel, apenas a transferência de uma quantia significativa de recursos do INSS para a iniciativa privada, sem trazer ganho social nenhum. Por essa razão, o relator da Previdência decidiu sugerir a revogação do inciso 11 do artigo 121 da Constituição, devolvendo o gerenciamento do SAT para a esfera pública.

O parlamentar lembrou que a lógica que rege o seguro privado é a de quanto maior o risco, maior o preço, o que faz com que os custos para benefícios provenientes de acidentes de trabalhado na indústria de transformação, siderurgia e construção civil, por exemplo, acabem por se tornar "inviáveis". "No ano passado, o INSS arrecadou R\$ 4,28 bilhões com o SAT e boa parte dessa receita poderia migrar para a iniciativa privada quando é preciso fortalecer a Previdência Pública para garantir benefícios à maioria dos brasileiros das áreas urbanas e rurais", defendeu Pimentel.

Além disso, como informou o parlamentar cearense, o governo Lula está estudando a hipótese de diminuir a contribuição para o SAT das empresas que investem em segurança do trabalhador e aumentar as alíquotas daqueles que nada investem, como forma de diminuir os riscos de acidentes no trabalho.

Leia mais:

[Câmara conclui votação da Reforma da Previdência](#)

[Congresso discute Previdência desde 1991](#)

[Tramitação na Câmara durou quatro meses](#)

Reportagem – Maria Lúcia Sigmaringa

Edição - Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail:agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 90

Reforma da Previdência - 27/8/2003 20h09

Aprovada Reforma da Previdência em segundo turno

Por 357 votos a 123 e seis abstenções, o Plenário da Câmara acaba de aprovar a Reforma da Previdência em segundo turno, ressalvados os destaques individuais para votação em separado.

O presidente João Paulo Cunha iniciou a terceira sessão extraordinária do dia para concluir a votação da PEC da Previdência.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição - Paulo Cesar Santos

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail:agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 91

Reforma da Previdência - 27/8/2003 20h48

Plenário conclui votação da Reforma da Previdência

Na votação da proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03), os deputados rejeitaram, em globo, os Destaques para Votação em Separado individual apresentados ao texto. Dessa forma, concluiu-se a votação da matéria.

DESTAQUES REJEITADOS

Dentre os nove destaques admitidos pela Mesa, três pediam a exclusão dos trechos que se referem à cobrança de contribuição previdenciária de inativos, e dois pretendiam a exclusão dos limites para as pensões. Dos demais, outros três pediam a exclusão dos seguintes dispositivos do texto da PEC: redutor para aposentadoria proporcional; revisão das aposentadorias por índice que garanta o valor real; cálculo da aposentadoria pela média das remunerações. O último destaque estendia a paridade a todos os casos de aposentadoria, antes ou depois da publicação.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Rejane Oliveira

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail:agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 92

Reforma da Previdência - 27/8/2003 21h10

Câmara conclui votação da Reforma da Previdência

A Câmara aprovou nesta quarta-feira, em segundo turno, a proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/03). O texto, aprovado por 357 a 123 votos, com seis abstenções, não sofreu alterações em relação

ao primeiro turno. Dos 15 Destaques para Votação em Separado (DVS) que pretendiam modificá-lo, seis não foram admitidos pela Mesa e os outros nove foram rejeitados em globo pelos deputados.

Dentre os destaques que foram colocados em votação, três pediam a exclusão dos trechos que se referem à cobrança de contribuição previdenciária de inativos, e dois queriam a exclusão dos limites para as pensões. Outros três pretendiam excluir os seguintes dispositivos do texto da PEC: redutor para aposentadoria proporcional; revisão das aposentadorias por índice que garanta o valor real; e cálculo da aposentadoria pela média das remunerações. O último destaque estendia a paridade a todos os casos de aposentadoria, antes ou depois da publicação da emenda.

POLÊMICA SOBRE DVS

Mas a maior polêmica da noite ocorreu em torno da decisão da Mesa de não admitir a votação de destaque apresentado pela bancada do PDT, que unificava o subteto salarial dos servidores públicos dos Estados e Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em valor correspondente a 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal. O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, fundamentou sua decisão no parágrafo segundo do artigo 60 da Constituição Federal, que determina a aprovação de propostas de emenda à Constituição por 3/5 dos votos de cada Casa Legislativa, em dois turnos de votação. De acordo com o deputado, o DVS do PDT alteraria o significado do texto votado em primeiro turno, e assim a redação final da matéria teria sido aprovada por 3/5 da Câmara em apenas um dos turnos de votação.

A liderança do PDT, com a ajuda do PFL, tentou conseguir a votação de recurso contra a decisão da Mesa pelo Plenário, mas não obteve o apoio de 1/3 dos deputados, necessário para levar o recurso a voto. Antes do encerramento da sessão, os deputados também aprovaram a criação de uma comissão externa para acompanhar as investigações sobre o acidente com o Veículo Lançador de Satélites na Base de Lançamentos de Alcântara (MA).

Leia mais

[Congresso discute Previdência desde 1991](#)

[Tramitação na Câmara durou quatro meses](#)

[Relator aponta benefícios para quem ganha menos](#)

Reportagem - Eduardo Piovesan

Edição - Rejane Oliveira

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 93

Reformas - 28/8/2003 10h26

João Paulo comemora aprovação da PEC da Previdência

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, ao chegar há pouco à Casa comemorou a vitória de ontem com a aprovação da Reforma da Previdência (PEC 40/03) no plenário. Ele disse que a Câmara pode ficar tranqüila porque cumpriu seu papel. "A Casa tem dado uma demonstração de celeridade muito grande e tem correspondido à expectativa do Brasil que é fazer as coisas com rapidez. Agora é com o Senado Federal".

REFORMA TRIBUTÁRIA

O presidente também falou sobre as expectativas em relação à reunião que terá com empresários para discutir a Reforma Tributária (PEC 41/03). "Nós estamos chamando os empresários para conversar e

assegurar que não haverá aumento da carga tributária, além de recolher as sugestões do setor. A comissão está preparando as alterações ao projeto e a contribuição dos empresários certamente será muito valiosa", avaliou. A reunião começa às 11 horas, no gabinete da Presidência. João Paulo adiantou que na semana que vem as negociações serão com as centrais sindicais. O presidente prevê que a Reforma Tributária comece a ser discutida pelo Plenário na próxima terça (2) ou quarta-feira (3), desde que haja acordo. "Se você manda a matéria para o plenário sem acordo, todo o esforço que você fez antes vai por água a baixo".

AGENDA

João Paulo adiantou que, após a aprovação das reformas, serão votadas a Lei de Falências (PL 4376/93), "que é muito importante para o Brasil", e o Estatuto do Desarmamento, "que será votado em plenário com ou sem acordo". Além dessas matéria, a Câmara também vai retomar alguns pontos das reformas Trabalhista, Política e Sindical.

Leia mais:

[João Paulo entrega PEC da Previdência a Sarney](#)

Reportagem - Beth Veloso

Edição - Natalia Doederlein

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 94

Reforma da Previdência - 28/8/2003 11h16

João Paulo entrega Reforma da Previdência a Sarney

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, está nesse momento na Presidência do Senado passando às mãos do presidente do Congresso Nacional, José Sarney, o texto da Reforma da Previdência (PEC 40/03), aprovado ontem em segundo turno pela Câmara. João Paulo está acompanhado do primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE); o líder do PT, Nelson Pellegrino (BA); o vice-líder do PL Bispo Rodrigues (PL-RJ); o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE); o líder do PSDB, Jutahy Júnior (BA); o vice-líder do Governo deputado Professor Luizinho (PT-SP), e o relator da proposta, deputado José Pimentel (PT-CE).

Reportagem - Adriana Romeo

Edição - Natalia Doederlein

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.

Nº 95

Reforma da Previdência - 28/8/2003 12h05

João Paulo afirma que texto da Reforma melhorou

Acompanhado do presidente e do relator da comissão especial, deputados Roberto Brant (PFL-MG) e José Pimentel (PT-CE), e de líderes partidários, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, entregou

hoje ao presidente do Senado, José Sarney, a Proposta de Emenda Constitucional que trata da Reforma da Previdência (PEC 40/03). A proposta foi aprovada em segundo turno na noite de ontem pelo Plenário da Câmara, por 357 votos a favor, 123 contrários e seis abstenções.

Na saída do encontro, no gabinete do senador José Sarney, o presidente da Câmara assegurou que a proposta foi aperfeiçoada nestes quatro meses de tramitação. "Na Câmara, nós cumprimos o dever de conversar com todos os setores e produzimos uma reforma muito melhor do que a original. Ela tem a garantia atuarial, de estabilidade e sustentação financeira, e ao mesmo tempo aponta para o futuro com um sistema mais justo"

João Paulo lembrou que o texto aprovado teve o apoio de todos os partidos na Câmara. "É com muita satisfação que o nosso comparecimento aqui mostrou o compromisso da Câmara de forma suprapartidária, presentes deputados de todos os partidos, o presidente e o relator da comissão, o líder do PSDB, Jutahy Magalhães, mostrando que essa reforma é para o Brasil, não é para A, B ou C".

APOIO

O presidente da Câmara declarou que caberá ao Senado decidir se vai ou não alterar o que foi aprovado na Câmara e que os deputados não estarão fora desse debate. "O Senado tem as próprias regras, o próprio caminho. Vamos aguardar. Mas, evidentemente, nós estamos à disposição. Vamos acompanhar para eventualmente prestar esclarecimentos, não somente ao Senado, mas à sociedade de forma geral".

Leia mais:

[Câmara conclui votação da Reforma da Previdência](#)

Reportagem - Beth Veloso/CL

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.7423

Fax. (61) 318.2390

E-mail: agencia@camara.gov.br

A Agência também utiliza material jornalístico produzido pela Rádio, Jornal e TV Câmara.